



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

# DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXIV Nº 61, TERÇA-FEIRA, 7 DE MAIO DE 2019



BRASÍLIA - DF



## COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

**Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)**

Presidente

**Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)**

1º Vice-Presidente

**Senador Lasier Martins (PODE/RS)**

2º Vice-Presidente

**Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)**

1º Secretário

**Senador Eduardo Gomes (MDB-TO)**

2º Secretário

**Senador Flávio Bolsonaro (PSL-RJ)**

3º Secretário

**Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS)**

4º Secretário

---

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º - Senador Marcos do Val (PPS-ES)

2º - Senador Weverton (PDT-MA)

3º - Senador Jaques Wagner (PT-BA)

4º - Senadora Leila Barros (PSB-DF)



Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

**Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho**

Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

**Ilana Trombka**

Diretora-Geral do Senado Federal

**Roberta Lys de Moura Rochael**

Diretora da Secretaria de Atas e Diários

**Quésia de Farias Cunha**

Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

**Patrícia Gomes de Carvalho Carneiro**

Coordenadora de Elaboração de Diários

**Alessandro Pereira de Albuquerque**

Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodases

**Deraldo Ruas Guimarães**

Coordenador de Registros e Textos Legislativos de Plenários



ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL  
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

# SENADO FEDERAL

## SUMÁRIO

### PARTE I

#### 1 – ATA DA 63<sup>a</sup> SESSÃO, ESPECIAL, EM 6 DE MAIO DE 2019

1.1 – ABERTURA .....	7
1.2 – FINALIDADE DE SESSÃO	
Destinada a comemorar o Dia do Contabilista, nos termos dos Requerimentos n <sup>os</sup> 173 e 301/2019, do Senador Izalci Lucas e outros senadores. .....	7
1.2.1 – Execução do Hino Nacional Brasileiro .....	7
1.2.2 – Exibição de Vídeo em Homenagem ao Dia do Contabilista .....	7
1.2.3 – História da contabilidade narrada por Nyedja Gennari .....	8
1.2.4 – Fala da Presidência (Senador Izalci Lucas) .....	9
1.2.5 – Oradores	
Senador Chico Rodrigues .....	12
Sr. Francisco da Chaga Lima, Presidente da Associação Nacional dos Contabilistas do Poder Executivo Federal .....	14
Sr. Adriano de Andrade Marrocos, Presidente do Conselho de Contabilidade do Distrito Federal .....	16
Sr. Francisco Antonio Maldonado Sant'Anna, Presidente do Instituto dos Auditores Independentes do Brasil .....	18
Sra Gildenora Batista Dantas Milhomem, Subsecretária de Contabilidade Pública da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda .....	20
Senador Telmário Mota .....	23
Sr. Zulmir Ivânia Breda, Presidente do Conselho Federal de Contabilidade .....	24
1.3 – ENCERRAMENTO .....	29

#### 2 – ATA DA 64<sup>a</sup> SESSÃO, NÃO DELIBERATIVA, EM 6 DE MAIO DE 2019



2.1 – ABERTURA .....	31
2.2 – PERÍODO DO EXPEDIENTE	
2.2.1 – Expediente encaminhado à publicação (Vide Parte II) .....	31
2.2.2 – Oradores	
Senador Paulo Paim – Comentários sobre a reforma da previdência. Participação de S. Exa. em evento na sede da Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul, em Porto Alegre/RS, para debater a reforma da previdência. Alegria pelo recebimento do Troféu Câmara de Porto Alegre, na Câmara dos Vereadores de Porto Alegre/RS. Considerações sobre audiência na CDH, hoje, acerca da previdência e sonegação fiscal. Apelo para a realização de vários debates, no Plenário do Senado Federal, sobre o sistema de capitalização e sobre a reforma da previdência. .....	31
Senador Jorge Kajuru – Consideração sobre o volume das renúncias fiscais no País. Satisfação com o Presidente Bolsonaro pela redução de 1,5% do PIB nas renúncias fiscais para os próximos três anos. Preocupação com os dados apresentados pelo Conselho Nacional de Secretários de Saúde sobre a insuficiência dos estoques públicos de medicamentos nos estados. Críticas aos cortes orçamentários realizados em áreas essenciais para a população brasileira. Esclarecimentos sobre <i>fake news</i> veiculadas contra S. Exa. Defesa da criação de uma CPI para averiguar a disseminação de <i>fake news</i> . .....	35
Senador Rogério Carvalho – Destaque para a criação da Frente Parlamentar de Senadores das regiões Norte e Nordeste, que promoverá debates sobre questões de relevância para essas regiões. Considerações sobre a necessidade de exploração das riquezas existentes para o alcance de desenvolvimentos regionais. Críticas ao Ministro-Chefe da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, por declarações a respeito das universidades federais brasileiras. .....	39
Senador Chico Rodrigues – Preocupação com as dificuldades que o Estado de Roraima tem enfrentado diante da questão fronteiriça com a Venezuela. Considerações sobre a “Operação Acolhida”, comandada pelo Exército Brasileiro, para organizar o suporte aos imigrantes que chegam no País. Apelo ao Governo Federal para reforçar as estruturas das fronteiras do País. Críticas às declarações emitidas pelo Sr. Olavo de Carvalho contra militares das Forças Armadas. .....	48
2.3 – ENCERRAMENTO .....	50

## PARTE II

### 3 – MATERIAS E DOCUMENTOS DA 64<sup>a</sup> SESSÃO

#### 3.1 – EXPEDIENTE

##### 3.1.1 – Comunicações

Da Liderança do Bloco PSDB/PODE/PSL, de substituição de membro na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania ( <b>Ofício nº 217/2019</b> ). <i>Substituído o membro.</i> .....	52
Do Senador Weverton, de endereço do escritório de apoio de S. Exa. ( <b>Memorando nº 25/2019</b> ). ..	53

##### 3.1.2 – Projeto de Decreto Legislativo

Nº 216/2019, do Senador Rogério Carvalho, de <i>suspender a execução das normas incompatíveis com a estabelecida pela Política Nacional de Saúde Mental, quais sejam: Resolução CIT nº 32, de 17 de dezembro de 2017 e Portaria GM/MS nº 3.588, de 21 de dezembro de 2017.</i> .....	55
--	----



**3.1.3 – Requerimento**

Nº 349/2019, do Senador Rogério Carvalho, de informações à Ministra de Estado da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. ....	68
--	----

**3.1.4 – Término de prazos**

Término de prazo, em 3 de maio de 2019, sem interposição de recurso para apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Lei do Senado nº 458/2018 e do Projeto de Lei nº 1.256/2019. ....	73
---	----

Término de prazo, em 3 de maio de 2019, sem apresentação de emendas, perante a Mesa, aos Projetos de Lei da Câmara nºs 47 e 120/2017; 107, 108 e 111/2018 e aos Projetos de Lei do Senado nºs 359/2015; 234/2016 e 235/2018. ....	73
---	----

**4 – MATERIAS E DOCUMENTOS DIVERSOS****4.1 – PARECERES APROVADOS EM COMISSÕES**

Nº 36/2019-CDH, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 188/2016 ....	75
Nº 37/2019-CDH, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 43/2018 ....	87
Nº 38/2019-CDH, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 21/2016 ....	100
Nº 39/2019-CDH, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 72/2018 ....	110

**PARTE III**

<b>5 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL</b> ....	118
<b>6 – COMPOSIÇÃO DA MESA DIRETORA</b> ....	121
<b>7 – LIDERANÇAS</b> ....	122
<b>8 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS</b> ....	124
<b>9 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO</b> ....	126
<b>10 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES</b> ....	128
<b>11 – CONSELHOS E ÓRGÃOS</b> ....	158



Ata da 63<sup>a</sup> Sessão, Especial,  
em 6 de maio de 2019

1<sup>a</sup> Sessão Legislativa Ordinária da 56<sup>a</sup> Legislatura

*Presidência do Sr. Izalci Lucas.*

*(Inicia-se a sessão às 10 horas e 16 minutos e encerra-se às 12 horas e 8 minutos.)*



**O SR. PRESIDENTE** (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF)

– Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A presente sessão especial destina-se a comemorar o Dia do Contabilista, nos termos dos Requerimentos nºs 173 e 301, de 2019, do Senador Izalci Lucas e outros Senadores.

Convido para compor a Mesa o Presidente do Conselho Federal de Contabilidade, Sr. Zulmir Ivânio Breda. (*Palmas.*)

Convido também a Subsecretaria de Contabilidade Pública da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda, Sra. Gildenora Batista Dantas Milhomem. (*Palmas.*)

Convido também o Presidente do Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (Ibracon), Sr. Francisco Antonio Maldonado Sant'Anna. (*Palmas.*)

Convido também o Presidente da Associação Nacional dos Contabilistas do Poder Executivo Federal (Anaconta), Francisco da Chaga Lima. (*Palmas.*)

Convido também o Presidente do Conselho Regional de Contabilidade do Distrito Federal, Sr. Adriano de Andrade Marrocos. (*Palmas.*)

Convido ainda o Diretor de Administração e Finanças da Academia Brasileira de Ciências Contábeis e Presidente da Academia de Ciências Contábeis do Distrito Federal, Sr. José Antonio de França. (*Palmas.*)

Quero ainda registrar aqui e agradecer a presença da Presidente da Federação Brasileira das Associações de Peritos, Árbitros, Mediadores e Conciliadores e Vice-Presidente de Fiscalização, Ética e Disciplina do Conselho Federal de Contabilidade, Sra. Sandra Maria Batista. (*Palmas.*)

Agradeço também a presença do Presidente do Conselho Regional de Odontologia do Distrito Federal, Marco Antônio dos Santos. (*Palmas.*)

Registro a presença também da Vice-Presidente do Desenvolvimento Profissional do Conselho Regional de Contabilidade do Distrito Federal, Darlene Lunelli... (*Palmas.*) do Presidente do Sindicato dos Contabilistas de Brasília, Sr. Marcello José Moreira... (*Palmas.*) do nosso Reitor do Centro Universitário Estácio de Brasília, Sr. Aparício Pereira Duarte Filho. (*Palmas.*) e do ex-Presidente também, meu grande amigo Gerardo, sempre presente em todos os eventos. (*Palmas.*)

Também registro a presença do Secretário de Desenvolvimento Econômico do GDF, nosso querido Saulo Izidório Vieira. Obrigado pela presença. (*Palmas.*)

Assistiremos agora a um vídeo em homenagem ao Dia do Contabilista. Antes eu convido todos, em posição de respeito, a acompanhar o Hino Nacional.

*(Procede-se à execução do Hino Nacional.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF)

– Assistiremos agora ao vídeo em homenagem ao Dia do Contabilista.

*(Procede-se à exibição de vídeo.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF)

– Eu quero registrar aqui também a presença dos estudantes do curso de Direito da Faculdade Unianchieta, de Jundiaí, São Paulo. Sejam bem-vindos ao Senado.

Registro também a presença aqui do meu irmão Geraldo Magela Ferreira e do meu filho Sérgio Izalci. Sem eles, eu não estaria aqui, estaria trabalhando num escritório de contabilidade.



Convido a Sra. Nyedja Gennari, que contará a história da Contabilidade.

**A SRA. NYEDJA GENNARI** – Senadoras e senhores, bom dia.

Convido os excelentíssimos presentes para uma viagem, uma viagem pela história, pela história da Contabilidade, que teve no Brasil o seu grande marco com a chegada da Família Real a esta ainda Corte há 210 anos. Então, apertem os cintos na imaginação ou soltem, se preferirem, e viajem comigo por essa história, que é tão antiga quanto a própria história da civilização e está ligada às primeiras manifestações humanas da necessidade social de proteção à posse e de perpetuação e interpretação dos fatos ocorridos com o objeto material, de que o homem sempre dispôs para alcançar os fins propostos.

Deixando a caça, o homem voltou-se à organização da cultura e do pastoreio. A organização econômica acerca do direito do solo acarretou em separatividade, rompendo a vida comunitária, surgindo divisões e senso de propriedade. Assim, cada pessoa criava a sua riqueza individual. Ao morrer, o legado deixado por essa pessoa não era dissolvido, mas passado como herança aos filhos ou parentes. A herança recebida dos pais – *pater, patris* – denominou-se patrimônio. O termo passou a ser utilizado para quaisquer valores, mesmo que esses não tivessem sido herdados.

A origem da Contabilidade está ligada à necessidade de registros do comércio. Há indícios de que as primeiras cidades comerciais eram dos fenícios. A prática do comércio não era exclusiva desses, sendo exercidas nas principais cidades da Antiguidade.

À medida que o homem começava a possuir maior quantidade de valores, preocupava-lhe saber quanto poderiam render e qual forma mais simples de aumentar as suas posses. Tais informações não eram de fácil memorização. Quando em maior volume, requeriam registros. E foi o pensamento do futuro que levou o homem aos primeiros registros, para que pudesse conhecer as suas reais possibilidades de uso, consumo e produção.

Com o surgimento das primeiras administrações particulares, aparecia a necessidade de controle, que não poderia ser feito sem um devido registro, para que pudesse se prestar conta da coisa administrada.

Há interessante relatos bíblicos sobre controles contábeis. Em um dos quais, o próprio Jesus relatou, em Lucas (16:1-7), que um administrador fraudou o seu senhor alterando o registro de valores a receber dos devedores. No tempo de José, no Egito, houve tal acumulação de bens que perderam a conta do que se tinha. Houve um homem muito rico, testemunhado na Bíblia, de nome Jó, cujo patrimônio foi detalhadamente inventariado no Livro de Jó (1:3); depois de perder tudo, ele recupera os bens, e um novo inventário é apresentado em Jó (42:12). Os bens e as rendas de Salomão também foram inventariados. Em outra parábola de Jesus, há a citação de um consultor que faz contas e se dispunha de dinheiro necessário para construir uma torre. Ainda se relata a história de um devedor que foi perdoado de sua dívida, registrado em Mateus (18). Tais relatos comprovam que, nos tempos bíblicos, os controles de ativos eram práticas comuns.

E assim foi se dando, dia após dia, a evolução da história da Contabilidade, desde sempre, mas, no Brasil, o seu grande marco se deu com a chegada da Família Real a esta terra. No ano de 1807, a Europa estava em guerra, e Napoleão Bonaparte ameaçava tomar Portugal, que tinha acordos comerciais firmados com a Inglaterra, principal inimiga da França. Quando o Imperador francês decidiu invadir as terras lusitanas, D. João e a Corte Real já haviam fugido para a principal colônia de Portugal, Brasil.

A primeira parada de D. João foi em Salvador, chegando aqui em 23 de janeiro de 1808. E, na capital baiana, ele assina o seu mais famoso ato, que mudaria o rumo do País, a Carta Régia,



que estabelecia a abertura dos portos com ações comerciais práticas necessárias, mudando, a todas as nações amigas.

Depois, a Corte Real seguiu para o Rio de Janeiro e a expansão comercial continuava. O Brasil deixava de ser Colônia e dava os seus primeiros passos para a sua independência, independência essa que foi um grande marco na história, pois a vinda da Família Real portuguesa incrementou todas as atividades comerciais, exigindo, devido ao aumento dos gastos públicos, um melhor aparato fiscal. Para tanto, constituiu-se o Erário Régio ou o Tesouro Nacional, juntamente com a criação do Banco do Brasil. As tesourarias da Fazenda e das províncias eram compostas de um inspetor, de um contador e um procurador fiscal, responsáveis por toda arrecadação, distribuição e administração financeira e fiscal de todo o dinheiro arrecadado, de toda movimentação que acontecia aqui no Brasil.

Outra estrutura importante que surgiu com a vinda da Família Real para o Brasil foi a Junta do Comércio, Agricultura e Fábrica, criada no Brasil em 23 de agosto de 1808, recebendo atribuições da extinta Mesa de Atribuições, órgão que tinha funções fiscais e técnicas relativas ao controle da qualidade e da comercialização do açúcar e do tabaco.

As funções da Junta Comercial eram amplas, abrangendo também falências comerciais, consulados comerciais e a supervisão nas aulas de comércio. A finalidade das aulas de comércio era preparar pessoas qualificadas com conhecimento em contabilidade para trabalharem nos órgãos públicos e demais empresas. Cada mestre era responsável por 20 alunos em cada aula, e, para ser admitido nessas aulas, o estudante deveria ter a idade de 14 anos, saber ler e escrever e contar. E a preferência para essa admissão eram os filhos ou os netos de homens de negócios. O curso tinha duração de três anos e foi um grande marco na história da Contabilidade.

Certamente, desde então, a Contabilidade está em constante mudança, motivada pelo crescimento econômico, pela nobre expansão do mercado, se adequando e buscando necessidades que atendam à realidade da atualidade, em que se vê uma transformação contínua, não sendo mais apenas uma forma de controle burocrático, mas um importante parceiro da entidade, trazendo informações necessárias e cruciais para cada tomada de decisão. Uma profissão nobre, que, desde os primórdios, busca atender às necessidades da sociedade através do controle do patrimônio de cada um, adequando as evoluções da economia a mudanças das empresas com preocupação e cuidado, para ser algo personalizado, tão personalizado que vocês, nobres amigos e colegas, mereciam esta homenagem do então Senador Izalci Lucas, em meu nome, Nyedja Gennari, contadora de histórias.

Obrigada. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF)

– Eu quero registrar aqui também, na galeria nossa, os alunos da Faculdade Projeção, de Ceilândia, de Administração. Sejam bem-vindos ao Senado.

Eu quero registrar também a presença aqui conosco dos estudantes do curso superior de Ciências Contábeis das instituições LS, Uninter e Unip.

Eu quero registrar também a presença do Presidente da Associação dos Peritos Judiciais, Árbitros, Conciliadores e Mediadores do Distrito Federal, Sr. Marcelo Daia Barreto; da Presidente do Instituto dos Peritos e Consultores Técnicos do Distrito Federal, Sra. Erlene Alves Arruda; do Secretário-Geral da Junta Comercial do Distrito Federal, Sr. Saulo Vieira; do Presidente do Conselho Regional de Fonoaudiologia 5ª Região, Danilo Mantovani; do Coordenador da Escola de Negócios da Faculdade LS, Prof. Ivan Calderon; do Presidente do Conselho Regional de



Contabilidade do Distrito Federal no período 2001/2003, o nosso colega contador José Tarcílio Carvalho do Nascimento; e também do Prof. Leonardo David de Oliveira, professor da Unip.

Eu quero aqui cumprimentar o Presidente do Conselho Federal de Contabilidade, Sr. Zulmir Ivânia Breda; a Subsecretária de Contabilidade Pública do Tesouro Nacional, Sra. Gildenora Batista Dantas; o Presidente do Instituto dos Auditores Independentes, Sr. Francisco Antonio Maldonado Sant'Anna; o Presidente da Associação Nacional dos Contabilistas do Poder Executivo Federal, Francisco da Chaga Lima; o Presidente do Conselho Regional de Contabilidade do Distrito Federal, Adriano de Andrade Marrocos; o Diretor de Administração e Finanças da Academia Brasileira de Ciências Contábeis e Presidente da Academia de Ciências Contábeis do Distrito Federal, José Antonio de França.

Eu quero cumprimentar aqui todos os meus colegas contadores, todos os alunos, convidados, professores.

Comemoramos, no último dia 25, o Dia do Profissional da Contabilidade e hoje estamos aqui para homenagear essa categoria profissional, que vem contribuindo desde o século XI para o desenvolvimento das nações em todo o mundo. Celebramos também os 59 anos do Conselho Regional de Contabilidade do Distrito Federal, bem como cumprimentamos com muita honra os nossos contabilistas aqui presentes e agradecemos aqueles que iniciaram toda essa nossa história.

Senhoras e senhores, o Dia do Profissional da Contabilidade do Brasil surgiu em 1926, pela luta do então Senador João Lyra, nosso patrono, que durou mais de 20 anos, até a regulamentação da nossa profissão, em 1946. É uma categoria que tem quase um século de serviços prestados ao País. No nosso mundo científico, a Contabilidade começou no século XVII e evoluiu até os dias de hoje. Já no Brasil, com a vinda da Família Real portuguesa, os gastos públicos e a renda dos Estados aumentaram, e isso exigiu um aparato fiscal mais completo. Naquele momento, foram constituídos o Tesouro Nacional e público e o Banco do Brasil. À época, as tesourarias de Fazenda nas províncias eram compostas de um inspetor, um contador e um procurador fiscal, responsáveis por toda a arrecadação, distribuição e administração financeira e fiscal.

Hoje, as funções do profissional da contabilidade cresceram e se tornaram de vital importância para a tomada de decisões nas empresas, bem como para atrair investidores. O contabilista vem ganhando cada vez mais espaço no mercado, em auditoria, controladoria, e nas ciências atuariais.

Senhoras e senhores, a contabilidade tem avançado em todo o mundo, tanto no setor privado quanto no setor público, e tem sido a força auxiliar das empresas e dos governos. A contabilidade brasileira avançou sobremaneira no setor privado, entretanto, na área pública, em que ela tem papel preponderante na proteção do Estado, não tem havido interesse no fortalecimento dos sistemas de contabilidade e custos no Poder Executivo. A reestruturação e o fortalecimento dos sistemas de contabilidade e custos do Poder Executivo Federal e a criação da Secretaria Federal de Contabilidade e da carreira de Contadoria do Estado têm sido uma luta que abraçamos e que foi sugerida pelo Conselho Regional de Contabilidade do Distrito Federal.

O próprio Tribunal de Contas da União recomenda há anos o fortalecimento da estrutura organizacional e provimento de recursos humanos a setores contábeis do setor executivo. No setor privado, as coisas andam mais rápido e progridem. Entretanto, ainda há muitos entraves, especialmente a burocracia e a enorme carga tributária que mata empresas e sonhos.

É preciso muita batalha para ir tirando as pedras do caminho. Algumas conquistas devem ser comemoradas, como a transferência, agora, da Junta Comercial do DF para o âmbito do Governo



local. Fui Relator da Medida Provisória nº 861, de 2018, aprovada no último dia 16 de abril, que transfere da União para o Distrito Federal as atividades de registro público de empresas mercantis e atividades afins no Distrito Federal. A aprovação dessa MP foi muito importante, porque o DF era a única unidade da Federação que tinha junta comercial vinculada à União. A transferência era uma reivindicação antiga dos funcionários e do setor produtivo, que enfrentam diversas dificuldades no acesso aos serviços prestados. Com a mudança, as demandas serão atendidas eletronicamente, reduzindo a burocracia e o tempo de espera, e haverá modernização do órgão.

Agora a Câmara Legislativa do DF vai analisar o PL 214, de 2019, que cria, no âmbito do Governo do Distrito Federal, a Junta Comercial Industrial e de Serviços do Distrito Federal, de modo que possamos estabelecer toda a estrutura necessária para que a junta funcione plenamente. Todos os serviços poderão ser feitos remotamente, eliminando a papelada e desburocratizando a vida das empresas. Com esse e outros avanços, mesmo ainda sem ter sua junta ligada diretamente ao DF, mas com os esforços de nossos servidores, a Junta do DF já se colocava entre as melhores do *ranking* das 27 unidades da Federação.

Quero aproveitar a oportunidade para agradecer ao Presidente da Junta Comercial, Prof. Antônio Eustáquio Corrêa da Costa, meu Prof. Tatá, que tem trabalhado incansavelmente pela modernização desse órgão tão importante.

Eu também quero informar que temos defendido no Congresso Nacional um projeto que prevê a anistia da multa que está sendo imposta aos contadores por atraso na entrega da Guia de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social entre os anos de 2009 e 2013. Os profissionais da Contabilidade estão apreensivos com as multas desproporcionais que lhes foram atribuídas, no valor de R\$500 para cada obrigação acessória, sendo que que, não raramente, há diversas informações e para cada informação se imputou uma multa.

O que acontece é que, devido a essa mudança, inúmeros escritórios de contabilidade já acumularam débitos acima de R\$1 milhão, R\$2 milhões ou até R\$3 milhões, com o agravante de que não há como os contadores repassarem tais débitos às empresas a que prestam serviços. Há casos em que o contador adquire o escritório após consolidada vultosa dívida a título de multa, obrigação que recai injustamente sobre os seus ombros. Esse grave estado de coisas tem levado inúmeros profissionais ao mais absoluto desespero, em todos os Estados e aqui também, no Distrito Federal, a ponto de se registrarem lastimáveis tragédias pessoais, como o caso de suicídio de profissionais honrados.

O projeto a que me refiro é o PLC 96, de 2018, que pretende corrigir essa distorção. A matéria está em análise na Comissão de Assuntos Sociais aqui do Senado. O Relator é o Senador Paulo Paim. O texto desse projeto é resultado de acordo com o Governo Federal passado. Para ajustarmos alguns pontos no texto, fizemos várias reuniões junto ao gabinete do Senador Paim e representantes dos contadores e da Receita Federal. Como o texto do PLC dava margem a dupla interpretação, ele precisava ser corrigido. Foi importante corrigir e já o fizemos. É importante lembrar que o objetivo do projeto é o perdão da multa pelo atraso da entrega da guia e não do pagamento do tributo. Tão logo os ajustes sejam feitos, o projeto seguirá sua tramitação e vamos trabalhar para que ele seja analisado o mais rapidamente possível.

Sras. e Srs. Senadores, em 2019, o Senado da República prestará homenagem aos contadores brasileiros, mais especificamente na data em que celebramos o Dia do Contador, ao protegê-los do excesso de exação que lhes foi imposto pela Receita Federal, que imputa à classe cobrança de multas desproporcionais e injustas. Eis, portanto, a tarefa que se impõe.



Minhas senhoras e meus senhores, meus caros colegas, hoje comemoramos aqui os nossos profissionais, que, a cada dia, são melhores e mais especializados. É com alegria e orgulho que comemoramos a força das nossas entidades de classe, especialmente o nosso Conselho Federal de Contabilidade e o nosso Conselho Regional de Contabilidade aqui do Distrito Federal.

Celebramos, sobretudo, o lugar de destaque que temos na economia do País. Um setor que responde por 6,4% do Produto Interno Bruto brasileiro, com cerca de 400 mil empresas e 4,5 milhões de empregados diretos merece respeito e reconhecimento.

Mas não podemos nos esquecer do aprimoramento e de seguir o fluxo da modernidade. O mundo tecnológico e da inovação vai nos ajudar mais ainda. Vamos ampliar o nosso escopo de atuação.

Segundo o Prof. Miklos Vasarhelyi, da Universidade de Rutgers, dos Estados Unidos, primeira instituição de ensino de Contabilidade em nível mundial a ocupar, por 20 anos, a liderança na formação contábil disse – abro aspas –: "A tecnologia traz muitos benefícios, mas também muitos desafios". Sobre o uso da inteligência artificial no cenário contábil mundial, o Prof. Miklos afirmou: "Os profissionais que trabalham com padrões contábeis e de auditoria têm que acompanhar a velocidade das informações digitais". E deu mais uma dica sobre a contabilidade social. Disse ele: "Se você apresenta dados à sociedade, ela certamente irá monitorar o trabalho dos gestores".

Para finalizar, quero pedir a todos que aqui se encontram que façam uma reflexão sobre as palavras de Albert Einstein, que disse: "No meio da dificuldade encontra-se a oportunidade".

Obrigado a todos.

Parabéns aos amigos e colegas contabilistas do Distrito Federal e de todo o Brasil! (*Palmas.*)

Convido agora também, para fazer uso da palavra, meu amigo, meu colega e nosso grande líder, Senador Chico Rodrigues.

**O SR. CHICO RODRIGUES** (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR. Para discursar.) – Quero primeiro saudar o Contador Izalci Lucas, colega Senador. Juntos fomos eleitos para defender essa classe de cerca de 518 mil profissionais de contabilidade no País. Excelente iniciativa, meu caro colega Izalci, para homenagear essa importante classe.

Quero cumprimentar também os que compõem a Mesa Diretora: além do meu amigo Senador Izalci Lucas; o Presidente do Conselho Federal de Contabilidade, Sr. Zulmir Ivânia Breda; a Subsecretaria de Contabilidade Pública da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda, Sra. Gildenora Batista Dantas Milhomem; Presidente do Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (Ibracon), Sr. Francisco Antonio Maldonado Sant'Anna; Presidente da Associação Nacional dos Contabilistas do Poder Executivo Federal (Anaconta), Sr. Francisco da Chaga Lima; Presidente do Conselho Regional de Contabilidade do Distrito Federal, Sr. Adriano de Andrade Marrocos; Diretor de Administração e Finanças da Academia Brasileira de Ciências Contábeis (Abracicon) e Presidente da Academia de Ciências Contábeis do Distrito Federal (Acicon-DF), Sr. José Antonio de França.

Quero cumprimentar também as autoridades aqui presentes, a Presidente da Federação Brasileira das Associações de Peritos, Árbitros, Mediadores e Conciliadores e Vice-Presidente de Fiscalização, Ética e Disciplina do Conselho Federal de Contabilidade, Sra. Sandra Maria Batista; o Presidente do Conselho Regional de Odontologia do Distrito Federal, Sr. Marco Antônio dos Santos; a Vice-Presidente de Desenvolvimento Profissional do Conselho Regional de Contabilidade do Distrito Federal, Sra. Darnele Lunelli; o Presidente do Sindicato dos Contabilistas de Brasília,



Sr. Marcello José Moreira; o Reitor do Centro Universitário Estácio de Brasília, Sr. Aparicio Pereira Duarte Filho.

No Brasil, podemos afirmar, existe um verdadeiro mar de tributos. Estudos apresentam uma lista de cerca de 70 tributos diferentes, incluindo os impostos, as taxas, as contribuições de melhoria e as contribuições sociais, que sufocam a atividade econômica, única geradora de renda e emprego sustentável, e que penalizam principalmente as micro e pequenas empresas.

É urgente e de extrema importância para destravar nossa economia uma ampla discussão nesta Casa em torno da reforma tributária. E, nessa discussão, teremos de ouvir a classe dos profissionais de contabilidade, pois eles estão no dia a dia do cumprimento da legislação, conhecendo as grandes dificuldades que as empresas sofrem para honrar os seus compromissos tributários, fiscais, trabalhistas e previdenciários, seja no pagamento dos impostos, mas, sobretudo, nas chamadas obrigações acessórias, criadas por um Estado arrecadador cada vez mais exigente e voraz. Temos muito a avançar na discussão da atual legislação para uma simplificação dessas obrigações acessórias, as quais cobram pesadas multas, tirando o sono e a tranquilidade dos escritórios de contabilidade e dos seus clientes.

Especialmente em âmbito federal, temos de incentivar o Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, o chamado Simples Nacional, que favorece os contribuintes nele enquadrados, com a apuração e o recolhimento de diversos tributos através de um único documento de arrecadação, de forma centralizada, calculados pela aplicação de uma única alíquota sobre o valor da receita bruta mensal. Cabe ressaltar que não há isenção de tributos, apenas simplificação da arrecadação e redução, obviamente, da carga tributária.

Precisamos ampliar as atividades que podem ser enquadradas no Simples Nacional, através dos projetos que estão tramitando nesta Casa. Discutimos e votamos qual a urgência que a realidade nos impõe para gerarmos mais emprego e mais renda para nossa população.

Concluindo este meu breve pronunciamento, quero parabenizar todos os profissionais que atuam na contabilidade, técnicos, contadores, auditores, peritos, professores e empresários contábeis.

Tenho a absoluta certeza da importância do trabalho das senhoras e dos senhores na elaboração das informações que a contabilidade produz para tomada de decisões nas empresas e no Estado.

Ressalto as qualidades que esta classe tem como princípios e valores, integridade nos serviços, exemplar conduta profissional, objetividade, competência, confidencialidade e ética.

Portanto, eu deixo aqui hoje este meu registro em nome do meu Partido Democratas. E parabenizo de uma forma muito justa o Senador Izalci Lucas pela defesa intransigente, pela competência profissional, mas, acima de tudo, com o compromisso de que essas alterações, de que esses avanços, de que essas conquistas venham beneficiar o contribuinte brasileiro e toda nossa população.

Portanto, parabéns a todos vocês, especialmente ao companheiro Izalci Lucas, pelo seu empenho, sua dedicação e seu profissionalismo.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF)  
– Obrigado, Senador.



Quero registrar a presença do Prof. Leonardo Davi, com todos os seus alunos da Universidade Unip.

Convido também, para fazer uso da palavra, o Presidente da Associação Nacional dos Contabilistas do Poder Executivo Federal (Anaconta), Sr. Francisco da Chaga Lima.

**O SR. FRANCISCO DA CHAGA LIMA** – Cumprimento todos, especialmente o Senador Izalci Lucas por esta oportunidade. Posso dizer, sem sombra de dúvida, que já é uma tradição, antes na Câmara e agora no Senado, sempre da autoria do Senador Izalci Lucas, esta homenagem tão importante e tão relevante para a categoria contábil.

Queria cumprimentar o Presidente do Conselho Federal de Contabilidade, contador Zulmir Breda; a Sra. Gildenora Milhomem da Subsecretaria de Contabilidade Pública do Tesouro; Presidente Francisco Antonio Maldonado, do Ibracon; meu amigo contador Adriano Marrocos, Presidente do CRC-DF; o nobre contador José Antonio de França, da Abracicon. E queria cumprimentar também, em especial, todos no Plenário, aqueles que estão nos ouvindo, vendo pela Internet; o nosso ex-presidente da Anaconta, Fred; meus amigos conselheiros do CRC-DF, com os quais tenho a grata satisfação de compor essa nobre missão.

Senador, quero reforçar aqui o início de seu discurso e tomar emprestadas algumas palavras que reputo muito importantes, que dizem respeito ao resgate, à valorização e à necessidade de se dar a devida importância aos contadores públicos federais, estaduais e também municipais.

Em 2013, ano da contabilidade no Brasil, foi criada a Associação Nacional dos Contabilistas do Poder Executivo Federal, apadrinhada pelo nosso Presidente no CRC-DF, Adriano Marrocos. E esta instituição nasceu na sede do CRC-DF.

A Anaconta, Sr. Senador e senhores presentes, representa todos os contadores lotados no Poder Executivo Federal. E não são poucas pessoas.

Mas a gente tem hoje infelizmente uma realidade muito diferente do que a gente almeja e do que a gente merece. Só para vocês terem uma ideia, nós não temos, em âmbito nacional, uma carreira exclusiva para os contadores. E isso é uma coisa muito ruim, porque, em função dessa situação, nós temos vários profissionais da área contábil, sejam contadores, sejam técnicos em contabilidade, que são assediados no dia a dia da sua atividade, que são afastados, muitas vezes, do seu trabalho porque não concordam com determinadas posturas adotadas por alguns gestores e que acabam descumprindo a legislação. E quando um profissional da contabilidade, zeloso que é pela correta prestação de contas, pela transparência, pela obediência à legislação, emite um parecer contrário ou se coloca no sentido de orientar para que aquilo seja feito de outra forma, é alijado do processo. Às vezes ele é remanejado do setor, às vezes ele muda de local de trabalho.

Nós temos caso, como o Senador Izalci mencionou, na área privada... Eu venho da área privada, Senador, estou no segmento contábil há 30 anos, com muita alegria, e, desses, metade na área privada e metade na área pública. E a gente percebe claramente que na área privada a gente tem visto uma valorização, um esforço, uma capacitação contínua; mas no serviço público federal, infelizmente não acontece isso. Sabemos do esforço da Secretaria do Tesouro Nacional, da Subsecretaria de Contabilidade, mas tem sido muito pouco.

Em 2013, senhoras e senhores, só para terem uma ideia, nasceu um projeto de criação da Secretaria Nacional de Contabilidade. E essa Secretaria Nacional de Contabilidade basicamente, o que ela faria? Ela reuniria todos os contadores do Poder Executivo Federal num único órgão. E isso ia dar mais autonomia, mais liberdade, mais transparência. Nós estariam subordinados a um órgão central. O projeto previa inclusive a nossa vinculação ao Ministério da Economia.



E muitas pessoas acharam que esse projeto foi um projeto simplesmente para aumentar a remuneração dos contadores. Apesar de ser um pleito justo, não era nada disso. A única coisa que nós gostaríamos é que o contador, a contadora em nível do Poder Executivo Federal tivesse o seu respeito, tivesse o seu lugar, que ele tivesse autonomia, que ele tivesse imparcialidade, que ele pudesse trabalhar em benefício da transparência da prestação de contas. E esse processo encontrase engavetado no Ministério da Economia desde 2013. E esse projeto nasceu fruto de um esforço da Anaconta com o Conselho Regional de Contabilidade do Distrito Federal e o então Deputado Izalci Lucas, hoje nosso Senador.

Quero pedir, Senador, e também ao Presidente Zulmir Breda, do Conselho Federal de Contabilidade, que nos ajudem nessa luta. Nós não queremos, de modo algum aqui, fazer com que o papel do contador, da contadora, ou esse profissional seja maior ou menor, valorizado que os demais; nós queremos apenas que seja reconhecido, porque como pouco antes de nós conversamos aqui no bastidor, com nosso mestre Gerardo Gama, ele estava dizendo o seguinte, e aí eu escutei e tomo emprestada aqui uma parte da fala dele para dizer isto: nós temos hoje atuando, em segmentos e atividades que são meramente contábeis, inúmeros profissionais. Isso, em todas as esferas de Governo. Nós temos pessoas que não são contadores fazendo auditoria contábil; nós temos pessoas que não são contadores sendo coordenadores de contabilidade em órgãos. Pode um negócio desse, minha gente? Como é que um profissional da área contábil pode ser chefe da contabilidade?

E isso se resolve de que forma, Senador? Resolve-se criando uma carreira específica, vinculando todos os profissionais do Poder Executivo Federal com a sua respectiva localidade, permitindo a transversalidade, permitindo que eles possam seguir os preceitos que hoje vêm da Secretaria do Tesouro Nacional, das orientações contábeis dos CRCs locais, do Conselho Federal de Contabilidade.

Então, Senador, gostaria de pedir, para finalizar o meu discurso, mais uma vez que nos ajude nessa empreitada.

Neste ano de 2019, a gente teve uma grata surpresa, como o Senador bem disse... Toda essa defasagem, essa dificuldade, essas limitações, essas situações bastante desagradáveis estão relacionadas em inúmeros acórdãos do Tribunal de Contas, uma vez que já restou evidenciada a ausência de profissionais, o afastamento, a mudança de áreas, sem contar outras situações como o afastamento até por motivo de doença.

Neste ano de 2019, os órgãos públicos passaram a entregar o seu relatório de gestão na forma de relato integrado. Reputo isso como sendo um grande avanço para a contabilidade pública brasileira, porque, até então, o trabalho do contador era basicamente relegado ao Siafi, em âmbito federal, a alguns sistemas e a algumas notas explicativas muito acomodadas; e, hoje, com essa exigência do Tribunal de Contas da União de que o relatório agora seja feito nesse formato de relato integrado permitiu que o profissional da contabilidade pudesse, ali, sim, fazer a sua nota explicativa, fazer o seu comentário, fazer a sua análise horizontal, vertical; enfim, todas as análises do balanço.

Então, eu acho que é um momento importante. Assim, gostaria de relevar isso. Mas é muito pouco ainda. Precisamos contar com a ajuda do Tesouro, do CFC, desta Casa e do Senador. Temos a certeza de que contaremos com esse apoio no sentido de destrancar esse projeto.

Queria agradecer a cada um de vocês, agradecer aos presentes, aos amigos contadores dos Estados, que também estão nos acompanhando pela internet, aos contadores das universidades



federais, dos institutos federais de educação, do Incra, meu órgão de origem, ao pessoal da Previdência Social, enfim, e dizer: pessoal, nós não podemos desistir dessa nossa profissão, que é muito nobre.

Tenho aqui a grata satisfação de, neste Plenário, ter vários amigos e alguns mestres ao longo dessa carreira; e é importante dizer que, neste momento, nesta homenagem muito justa, nós nunca podemos perder isso de vista: o contador brasileiro, a contadora brasileira, em qualquer âmbito, seja na iniciativa privada, na área pública municipal, estadual ou federal, precisa ser reconhecido, precisa ter a importância devida. É um profissional com quem todos, a sociedade brasileira, pode contar – ouviu, Senador? –, porque, sem eles, a arrecadação brasileira é frustrada, enfim, a transparência não existe.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF)

– Quero registrar aqui também a presença de José Luiz Marques Barreto, Vice-Presidente do Controle Interno do CRC-DF.

Quero registrar também a presença, nas galerias, dos estudantes do curso de Direito da Faculdade UniAnchieta, segunda turma, de Jundiaí, São Paulo.

Sejam bem-vindos ao Senado!

E já passo a palavra, imediatamente, ao nosso Presidente do Conselho Regional de Contabilidade do Distrito Federal, Sr. Adriano de Andrade Marrocos.

**O SR. ADRIANO DE ANDRADE MARROCOS** – Saúdo V. Exa., Senador da República, contador Izalci Lucas, e, ao cumprimentá-lo, permita-me iniciar agradecendo por este momento, que traz para a Casa dos Representantes dos Estados e do Distrito Federal a classe contábil brasileira, devidamente representada por suas entidades maiores. E, complementarmente, permita-me parabenizá-lo pelo êxito nas urnas, que trouxe um contador para o Senado Federal.

Quero agradecer também as gentis palavras do Senador Chico Rodrigues.

Enfim, muito obrigado por este momento.

Sr. Presidente do Conselho Federal de Contabilidade, nosso amigo, o Contador Zulmir Ivânia Breda, em nome de quem cumprimento os demais integrantes da Mesa; senhoras e senhores aqui presentes, Conselheiros do CFC, do Conselho Regional de Contabilidade do Distrito Federal e dos demais conselhos instalados nas outras 26 unidades da Federação; meus pares; presidentes de Conselhos Regionais de outras profissões regulamentadas aqui presentes; detentores da Medalha Mérito Contábil; Prof. Luiz Eneas Costa; representantes das entidades sindicais, em especial um carinhoso abraço no nosso Presidente do Sindiconta, Marcello José Moreira; representantes de entidades associativas; representantes do SFC/DF nas regiões administrativas, e colegas que atuam em comissões técnicas, em grupos de trabalho; minha amiga Nyedja, eu quero só 10% da memória – depois você providencia essa doação para mim –; minhas amigas técnicas em contabilidade, contadoras; meus amigos técnicos em contabilidade, contadores, hoje é um dia especial e por vários motivos.

Primeiro motivo, Senador Izalci Lucas, é porque foi nesta Casa, no Senado Federal, que nossos primeiros pleitos foram atendidos. Foi nesta Casa que o Senador da República João Lyra Tavares conseguiu a reformulação do ensino da contabilidade e que iniciou a discussão que levou ao estabelecimento das novas condições para o registro de contadores e guarda-livros.

Esse processo político, iniciado em 25 de abril de 1926, em São Paulo, trouxe ainda, pouco mais de vinte anos depois, a edição do Decreto-Lei nº 9.295, que tem em seu art. 2º: "A



fiscalização do exercício da profissão contábil, assim entendendo-se os profissionais habilitados como contadores e guarda-livros, será exercida pelo Conselho Federal de Contabilidade e pelos Conselhos Regionais de Contabilidade."

Enfim, é um dia para comemorar. Como já registrei, hoje é um dia especial e por vários motivos.

Outro motivo é o fato de termos um contador no Senado Federal. E não podia ser em um momento mais apropriado, afinal, está em discussão nas Casas Legislativas Federais projetos acerca da reformulação do Código Comercial, do Código Civil, do Código Tributário, da composição do Tribunal de Contas da União, da criação do Código de Defesa do Contribuinte, da anistia das multas (GFIP), aplicadas às operações que tratavam de contribuições sobre o pró-labore e que não trazem informação relevante, pois a GFIP identifica beneficiário de contribuição previdenciária e fundo de garantia, e essa situação já estaria resolvida. Enfim, inúmeros debates a respeito de temas que requerem nossas competências, tudo na direção da construção de um Brasil mais ético e transparente.

Sabe, Senador Izalci, demais Senadores desta Casa de leis, que precisamos ainda tratar de projetos que tragam maior transparência das informações contábeis, tanto para o setor público quanto para o setor privado. Empresas, independentemente de serem constituídas como sociedades anônimas de capital fechado ou limitadas, divulgam anúncios de produtos e serviços em seus sítios na internet e deveriam ter a obrigação de publicar, pelo menos, as demonstrações contábeis dos últimos dois anos. Isentá-las à publicação impressa com o objetivo de reduzir custos é compreensível, mas afirmar que não haverá prejuízo na transparência contábil é demais, afinal, com esse recurso tão explorado e já com curso internalizado nas empresas, afetamos pesquisas, informações a fornecedores e instituições financeiras, além do próprio Governo.

Assim também todas as entidades do terceiro setor, incluindo condomínios, associações, fundações, sindicatos, federações, enfim, quem administra recursos de terceiros deve prestar contas.

E, ainda que o setor público já tenha que atender ao controle social, criado pela Lei de Acesso à Informação, precisamos avançar. Para tanto, Senador Izalci, o atendimento ao nosso pleito, iniciado no CRCDF, da criação da Secretaria de Contabilidade Nacional, que agregaria todos os técnicos em contabilidade e contadores do setor público e coordenadoria, inclusive a gestão do Siafi, seria o maior sinal de transparência que um Governo poderia apresentar. A situação, na avaliação do setor público, pelo Tribunal de Contas da União, já ocupou diversas manifestações em decisões daquela Corte de contas, já foi por demais externada. Nossos profissionais são competentes e atuam nas bases, muitas vezes impedindo que gestores públicos apliquem recursos de forma indevida, mas a estrutura é frágil e precisa ser aprimorada.

Contamos com o seu apoio e o de todos os Senadores desta Casa de leis.

Enfim, senhoras e senhores, como já disse, hoje é um dia especial e por vários motivos. Sabe, Senador Izalci, hoje é a primeira sessão solene que se promove aqui no Senado Federal em homenagem à nossa classe, à sua classe. E, ao mesmo tempo, para mim é especial: também é a primeira vez que ocupo esta tribuna e, ao mesmo tempo, a última, pois cumprirei meu mandato em dezembro deste ano, quando completarei 24 anos de dedicação à classe contábil do Distrito Federal, sendo 22 anos como conselheiro e 2 anos contribuindo na coordenação de grupos de trabalho e comissões técnicas, além de completar uma jornada de oito anos à frente do CRCDF,



como primeiro brasiliense a ocupar a sua presidência. Dos meus 53 anos de idade, 24 terão sido dedicados à minha classe, com muito orgulho.

A todos que fizeram parte dessa jornada o meu muito obrigado. Um carinho especial ao meu Prof. França, pois temos sempre que respeitar aqueles que contribuíram para a nossa formação. E a toda classe contábil brasileira que nos assiste agora, a todos os Senadores desta Casa de leis, que fique registrado nos *Anais* desta sessão que contamos com o apoio deste Poder Legislativo em nossos projetos para, assim, fazer um Brasil mais transparente, ético e justo. Parabenizo a todos os técnicos em contabilidade, a todos os contadores que compõem esta que é uma das profissões mais modernas, dinâmicas e importantes do nosso País.

Ao desejar sucesso e conquistas a todos, encerro minha participação, com meu humilde, singelo, mas sincero muito obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF)

– Convido também para fazer uso da palavra o Presidente do Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (Ibracon), Sr. Francisco Antonio Maldonado Sant'Anna.

**O SR. FRANCISCO ANTONIO MALDONADO SANT'ANNA** – Ilustríssimo Presidente, requerente desta sessão de comemoração, Senador Izalci Lucas – queria parabenizá-lo aqui pela iniciativa do prestígio à nossa categoria de contadores –; ilustríssimo Presidente do Conselho Federal de Contabilidade, Sr. Zulmir Ivânia Breda; Subsecretaria de Contabilidade Pública da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda, Sra. Gildenora Batista Dantas Milhomem; Presidente da Associação Nacional dos Contabilistas do Poder Executivo Federal, Sr. Francisco da Chaga Lima; Presidente do Conselho Regional de Contabilidade do Distrito Federal, Sr. Adriano de Andrade Marrocos; Diretor de Administração e Finanças da Academia Brasileira de Ciências Contábeis, Sr. José Antonio de França; Senador Chico Rodrigues e demais Senadoras e Senadores, contadores e presentes neste plenário, hoje aqui, quero iniciar falando um pouquinho a respeito da importância, como o Presidente do Ibracon (Instituto dos Auditores Independentes do Brasil), e do significado da auditora independente do nosso País, uma profissão que atua aqui há por volta de cem anos, sempre em crescimento, sempre usando a contabilidade, o conhecimento contábil com base, alicerç para a prática da nossa atividade e, cada vez mais, contribuindo para a sociedade brasileira, para o mercado de capitais, para uma atuação segura, independente, carregada do comportamento do ceticismo profissional, que é vital na atividade da autoria independente. Orgulho-me de ser parte disso, ter praticado por toda a minha vida, ter incentivado e de ter a oportunidade, nesta Casa, de disseminar a importância dessa profissão.

Nesse contexto, eu diria que, em uma entidade, a responsabilidade pela governança, pela melhor prática é compartilhada entre vários setores, a começar pelo conselho de administração de uma empresa, seu conselho fiscal, o seu comitê de auditoria, a sua auditoria interna, sua diretoria de *compliance*, os seus modelos de controle interno e também pelo auditor, que é a parte independente que verifica, faz o acesso de todo esse processo para emitir a sua opinião e também pelos reguladores, os analistas, as pessoas que interpretam as moções financeiras. Isso tudo para dizer que a profissão de auditoria não é um atestado de seguro total da qualidade de uma administração financeira. Ele é mais um participante desse processo com responsabilidade grande de atuar independentemente na sua função, com a limitação inerente à responsabilidade profissional.



Outro papel importante que o Ibracon tem feito nos últimos anos aqui, no Brasil, sabendo que o Brasil é aderente às normas internacionais de contabilidade... Ou seja, a contabilidade que se pratica no Brasil é a mesma que em outros países que também aderiram. Então o Brasil está globalizado nesse sentido. O Ibracon tem atuado na atividade de ponta, no sentido, por exemplo, de ser o responsável pela tradução das normas internacionais, pela disseminação no Brasil, não só a divulgação como o treinamento dos profissionais, não só auditores, mas contadores também. O Ibracon também é membro do CPC do Brasil, junto com o CFC e outros membros do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, que também tem a função de fazer a disseminação dos princípios.

Então, a gente tem um compromisso muito grande com o alinhamento, com a manutenção disso no Brasil, o que traz um valor de credibilidade muito grande para este País, no sentido em que se tornam "entendíveis" todos os processos contábeis para a questão de captação de investimentos, inserção no mercado global.

Nessa linha, eu ainda queria de comentar a respeito das Ipsas, que são princípios contábeis aplicados ao setor público, de que o Brasil também é signatário, mais recente, tem um prazo, que já iniciou, de implementação, com conclusão até 2024. Governo Federal, governos estaduais e Municípios do Brasil vão ter uma contabilidade uniforme, não mais baseada em contabilidade orçamentária, e, sim, patrimonial, o que vai permitir uma comparação das performances, uma avaliação das obrigações, dos direitos, e um controle maior da sociedade sobre o cumprimento do orçamento, dos gastos dos Municípios e um benefício total não só para o Município, que bem gerido atrai investimentos, consegue fontes de recursos e financiamento, mas também um benefício grande para a sociedade, para o cidadão em si, em termos de controle e acompanhamento das atividades da sua região.

Outro item importante em que o Ibracon tem atuado bastante é na disseminação do conhecimento. O Ibracon tem como compromisso, entre outros, emitir as orientações técnicas para seus associados e prover bastante treinamento de auditoria e contabilidade, de tal forma que a nossa visão é de que os nossos associados, como um todo, independentemente do tamanho, tenham condições de atuar com similaridade e bastante qualificação, porque entendemos que a profissão forte é aquela em que todos são fortes.

Um item importante também de relatar aqui é a sinergia que estamos tendo bastante com os Conselhos Regionais de Contabilidade do Brasil todo e, em última instância, com o Conselho Federal de Contabilidade. São os nossos reguladores. Estamos juntos na questão da educação continuada, da certificação profissional e da defesa das bandeiras da profissão da contabilidade. Isso é uma coisa muito positiva para a profissão, porque ela permite que possamos ter foco e unidade para podermos devolver para a nossa comunidade, que é enorme, mais de meio milhão de profissionais contadores no Brasil.

Queria finalizar aqui, Senador, agradecendo novamente a oportunidade de podermos estar disseminando o que fazemos, compartilhando com vocês, e deixar enfatizados alguns princípios fundamentais da nossa profissão de auditoria independente, que são o conhecimento profundo, a independência, a ética, a transparência e a responsabilidade social.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF)

– Quero aqui também registrar a presença de João França, assessor parlamentar da Comissão de Educação, Saúde e Cultura da Câmara Legislativa, que traz aqui uma mensagem, em homenagem aos contabilistas, do Deputado Jorge Vianna, que é o Presidente dessa Comissão.



Convido para fazer uso da palavra a Subsecretária de Contabilidade Pública da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda, Sra. Gildenora Batista Dantas Milhomem.

**A SRA. GILDENORA BATISTA DANTAS MILHOMEM** – Exmo. Senador Izalci Lucas, a quem nós agradecemos por ser o Presidente e o requerente desta solenidade em comemoração ao Dia do Contabilista. Cumprimento o Presidente do Conselho Federal de Contabilidade, o nosso querido contador Zulmir Ivânia Breda. Cumprimento o Presidente do Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, Ibracon, Sr. Francisco Antonio Maldonado Santana. Cumprimento o Presidente da Associação Nacional dos Contabilistas do Poder Executivo Federal, Anaconta, Sr. Francisco da Chaga Lima. Cumprimento o Presidente do Conselho Regional de Contabilidade do Distrito Federal, nosso querido contador Adriano de Andrade Marrocos. Cumprimento o Diretor de Administração e Finanças da Academia Brasileira de Ciências Contábeis e Presidente da Academia de Ciências Contábeis do Distrito Federal, Sr. José Antonio de França, meu eterno mestre. Cumprimento também a nossa querida Vice-Presidente de Fiscalização, Ética e Disciplina do Conselho Federal de Contabilidade, contadora Sandra Maria Batista, que também é a Presidente da Federação Brasileira das Associações de Peritos, Árbitros, Mediadores e Conciliadores. Cumprimento também a nossa querida contadora Darlene Lunelli, Vice-Presidente de Desenvolvimento Profissional do Conselho Regional de Contabilidade do Distrito Federal. Cumprimento a minha querida colega da Secretaria do Tesouro Nacional e Coordenadora de Informação de Custos e Gestão Patrimonial da Subsecretaria de Contabilidade Pública do Tesouro, contadora Rosilene Oliveira de Souza. Fiz alguns cumprimentos às mulheres que representam as contabilistas no setor privado e no setor público.

A contabilidade pública realmente passa por grandes desafios, e nós temos que encontrar todas as oportunidades, Senador Izalci. Não é fácil. No setor público, a engrenagem é muito pesada. Nós temos uma estrutura administrativa que, às vezes, por suas mudanças, causa-nos alguns desafios maiores.

Porém, eu gostaria de afirmar a todos que a contabilidade pública passa por seu melhor momento. Vou repetir: a contabilidade pública no Brasil passa pelo seu melhor momento: um momento de reconhecimento, um momento de valorização e um momento de transparência e independência do profissional contábil.

Temos muito ainda a percorrer? Sim. Nós estamos num processo de convergência aos padrões internacionais, que são as Ipsas, desde o ano de 2008. E esse processo vem em parceria com o Conselho Federal de Contabilidade, que é o órgão que tem a competência para editar normas de contabilidade na área profissional e na área técnica, tanto para o setor privado quanto para o setor público.

Então, esse trabalho que nós estamos fazendo se iniciou em 2008. Nós tivemos uma primeira gestão do grupo assessor das normas brasileiras de contabilidade técnica do setor público. Esse grupo trouxe uma grande discussão e uma grande contribuição ao se editarem as primeiras normas, as NBCs TSPs, de 01 até 16.11.

Hoje, nós já estamos na segunda gestão do grupo assessor e temos orgulho de dizer que o primeiro coordenador desse segundo grupo foi o então Vice-Presidente Técnico à época o Contador Zulmir Ivânia Breda, que hoje é o nosso Presidente do Conselho Federal de Contabilidade. E temos hoje, coordenando o GA, o nosso querido Contador Idésio Coelho, que também já presidiu o Ibracon.



Pois bem, nós já estamos em um avanço em que já temos 11 normas editadas, essas NBCs TSPs. Elas são o processo de convergência a normas internacionais. E o melhor, quando nós participamos de eventos internacionais, o Brasil não fica atrás de nenhum outro país. Nós temos países que fizeram a convergência, que é chamada de convergência direta: traduz-se a norma internacional e se aplica.

Só que, muitas vezes, em seminários internacionais, estamos vendo convergência – eu brinco – que é de PowerPoint. No Brasil, não. No Brasil nós temos uma convergência que é denominada indireta, porque nós temos que observar todo o arcabouço legal e normativo, a nossa Constituição, nossa Lei de Responsabilidade Fiscal e nós não podemos simplesmente traduzir e tentar implantar. Não dá; nós temos que observar as nossas especificidades.

Senhoras e senhores, não é fácil para um país como o Brasil. Nós temos a própria União, onde são mais de 80 órgãos, nós temos os Estados, o Distrito Federal e mais 5.570 Municípios. E vejam: a partir de 2014, nós implantamos um plano de contas aplicado ao setor público. Isso é fantástico! Quando nós levamos essas informações para fora, as pessoas dizem: "Nossa, que desafio!"

Realmente, é um desafio. Ainda há muito que se fazer? Com certeza. Nós agradecemos todo o apoio que possamos receber de todos os órgãos. Mas, com os instrumentos que nós temos hoje, nós temos avançado.

Inclusive, Francisco, eu queria lhe dizer que nós estamos com um trabalho agora em conjunto com a Controladoria-Geral da União, onde ela venha nos dar o *enforcement* para um fortalecimento maior dos nossos órgãos setoriais, porque, assim como você destacou, realmente nós, como órgão central, sentimos a deficiência que nós temos da estruturação do Sistema de Contabilidade Federal, que vem com as suas competências na Lei de Responsabilidade Fiscal, a Lei Complementar 101, dando ao Órgão Central de Contabilidade da União a competência transitória de estabelecer normas e padrões, objetivando a consolidação das contas nacionais. E, nessas contas nacionais, todos os anos, temos que apresentar o Balanço do Setor Público Nacional no mês de junho. Está prevista a competência e a obrigatoriedade do prazo na LRF.

Pois bem, para que possamos fazer essa consolidação, nós precisamos trabalhar com o mesmo padrão. Hoje, nós sabemos das dificuldades dos entes subnacionais. Nós temos Municípios com menos de 6 mil habitantes e temos grandes capitais. Então, é difícil estabelecer as mesmas normas e os mesmos padrões? Sim, mas nós temos trabalhado com um CGF transitório, e aqui eu deixo o meu apelo, como servidora pública, como uma profissional da Contabilidade Pública: que o Congresso Nacional possa aprovar o projeto que tramita aqui. Nós temos dois que já passaram pela Câmara dos Deputados e que estão vindo para o Senado Federal, dois projetos que tratam da instituição do Conselho de Gestão Fiscal. Nós necessitamos muito que o CGF seja instituído o mais rápido possível.

Hoje, nós temos uma dificuldade, porque temos uma desarmonização entre conceitos que são trabalhados pelo órgão central de contabilidade da União, que é a Secretaria do Tesouro Nacional, e por órgãos da área de controle, em especial dos tribunais de contas estaduais e municipais. Então, isso vem a dificultar que nós tenhamos uma comparabilidade correta, inclusive na verificação de limites que estão dispostos na própria Lei de Responsabilidade Fiscal.

Senhoras e senhores, eu teria o prazer de passar o dia inteiro falando para os senhores aqui de tudo o que nós fazemos no âmbito da Contabilidade Pública, mas vou citar apenas alguns instrumentos importantes. Hoje, qualquer cidadão pode entrar na página da Secretaria do Tesouro



Nacional, no [www.tesouro.gov.br](http://www.tesouro.gov.br), e consultar os relatórios resumidos de execução orçamentária. Inclusive, nós fazemos agora o Rel em Foco, que é um resumo desse demonstrativo fiscal. Temos também do Relatório de Gestão Fiscal, o RGF em Foco e temos as nossas demonstrações contábeis, os nossos balanços gerais da União e os nossos balanços do setor público nacional.

Consultem, vejam como a Contabilidade Pública tem sido fortalecida nos últimos anos. E, hoje, como nós estamos contribuindo como contadores públicos? Nós estamos trazendo uma transparência maior sobre os números, estamos trazendo também um dever de responsabilidade fiscal. No âmbito do órgão central de Contabilidade da União, eu posso afirmar aos senhores que sempre tivemos a independência necessária e adequada para exercer as nossas funções.

Tenho orgulho de dizer que tenho 32 anos de setor público. Desses 32 anos, sempre militei nas áreas administrativa, financeira, orçamentária e de contabilidade. E tenho também o orgulho de dizer que, logo depois da Lei de Responsabilidade Fiscal, em 2000 – nós acabamos de comemorar 19 anos que ela foi editada –, tivemos a Lei 10.180, que estruturou o Sistema de Contabilidade Federal no setor público, e eu fui a primeira Subsecretária de Planejamento, Orçamento e Administração a implantar a Setorial Contábil no então Ministério da Fazenda, que hoje é Ministério da Economia.

Em 2015, fui convidada a assumir, pelo Dr. Marcelo Saintive, a Subsecretaria de Contabilidade Pública, o que muito me honrou, porque eu já estou mais próxima do final da minha carreira. Eu sou Auditora Federal de Finanças e Controle da Secretaria do Tesouro Nacional, completei este ano 25 anos de auditora federal e nunca tinha trabalhado dentro da minha secretaria, sempre como órgão setorial do sistema de contabilidade federal e de administração financeira. E saibam que muito me honrou vir, em 2015, para a Secretaria do Tesouro Nacional.

Nossa equipe é composta de 80 servidores. Trabalhamos com a União, trabalhamos com Estados, DF, Municípios e com toda a parte de custos também da Administração Pública. Os desafios, como eu coloquei no início, são enormes, mas as oportunidades que estão surgindo nós estamos agarrando todas, não estamos desperdiçando nenhuma. E essa é uma grande oportunidade que nós temos aqui para dar visibilidade ao que nós estamos fazendo.

E eu não poderia deixar de destacar essa parceria muito positiva entre Secretaria do Tesouro Nacional e Conselho Federal de Contabilidade, Presidente Zulmir. Isso tem nos dado instrumentos que talvez só a Secretaria do Tesouro Nacional não tivesse, como a oportunidade de podermos disseminar ausentes, subnacionais, com toda a modernização, toda a transformação que nós estamos passando pela contabilidade no setor público. Fica aqui registrado nosso muito obrigado a todos do Conselho Federal de Contabilidade.

E também não poderia deixar de registrar aqui um agradecimento a patrocinadores da contabilidade pública, desde o dia em que eu assumi esse cargo da Sucom, ao Dr. Marcelo Saintive, ao Dr. Otávio Ladeira, à Dra. Ana Paula Vescovi e ao nosso atual Secretário do Tesouro Nacional, Dr. Mansueto Almeida, que nos emocionou agora, no último mês de março. Pela primeira vez, quando nós fomos entregar o Balanço Geral da União no TCU... (*Palmas.*)

Desculpem a emoção, mas pela primeira vez nós tivemos um Secretário do Tesouro Nacional indo conosco, da equipe da contabilidade da União, entregar nosso Balanço Geral da União. O BGU é parte integrante da prestação de contas do Presidente da República, mas isso sempre nos deixa assim: "Puxa, só ficamos dentro das contas do Governo, nós não temos um protagonismo". Realmente esse protagonismo, oficialmente, é dentro da PCPR. Seguimos todos os trâmites da



PCPR. Mas, no momento em que a Controladoria-Geral da União entregou a PCPR, que foi enviada ao Congresso Nacional, logo após o dia 03 de abril, nós tivemos a oportunidade de acompanhar o nosso Secretário até o gabinete da Ministra Ana Arraes, que é a Relatora da PCPR do ano de 2018, e levar até ela nosso BGU. Nosso Secretário do Tesouro apresentou os principais números e os principais destaques do Balanço Geral da União de 2018. Isso, para a gente, é um marco. Isso, para nós, demonstra a responsabilidade e demonstra a prioridade com relação à temática de contabilidade dentro do setor público.

Eu agradeço a todos os meus colegas da Secretaria do Tesouro Nacional, da Esplanada dos Ministérios, a todos que militam nos Estados, no Distrito Federal – aqui temos o Barreto representando o Distrito Federal –, a todos que trabalham nos Municípios, àqueles profissionais que são de escritórios, que são de empresas de informática terceirizadas, que também contribuem para uma contabilidade mais fidedigna, para uma contabilidade transparente e para uma contabilidade, tenho certeza, para cujos números o cidadão vai começar a olhar para poder fazer o exercício do controle social.

O meu agradecimento a todos esses profissionais, e, mais uma vez, Senador Izalci, muito obrigada pelo espaço e por esta solenidade aqui, que foi requerida por V. Exa.

Obrigada a todos. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF)

– Espero recebê-la aqui no ano que vem não como Subsecretária, mas como Secretária de Contabilidade.

Antes de passar a palavra para o nosso Presidente do Conselho Federal, quero chamar aqui o nosso colega Senador, querido Senador, Telmário Mota, de Roraima. (*Pausa.*)

**O SR. TELMÁRIO MOTA** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR. Para discursar.) – Saúdo o Sr. Presidente Senador Izalci Lucas.

Quero saudar os demais membros da Mesa: o Presidente do Conselho Federal de Contabilidade, Sr. Zulmir Ivânia Breda; a Subsecretária de Contabilidade Pública da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda, Sra. Gildenora Batista Dantas; o Presidente do Instituto de Auditores Independentes do Brasil (Ibracon), Sr. Francisco Antonio Maldonado; o Presidente da Associação Nacional dos Contabilistas do Poder Executivo Federal, Sr. Francisco das Chagas Lima; o Presidente do Conselho Regional de Contabilidade do Distrito Federal, Sr. Adriano de Andrade Marrocos; o Diretor de Administração e Finanças da Academia Brasileira de Ciências Contábeis e o Presidente da Academia de Ciências Contábeis do Distrito Federal, Sr. José Antonio de França.

Sr. Presidente, primeiro eu quero parabenizar V. Exa., que tem enobrecido esta Casa. V. Exa. tem se destacado aqui por causas nobres, sempre V. Exa. tem trazido a esta Casa Moderadora e mais alta dos Parlamentos assuntos da maior importância.

V. Exa. lembrou exatamente dos médicos da saúde das empresas. Às vezes as pessoas entendem: "Poxa, mas contabilista, auditor...". As pessoas não valorizam muito isso, mas eu costumo dizer que, assim como o médico chega para o paciente, o auditor e o contabilista chegam para as empresas: trazem a saúde, o remédio, o caminho, realmente recuperam. Então, quero parabenizar V. Exa. por essa grande iniciativa.

Queridos amigos contabilistas, quero parabenizar meus colegas por esta importante data. Muitos me conhecem como Senador Telmário Mota. Eu estou aqui exercendo um mandato



temporário como Parlamentar representando o meu povo de Roraima, mas a profissão que eu realmente abracei na vida foi a de contabilista e economista.

Sou contador e economista formado na Universidade Católica da Bahia. Trabalhei por quase 20 anos no Banco Bradesco. Entrei como *office boy* e saí dali como auditor.

Ainda como contabilista auditor, trabalhei no Tribunal de Contas do Estado de Roraima, onde entrei para implantar o controle externo. Assumi várias outras funções e a chefia de gabinete da Presidência do TCE do Estado de Roraima na implantação, com muito orgulho.

Trabalhei como contador no setor público e privado. Conheço bem a importância e os desafios da nossa profissão.

Algumas pessoas não consideram a contabilidade uma profissão tão glamorosa como, por exemplo, a medicina, o direito, o jornalismo, porque ela é discreta, exige trabalho persistente e meticoloso. Eu estava olhando ali e vi o cara sentadinho naquela mesa: esse é o trabalho do auditor, do contador, bem discreto, mas da maior importância para a vida e a saúde das nossas empresas.

Poucos sabem, porém, que os contabilistas tiveram papel fundamental na história da humanidade. Os primeiros registros contábeis encontrados datam de cerca de 4.000 anos atrás na região da Suméria. Aliás, há quem diga que a própria linguagem escrita foi inventada por contadores primitivos que precisavam registrar os impostos, o patrimônio, o movimento de mercadorias e as ordens dos reis sumérios, assim como dos comerciantes, generais, nobres e administradores públicos da época. Os números das mercadorias, impostos, armamentos precisavam ser associados ao símbolo de cada coisa. Daí os contadores primitivos criaram, a partir desse símbolo, a palavra escrita.

A contabilidade ocidental deu um salto com Fibonacci, o maior matemático da Idade Média e contabilista prático. Fibonacci ficou famoso por diversas coisas como, por exemplo, ter trazido os algarismos arábicos para a Europa. Antes dele os europeus usavam apenas o algarismo romano.

Outro grande matemático, Luca Pacioli, grande amigo de Leonardo Da Vinci, foi o criador do método das partidas dobradas, que fundamentou a contabilidade contemporânea. A partir de então, nossa profissão foi essencial para a consolidação da economia moderna.

O contabilista, Presidente, é como o médico da organização pública e privada. Sem seu diagnóstico não é possível prevenir e remediar as doenças das organizações antes que sejam levadas à morte. As organizações também morrem. Elas morrem de escassez de recurso financeiro causada por má gestão ou corrupção. O trabalho do contabilista é evitar ambas. Aliás, a cruzada contra a corrupção que o Brasil sofreu nos últimos anos teve importante papel dos contadores, especialmente nos órgãos de controle como TCU, CGU e TCEs.

Eu gostaria de dizer aos senhores contabilistas que o meu gabinete está aberto para as demandas da categoria e para tudo mais que possam me trazer que seja de interesse do povo brasileiro e do meu Estado.

Meu muito obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF)  
– Obrigado, Senador Telmário.

Passo então a palavra agora ao nosso Presidente do Conselho Federal de Contabilidade, Sr. Zulmir Ivânia Breda.

**O SR. ZULMIR IVÂNIO BREDA** – Muito bom dia a todos e a todas!



Minha calorosa saudação a todos os profissionais da contabilidade deste País, a todos os contadores, a todos os técnicos em contabilidade!

Estimados Senadores e Senadoras desta República, cumprimento aqui, em especial, o nosso querido e ilustre colega Senador Izalci Lucas Ferreira e, em seu nome, também saúdo os demais Senadores que apoiaram o requerimento desta sessão solene, os Senadores Elmano Férrer, Flávio Arns, Oriovisto Guimarães, Plínio Valério e Rogério Carvalho.

Saúdo também, Senador Izalci, seus familiares que estão aqui presentes – seu irmão, seu filho, também nossos ilustres colegas que labutam nessa tão valorosa profissão contábil.

Faço também uma saudação especial aos Senadores que aqui estiveram também nos homenageando nesta data, o Senador Chico Rodrigues e o Senador Telmário Mota, também nosso colega. Muito obrigado a todos pelas palavras elogiosas e pelas referências que fizeram à nossa classe e também às nossas queridas entidades.

Quero cumprimentar também aqui o nosso querido colega Presidente do CRC do Distrito Federal, o contador Adriano Marrocos, e, em seu nome, eu cumprimento todos os demais Conselheiros e Vice-Presidentes do CRC-DF que estão aqui participando desta solenidade.

Também faço uma saudação aos ex-Presidentes do CRC do Distrito Federal que estão aqui conosco, prestigiando-nos. Faço isso em nome do ex-Presidente Gerardo Gama, que está aqui, um querido colega, que sempre está participando dos eventos da classe. Em seu nome, cumprimento todos os demais ex-Presidentes do CRC do Distrito Federal.

E cumprimento também o CRC pelos seus 59 anos, completados neste ano de 2019.

Quero cumprimentar ainda os demais integrantes desta Mesa, a querida e ilustre colega contadora Gildenora Batista Dantas Milhomem, Subsecretaria de Contabilidade Pública da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Economia. Cumprimentando a Gildenora, também quero estender a minha saudação a todos os demais competentes colegas da Subsecretaria de Contabilidade do Tesouro Nacional, que muitos nos apoiam nos nossos projetos na área da contabilidade pública neste País.

Cumprimento o querido colega Francisco Maldonado Sant'Anna, Presidente do nosso Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (Ibracon), entidade que também tem estreita parceria com o Conselho Federal de Contabilidade, em especial na regulação do segmento de auditoria independente no Brasil.

Cumprimento o Presidente da Anaconta (Associação Nacional dos Contabilistas do Poder Executivo Federal), o colega contador Francisco da Chaga Lima.

Cumprimento também o nosso Diretor da Abracicon, a nossa Academia Brasileira de Ciências Contábeis, e também Presidente da Academia de Ciências Contábeis do Distrito Federal, o querido colega contador José Antonio de França. Cumprimentando o França, estendo minha saudação a todos os professores de Ciências Contábeis que estão aqui nos prestigiando com a sua presença.

Faço uma saudação especial à nossa querida colega Sandra Maria Batista, contadora, que é Vice-Presidente de Fiscalização, Ética e Disciplina do Conselho Federal de Contabilidade e também Presidente da nossa Federação das Associações de Peritos, Árbitros, Mediadores e Conciliadores do nosso Brasil.

Saúdo também as demais autoridades já mencionadas aqui pelo nosso Presidente desta sessão, Senador Izalci: presidentes de conselhos regionais, de associações e sindicatos que já foram mencionados anteriormente.



Cumprimento ainda também os nossos servidores do Conselho Federal de Contabilidade, que estão aqui presentes; do Conselho Regional de Contabilidade do Distrito Federal.

Saúdo os profissionais de contabilidade que trabalham nesta Casa, aqui no Senado Federal. E cumprimentando estes, estendo também a minha saudação a toda e imensa e pujante classe contábil do nosso Brasil.

Cumprimento os estudantes que vieram aqui, de Ciências Contábeis, nos prestigiar.

Minha saudação também aos integrantes da imprensa, demais autoridades já mencionadas.

Senhoras e senhores, é com muita honra e satisfação que eu ocupo a tribuna do Senado Federal do Brasil para, em nome da classe contábil brasileira, trazer a nossa mensagem de esperança, de otimismo e de perseverança em um Brasil melhor na ocasião em que comemoramos o Dia do Profissional da Contabilidade, que foi dia 25 de abril.

Senhoras e senhores, quero inicialmente agradecer a iniciativa do Senador e contador Izalci Lucas Ferreira ao destinar este espaço no Senado Federal para homenagear a fervorosa classe contábil brasileira, composta por mais de 500 mil profissionais, que atuam nos 5.570 Municípios do nosso País.

Temos certeza, Senador Izalci, de que a sua atuação como membro desta Casa, como Senador da República, tem sido e será motivo de orgulho para a classe contábil, assim como sempre foi quando ocupava uma cadeira na Câmara dos Deputados, onde exerceu três mandatos consecutivos e onde sempre defendeu e zelou pelos interesses da profissão e também pelo bem do Brasil.

Devo recordar também por uma questão de justiça os Senadores João Vicente Claudino, do Piauí, e Paulo Bauer, de Santa Catarina, colegas ilustres que sempre prestigiam e honraram a classe contábil neste Parlamento em todas as suas atividades na vida pública.

Por este Senado Federal, que representa de maneira viva o pacto federativo, a consolidação da união dos Estados, já passaram figuras ilustres da nossa história – Parlamentares que honraram a Pátria e fizeram o melhor na defesa da integridade do País e no fortalecimento da democracia.

Pois bem, a data que hoje celebramos, o dia 25 de abril, nasceu por iniciativa de um desses ilustres Parlamentares desta Casa, o Senador e também profissional da contabilidade João de Lyra Tavares, nascido em 1871, em Pernambuco, e falecido em 1930 no Rio de Janeiro.

O Senador João Lyra, como era conhecido, era um homem diferenciado para o seu tempo, possuía uma vasta cultura geral, sendo membro da associação da Academia de História Internacional de Paris, além de possuir profundo conhecimento em ciências econômicas e contábeis, nas quais se tornou professor e pesquisador. Foi autor de diversas obras sobre contabilidade e finanças públicas, sua especialidade, além de articulista de diversas jornais do Nordeste do Brasil.

Na vida pública, foi eleito Deputado Estadual pela Paraíba em 1903 e reeleito por diversos mandatos até 1913, quando foi eleito Senador da República pelo Estado do Rio Grande do Norte.

Em um dos seus memoráveis discursos em 1913, reportando-se ao papel dos guarda-livros, designação dada à época aos profissionais da contabilidade, afirmou o seguinte – abre aspas –: "O guarda-livros, em virtude dessa deslumbrante transformação operada no comércio, precisa ter desenvolvidos conhecimentos técnicos e ser instruído nas leis que regulam os atos e fixam os direitos daqueles de cujos interesses e de cuja honra, pelas funções que lhe compete desempenhar, é a sentinela mais vigilante e deve ser o guia mais esclarecido e sagaz" – fecha aspas.



Aqui nesta Casa, Senador Izalci, João Lyra foi um notável Parlamentar. E nos *Anais* do Congresso Nacional se encontram páginas fulgurantes da lavra desse ilustre colega, transbordantes de conhecimento e de convicções alicerçadas no estudo das causas da terra brasileira.

Foi João Lyra quem instituiu o Dia do Profissional da Contabilidade, em 1926, em São Paulo, quando, ao ser aclamado o Presidente do Supremo Conselho da Classe dos Contabilistas Brasileiros, em evento promovido pelos colegas daquele Estado que lhe prestavam homenagem por sua atuação no Senado da República, lançou vibrante manifesto e afirmou, a certa altura, a célebre frase que até hoje repetimos – abre aspas –: "Trabalhando, pois, bem unidos, tão convencidos do nosso triunfo, que desde já consideramos 25 de abril o Dia dos Contabilistas Brasileiros". Estava assim instituída a data que hoje, quase um século depois, comemoramos anualmente, pois nos consolidamos, a partir daquele movimento do início do século passado, como uma classe forte, trabalhadora e digna, que contribui sobremaneira para o desenvolvimento do nosso País.

Em 1929, em discurso proferido como paraninfo da turma de contadores de 1928 do Instituto Comercial do Rio de Janeiro, o Senador João Lyra, falando sobre a função da contabilidade, a certa altura mencionou o seguinte – abre aspas –: "Os homens públicos dos grandes Estados reconhecem que não estarão bem armados para a luta mundial que se intensifica na economia sem disporem de ordem contábil em dia com os aperfeiçoamentos que nela surgem, cada dia mais radioseos". Vejam os dilemas que naquela época já se enfrentavam, e são quase que os mesmos que nós enfrentamos hoje neste mundo globalizado.

João de Lyra Tavares foi um exemplo de fé, de coragem e de pertinácia. Amou a contabilidade e dela se serviu como gládio em inúmeras batalhas econômicas e financeiras em que se envolveu. Honrando e significando a classe a que pertencia, João de Lyra Tavares foi um dos seus expoentes. Cultuar, pois, a memória de João de Lyra Tavares é significar quem dignificou uma classe; é honrar quem ele honrou; é dar-lhe agora quem muito dele recebeu.

Por essas razões, a mais alta honraria da classe contábil brasileira tem hoje o seu nome: a Medalha do Mérito Contábil João Lyra, distinção concedida a cada quatro anos, por ocasião do Congresso Brasileiro de Contabilidade.

Devemos também lembrar que o Senador João Lyra Tavares deixou herdeiros na profissão contábil. Um de seus filhos, Paulo de Lyra Tavares, também foi profissional da contabilidade, tendo sido merecidamente o primeiro presidente do Conselho Federal de Contabilidade, cujo mandato foi de 1946 a 1955.

Feita essa breve retrospectiva, Senador Izalci Lucas, temos plena convicção de que V. Exa., imbuído do mesmo espírito público que moveu o Senador João Lyra no passado, é e será nesta Casa um Parlamentar que bem representará a classe contábil brasileira, como sempre fez em sua trajetória de homem público e de profissional da contabilidade.

Predicados para isso não lhe faltam: a sua capacidade reconhecida e sua experiência como empresário contábil, aliadas à sua trajetória na vida pública, permitirão emprestar notável contribuição nos temas que nesta Casa serão discutidos, em especial aqueles que tratam das finanças públicas, das questões tributárias e tantos outros relacionados à melhoria do ambiente de negócios do nosso País.

Em todos esses bons embates, Senador Izalci, queremos estar ao seu lado para lhe prestar o apoio fundamental para o bom embasamento de tão importantes temas que definirão os rumos da nossa economia.



Como bem vimos na retrospectiva da trajetória do Senador João Lyra, a nossa profissão vem construindo o seu legado há séculos, trabalhando e progredindo junto com o Brasil, reafirmando o nosso compromisso com a ética e com o desenvolvimento social e econômico do País.

Nessas últimas décadas, a profissão contábil conquistou ainda mais respeito e credibilidade. Por meio da mídia, mostramos à sociedade brasileira o que somos, o que fazemos e o que podemos fazer para contribuir com a ordem e o progresso da nossa Nação.

Somos hoje um exército do bem composto por mais de 500 mil profissionais atuantes, responsáveis pelo controle da riqueza nacional. Estamos presentes em todos os Municípios brasileiros, atuando em todas as frentes onde ocorre movimentação econômica, seja no setor público, no setor privado ou no terceiro setor, contribuindo sobremaneira com a transparência das informações e cooperando com o desenvolvimento e com a sustentabilidade das organizações.

Senador Izalci, o nosso maior patrimônio é, sem dúvida, a ética, traduzida na confiança que transmitimos àqueles que utilizam os nossos serviços e o nosso conhecimento. Temos um compromisso maior com a sociedade de optar sempre pelo interesse público quando outros interesses conflitam com este nas lides diárias do nosso labor.

A Contabilidade, senhoras e senhores, é considerada a linguagem universal dos negócios, compreendida em diversos idiomas, e o Conselho Federal de Contabilidade não tem medido esforços, firmando parceiras com organismos internacionais, para que a Contabilidade brasileira esteja em sintonia com as normas adotadas pelos principais países do mundo.

Desde 2010, o Brasil já adota um padrão de contabilidade internacional em suas empresas, facilitando as transações globais e inserindo o País no disputado mercado de investimentos externos. A Contabilidade Pública brasileira também passa pelo mesmo processo e, até 2021, estará integralmente convergida ao padrão internacional utilizado em mais de cem países.

Nossos parceiros nesse processo estão aqui: Secretaria do Tesouro Nacional, através da Subsecretaria de Contabilidade, e também os Estados e Municípios, que estão representados no grupo de trabalho que está desenvolvendo esse processo, que deve se complementar até 2024.

No âmbito interno, caro Senador, o CFC mantém importantes parceiras com os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, a exemplo da Secretaria do Tesouro Nacional, da Receita Federal do Brasil, da Controladoria-Geral da União, do Tribunal Superior Eleitoral, do Tribunal de Contas da União, entre outros, além de se fazer presente nos principais temas debatidos nesta Casa. Essas parcerias reafirmam o nosso compromisso de atuar sempre visando o interesse da sociedade.

Somos agentes do bem trabalhando sob a égide da legalidade, da conformidade com as normas técnicas e da verdade dos fatos.

Esta é a classe contábil brasileira, que hoje aqui represento em nome da sua mais alta entidade, que é o Conselho Federal de Contabilidade.

Vivemos dias de esperanças renovadas nesta Nação brasileira. Contudo, temos pela frente desafios a vencer e somos parceiros para todas as ações que forem empreendidas com o objetivo de contribuir para a melhoria do ambiente de negócios, para a transparência e eficiência da gestão pública e pelo fortalecimento das ações sociais.

Nossa formação profissional nos permite contribuir decisivamente com a gestão organizacional, oportunizando melhor qualidade decisória e, por consequência, uma maximização dos resultados.



Senhoras e senhores, é muito gratificante retornar a esta Casa, a este Plenário, em que são tomadas as decisões mais importantes do nosso País, e poder trazer aos senhores e às senhoras a voz altiva de uma classe tão pujante como a nossa.

Reafirmamos que o Conselho Federal de Contabilidade está de portas abertas para contribuir com os projetos que envolvam o desenvolvimento da Nação, com os projetos que contribuam com o combate à corrupção, com os projetos que melhorem o ambiente de negócios do nosso País e que possam resgatar a credibilidade desta Nação tão rica e tão próspera.

Por mais difíceis que sejam os tempos, não podemos parar de sonhar e não podemos permitir que as novas gerações sejam tolhidas nos seus sonhos. Temos o dever de mostrar para o nosso povo, para o cidadão comum que, se cada um fizer a sua parte, poderemos construir uma grande Nação, digna de orgulhar os nossos filhos e os nossos netos.

Agradecemos, mais uma vez, caro Senador, ao Senado Federal, em especial a V. Exa., que propôs esta homenagem e que, com isso, nos oportuniza vir até este Plenário para parabenizar a todos os profissionais da Contabilidade do País, que exercem dignamente esta relevante profissão e trabalham para um Brasil melhor.

Fica, então, a mensagem do Conselho Federal de Contabilidade e dos 27 Conselhos Regionais de Contabilidade de gratidão a todos os contadores e técnicos em contabilidade e a nossa certeza de que estamos prontos e preparados para um trabalho conjunto pelo bem do nosso País e, com isso, alimentando o sonho de deixarmos um legado brilhante para as futuras gerações.

Viva o profissional da Contabilidade! Viva a Contabilidade brasileira! Viva a nossa sociedade! E viva o Brasil!

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF)

– Quero, antes de finalizar, transmitir aos nossos colegas contadores, contabilistas, profissionais da contabilidade, que aguardo esta semana ainda a aprovação do texto por nós elaborado na questão do projeto das multas. Espero que, na semana que vem, possamos votar este projeto na Comissão e imediatamente no Plenário desta Casa.

Evidentemente, no ano que vem, espero contar aqui também com a nossa secretaria, para que a Contabilidade seja promovida realmente e seja uma carreira de Estado. Nós sempre defendemos uma política de carreira de Estado da nossa profissão no serviço público.

Vou convidar também para a próxima sessão do ano que vem a participação aqui da Receita Federal.

Espero que, com o novo Governo – e estamos trabalhando para que haja, realmente, uma mudança neste Governo –, possamos, de fato, valorizar esses profissionais, que contribuem imensamente e, por que não dizer, gratuitamente, trabalhando para o Governo. Então, merecemos não só homenagem, mas também muito respeito dos governantes.

Então, eu quero aqui parabenizar, mais uma vez, toda a classe dos profissionais da Contabilidade.

E, cumprindo essa finalidade da sessão, eu agradeço a presença de cada um de vocês que nos honraram aqui com esse comparecimento e declaro encerrada esta sessão solene.

Muito obrigado.

(*Levanta-se a sessão às 12 horas e 08 minutos.*)



## Ata da 64<sup>a</sup> Não Deliberativa, em 6 de maio de 2019

### 1<sup>a</sup> Sessão Legislativa Ordinária da 56<sup>a</sup> Legislatura

*Presidência dos Srs. Jorge Kajuru, Alvaro Dias e Lucas Barreto.*

*(Inicia-se a sessão às 14 horas e 1 minuto e encerra-se às 15 horas e 42 minutos.)*



**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – São 2h01 da tarde. Brasileiros e brasileiras, declaro aberta a sessão não deliberativa desta segunda-feira, 6 de maio de 2019, aqui no Senado Federal da República.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos em mais uma semana importante para a Pátria amada.

A Presidência comunica ao Plenário que há expediente sobre a mesa que, nos termos do art. 241 do Regimento Interno, vai à publicação no *Diário do Senado Federal*. (**Vide parte II do Sumário**)

Obedecendo à inscrição de oradores nesta segunda-feira e na permuta, com muita justiça, aliás, feita pelo Senador Izalci Lucas, o primeiro Senador a falar... O País está com saudades de seus pronunciamentos depois de feliz recuperação. Pensei até que chegaria à pneumonia, mas ele é bravo, não é, gaúcho? Quando vê um microfone na frente, Senador Alvaro Dias, ele começa a falar naturalmente, como se não tivesse nada. Na semana retrasada, ele não tinha nem voz. É ele, há 32 anos aqui no Senado, exemplo para o País, o Senador Paulo Paim, do PT do Rio Grande do Sul. Que alegria rever V. Exa.! A tribuna é sua, com prazer.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para discursar.) – Senador Kajuru, Senador Alvaro Dias, que está no Plenário, agradeço a ambos porque pedi a eles que seria importante se pudéssemos abrir a sessão às 14h, porque eu tenho médico na sequência, e ambos propuseram tanto abrir a sessão como estar aqui no Plenário neste momento. Já estariam, mas com o meu pedido eles se sentiram com mais compromisso ainda, já que eu vou ao médico. Agradeço a ambos.

Presidente Kajuru, eu vou tentar fazer uma síntese porque, como eu fiquei de cama um bom período, devido à gripe que peguei, à sinusite, diziam que era pneumonia. Felizmente estou bem. Enfim, como fiquei vendo muitos jornais, comentários e documentários na TV, eu aproveitei e fiz uma síntese daquilo que eu noto que é a grande preocupação do povo brasileiro, principalmente em relação à reforma da previdência e também ao desemprego, que já está chegando aos 14 milhões de pessoas desempregadas. Eu vi filas até quilométricas para disputar 60 vagas em uma empresa; em outra, 70 ou 20. Uma rotatividade também nunca vista.

Vi também matérias como essa, por exemplo, do UOL, que diz que nove pontos da nova previdência vão terminar na Justiça. Eles destacam o BPC (Benefício de Prestação Continuada), capitalização, aposentadoria do trabalhador rural, aposentadoria especial, aposentadoria por invalidez, pensão por morte, proteção na maternidade, contribuintes facultativos sem auxílio-doença e ainda a chamada lei complementar, se tirarem da Constituição uma dúzia de artigos que são direitos considerados cláusulas pétreas, que nós Constituintes lá colocamos.

Ainda a *Folha de S.Paulo*: reforma da previdência abre espaço para taxar até vale-refeição e férias. Uber: os motoristas de Uber também serão taxados, segundo o anunciado, na previdência.

*O Globo*: base – que não ultrapassa seguramente mais de cem, vou informar isso mais na frente – prepara emendas, porque eles entendem que se não avançarem na retirada de alguns artigos vão perder muito mais.

O próprio *Valor* diz que o Presidente da República, em entrevista ao apresentador Sílvio Santos, já fala que, se a reforma da previdência não for aprovada, a inflação volta a galope. Quer dizer que essa onda de ameaçar ou a previdência ou a inflação, ou a previdência ou a taxa de juros, ou a previdência ou não teremos mais dinheiro para as universidades é um tipo de terrorismo, é uma chantagem que não tem o mínimo cabimento.



**UOL:** Planalto fala em pacote, por outro lado, empresas desanimam e começam a bater em retirada. Está havendo um desespero em relação ao estado da economia no Brasil.

**G1:** reforma muda a lei sem relação com a previdência, corta PIS e até os remédios do SUS.

**Valor:** termômetro da previdência, diário da empresa Atlas Político calcula a aceitação da reforma na Câmara dos Deputados. Até o momento, somente cem Parlamentares, somente cem admitem que votaram nessa reforma que está aí; apoio parcial, 112; indefinidos, 157 – quer dizer, não são favoráveis, mas ainda estão vendo que tipo de apoio podem dar; contra definidos, 144.

Outras manchetes: indústria piora e o primeiro trimestre tem dois terços do setor no negativo.

**Folha de S.Paulo:** bloqueio do MEC vai do ensino infantil à pós-graduação, R\$7,3 bilhões.

**UOL:** desemprego no País sobe para 12,7% e atinge quase 14 milhões de pessoas. Há 4,3 milhões de desalentados. Conforme o IBGE, ultrapassam 30 milhões de pessoas os desempregados, aqueles que desistiram de procurar emprego e aqueles que estão vivendo de bico.

**O Globo:** Banco Mundial alerta que, no Brasil, aumenta a pobreza. Chegamos a 43 milhões de pessoas.

Enfim, muitas dessas matérias que vi, assisti e li estão nos jornais, blogues, redes sociais e televisão, que abordam e mostram, como eu vi um artigo, que está havendo um desespero generalizado no País no setor empresarial.

Quando disseram que a reforma trabalhista iria gerar milhões de empregos, eu dizia: "não vai gerar emprego". Está aí o resultado: não sabemos de um emprego gerado com a reforma trabalhista.

A previdência vai na mesma linha. A previdência não gera emprego, até porque, entre um sistema e outro, eles falam que vão ter de aportar R\$1 trilhão. Vão tirar de onde esse R\$1 trilhão para fazer a transição de um sistema a outro?

O sociólogo Ruy Braga, da Universidade de São Paulo, disse – eu ouvi na GloboNews, no programa Painel – que, a exemplo da reforma trabalhista, a reforma da previdência também não gera empregos.

Ouvi também, em Porto Alegre, que o valor das renúncias tributárias para 2020, previsto na LDO – e eu confirmei depois com a assessoria do Senado, é estimado em R\$326,2 bilhões. Ou seja, vamos abrir mão de 21,13% da arrecadação. Então, eu abro mão daquilo que eu tenho de arrecadar e mando a conta para o trabalhador.

Segundo o Sindifisco, as desonerações instituídas de 2010 a 2019 alcançaram um montante de R\$583,248 bilhões. Em 9 anos, quase R\$600 bilhões somente em desonerações. Já a sonegação é de R\$350 bilhões anualmente.

Conforme a Agência Diap, de notícias, a alíquota adicional da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido dos bancos acabou em 2018 e não foi renovada. Então, os bancos, que tiveram um lucro no ano passado de R\$98,5 bilhões, R\$100 bilhões, vão pagar menos tributos ainda a partir do ano que vem, porque não foi renovada essa questão da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

Os bancos brasileiros lucraram, então, R\$100 bilhões no ano passado, um aumento de 17,4% em relação a 2017. É o maior lucro dos bancos desde o Plano Real, em 1994, isso segundo o Banco Central.

É isto que não dá para entender: enquanto a miséria aumenta no Brasil, os bancos lucram cada vez mais e vão pagar menos ainda em matéria de contribuição a partir do ano que vem.



Mas ainda, Senadores e Senadoras, Senador Kajuru, Senador Alvaro Dias, eu quero também dar uma informação. Eu não estava bem de saúde, mas assim mesmo, na segunda-feira passada, fui a um evento – estava marcado há muito tempo – na sede da Fetag, lá em Porto Alegre. Estavam lá algo em torno de mil pessoas do campo, da cidade, a maioria lideranças, para debater a reforma da previdência.

Eu fiquei muito feliz porque fizeram uma homenagem para mim. Eu fiquei no centro da mesa e estavam lá os mais variáveis partidos para debater. Eu fiz uma fala no final – curta, claro, pois estava com problema de voz ainda. Mas o que eu ouvi lá? Falaram dezenas de entidades, tudo de caráter estadual. Primeiro, a maior crítica foi ao sistema de capitalização proposto pela PEC. Eles dizem, a frase que eu mais ouvi: se a capitalização passar será a miséria para todo o povo brasileiro. Todo, claro, são os pobres, e aí vamos ver que a maioria fica nessa faixa. "Sabemos que os maiores interessados nesse sistema de capitalização são os bancos", que inclusive, vale lembrar, são os que mais devem para a Previdência – dados da própria CPI que eu presidi.

Quero cumprimentar todos que estiveram lá naquele evento belíssimo. As centrais sindicais estavam todas, confederações, federações, sindicatos de base, OAB, Dieese, Anfip, Cobap, Fetapergs, PT, PCdoB, PSOL, PSB, PDT, Rede e estavam outros partidos também, não oficialmente, estavam lá participando do debate. Mas eu diria que praticamente todos os partidos estavam lá. Vereadores, Deputados Estaduais, Deputados Federais, lideranças sociais, estava a Frente Parlamentar Mista em Defesa da Previdência Pública, de que nós fizemos parte. Os senhores dois assinaram a Frente Parlamentar Mista em Defesa da Previdência Pública. Isso não quer dizer que temos que votar de forma igual, mas votaremos em defesa da Previdência Pública. Não precisam todos repetir o mesmo voto. Eu deixo claro isso para não comprometer ninguém.

Estiveram lá também a Frente Ampla Gaúcha, em defesa da previdência, Frente Ampla pelo Brasil, Fórum Sindical dos Trabalhadores, Fórum das Centrais, Movimento Povo sem Medo, MST e depois segmentos do movimento negro, do movimento LGBT e os movimentos religiosos estavam lá todos representados.

Na terça-feira, Presidente Kajuru, eu tive que de novo voltar a Porto Alegre, porque, para alegria minha, a Câmara de Vereadores de Porto Alegre, em sessão solene, na data que antecedeu o dia primeiro de maio, fez uma homenagem a este Senador. Eu acho que chega uma idade em que a gente começa a receber muita homenagem, eu acho que é mais homenagem pela idade do que pelo trabalho realizado.

Eu recebi lá o Troféu Câmara de Porto Alegre. Essa proposta foi aprovada por unanimidade, de iniciativa do Vereador Comassetto. Mas eu fiquei feliz também, para mostrar que o movimento é suprapartidário, porque quem presidiu a sessão foi o Vereador Reginaldo Pujol, que é do DEM. Ele presidiu toda a sessão, diversas pessoas falaram, e ele fez um belo pronunciamento também, como fez também o Comassetto. Comassetto, claro, atuou desde os meus oito anos de idade até, eu digo, praticamente 70 anos, que é o que eu tenho hoje. Faço 70.

Agradeço, enfim, a todos. Esse trabalho que a gente faz e fez, esse carinho da população, só podem animar a gente a, cada vez mais, fazer o bem sem olhar a quem. Eu sei que a linha dos senhores que hoje estão aqui. Poderia citar outros, mas como, no Plenário, é uma segunda-feira, eu entendo, cada um está nas suas bases, mas entendo que tanto V. Exa., Senador Alvaro Dias, como o Senador Kajuru têm esse compromisso de fazer o bem sem olhar a quem. Essa é uma frase que eu uso muito, e isto é o que norteia nossas vidas: olhar para o bem. Nem sempre todos têm a mesma ótica de fazer o bem, mas eu sei que a intenção é das melhores.



Estou muito animado porque essa reforma, como está, não passará. Não passará! É unânime aqui que, como está, não passará. Até pelas pesquisas, a gente viu que somente cem Deputados até o momento disseram que votam de qualquer jeito. Os outros todos dizem: "Não, para aí, não é bem assim".

Eu confesso que, ainda hoje pela manhã, tivemos um debate lá na CDH, e o tema foi previdência, sonegação, combate àqueles que reconhecem que devem mas não pagam – chega aí a quase R\$500 bilhões –, e também a DRU. Lá foi um debate do mais alto nível. O Governo mandou representante. Fizemos um debate qualificado lá e percebi, também ali, que compete a esta Casa ampliar o debate, discutir o máximo que for possível, para que a gente... Como eu digo sempre, é fácil dizer que sou contra ou sou a favor, mas nós temos que ter proposta, e a própria CPI da Previdência elencou uma série de propostas que eu gostaria de ver aprovadas, que vão na linha de combater a sonegação, combater a apropriação indébita, combater a fraude, combater os Refis e não permitir que aqueles que mais devem, como foi dito lá e eu repito aqui, façam aquilo que a gente chama de concorrência desleal com o empresário sério, com o empreendedor sério, porque ele paga seus tributos direitinho, não sonega, não rouba e não é corrupto, e o outro que faz picaretagem e malandragem, claro, consegue vender o produto mais barato.

Então, isso foi aprofundado lá. E, no final, o encaminhamento é que faremos uma série de outras audiências, como, por exemplo, uma só para discutir a capitalização. Olhar assim: no mundo, onde foi aplicada a capitalização? Foi em 18 países? Vamos fazer um estudo sobre como está lá nesses 18 países.

Claro que o Chile é o exemplo mais próximo de nós, e a Argentina também aplicou isso. E a situação na Argentina, todo mundo sabe que está um desespero. Nós não queremos ver o Brasil numa situação semelhante à da Argentina, porque, quando o Macri ganhou lá foi dito que tudo estaria resolvido, e a Argentina hoje está num estado de caos. Ninguém tem dúvida quanto a isso. E é um dos principais parceiros do Brasil aqui na América Latina. Então, se a Argentina vai mal, infelizmente, isso pode contagiar o Brasil, que já não está nada bem.

Por isso, esse regime de capitalização vai ser uma poupança individual, como argumentou um dos painelistas hoje pela manhã. Ele disse: "Se 90% do que é arrecadado não vai ser mais e vamos arrecadar só 10%, como é que vai dar certo?" Porque serão os 10% do empregado e não haverá mais a contribuição nem da União nem da sociedade, como, por exemplo, os 20% por parte do empregador.

Faremos quase que um ciclo de debates sobre a capitalização, porque acho que esse é o principal, o número um em matéria de maldade contra o povo. Como vamos aguentar a tal regra de passagem da repartição para a capitalização? Porque a repartição recebe dinheiro da sociedade. A partir do momento em que você diz que os trabalhadores vão só poder depositar 10% na sua conta, então, para aqueles trabalhadores todos, que serão milhares ou milhões, não entra mais nada do empregador, nem da sociedade, nem da União. Só entram os 10%. E aí a situação de fato vai ser muito semelhante à do Chile.

Por isso, nós fizemos um apelo para que façamos quantos debates forem necessários. Eu queria muito um debate aqui no Plenário. Nós faríamos perguntas do Plenário. Vamos trazer representantes do Governo e da sociedade civil.

Eu apresentei o requerimento. Eu sei que o Telmário apresentou. V. Exa., com uma série de perguntas, vai na mesma linha. Vamos fazer um bom debate aqui o dia todo, dois dias se forem necessários, para que fique tudo muito claro, nada de secreto, tudo transparente, para que



aprovemos uma reforma que atenda ao interesse do povo brasileiro, principalmente, eu diria, da classe média para baixo.

Muito obrigado, Presidente. Agradeço a V. Exa. e ao Senador Alvaro Dias por terem me permitido que eu falasse em primeiro lugar, já que vou ao médico agora.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Senador Paulo Paim, parabéns pelo seu pronunciamento, mais uma vez, em relação ao prêmio recebido exatamente antes do Dia do Trabalhador. É mais do que justo, lá no Rio Grande do Sul, que reconhece o seu trabalho há 32 anos nesta Casa.

Apenas, Senador Alvaro todos os Dias, Senador Rogério e o Brasil inteiro, para acrescentar: quando, no escopo do seu pronunciamento, falou em bancos, em lucros, o senhor trouxe do ano passado. Já neste ano, no primeiro trimestre, o Bradesco anunciou um lucro superior a seis bilhões. O que se prevê para o ano um lucro de quase 30 bilhões, só neste ano de 2019, no ano da tão... Só no Bradesco. Imagine Santander, Itaú. E qual é a dívida do Bradesco para com a previdência? É também uma das maiores. Então, a gente tem que realmente fazer debate – penso como o senhor – de forma absolutamente isenta, sem revanchismo.

E eu fico muito preocupado com essas entrevistas em programas populares, porque, na verdade, há uma tentativa de alienar a nossa população brasileira, que ainda não está toda ela por dentro dos pontos negativos da reforma da previdência e entra naquele oba-oba, ou seja, entra na boiada: "Ah, não. O Presidente disse que se não aprovar, a inflação volta e não vai ter emprego". Então, é preciso ter muita responsabilidade para com este assunto. E pelo menos aqui, no Senado Federal, e tenho certeza, lá na Câmara Federal, não haverá uma alienação e eu tenho certeza de que também não haverá na população brasileira.

Parabéns pelo seu pronunciamento.

Boa semana e boa saúde.

Obrigado.

Eu peço agora, por gentileza, que o Senador Alvaro todos os Dias, que orgulha o Brasil, representando o Estado do Paraná, pelo Partido Podemos, assuma a Presidência desta sessão, para que eu possa fazer uso da palavra na ordem dos inscritos.

Por gentileza, Senador Alvaro Dias.

*(O Sr. Jorge Kajuru deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Alvaro Dias.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR)

– Com a palavra o Senador Jorge Kajuru, de Goiás.

V.Exa. fala pelo tempo regimental.

**O SR. JORGE KAJURU** (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO. Para discursar.) – Brasileiros e brasileiras, minhas únicas vossas excelências e meus únicos patrões, como seu empregado público, Presidente Alvaro Dias, Alvaro todos os Dias, eu sempre subo a esta tribuna, e ao subir, de vez em quando uso algum pensamento, alguma frase, com o crédito, é evidente, para dar continuidade ao tema que sugiro para esta segunda-feira, 6 de maio de 2019. Este é de Paulo Freire: "Não há vida sem correção, não há vida sem retificação."

Antes de entrar no tema, hoje há dois no cardápio. Um, a questão das renúncias fiscais, Pátria amada, deste Brasil, do rombo fiscal, do crime dos perdões fiscais, das isenções fiscais, que



superam o rombo da previdência. E ao mesmo tempo em que dou parabéns ao Presidente Bolsonaro, por, na semana passada, ter cortado pelo menos 1,5% do PIB nas renúncias fiscais para os próximos três anos de Governo, eu humildemente devo dizer, Presidente Bolsonaro, que é muito pouco ainda. Um e meio por cento é pouquíssimo em relação ao que este País oferece de renúncia fiscal. Mas amanhã abordarei tal tema com o devido tempo.

Hoje quero falar aqui do Conass (Conselho Nacional de Secretários da Saúde), que, no dia 12 de março de 2019, enviou ofício ao Ministro da Saúde, qualificadoíssimo, Luiz Henrique Mandetta, relatando a situação crítica dos estoques públicos de medicamentos em todos os Estados da Federação. O documento relatava os problemas crônicos nos estoques públicos de medicamentos, cujo desabastecimento agravou-se no atual Governo.

Segundo matéria veiculada no jornal *O Globo*, 25 dos 134 remédios que são obrigatoriamente distribuídos pelo Ministério da Saúde, estão com os estoques zerados em todos os Estados e outros 18 devem se esgotar em 30 dias.

Segundo o jornal *O Globo*, relatórios das Secretarias Estaduais de Saúde e outro documento do Conass encaminhado ao Governo Federal, cobrando providências para o problema, indicam que o País vive a maior crise de sua história na oferta de medicamentos para o SUS, o sistema público de saúde.

Faltam desde os medicamentos para tratamentos ambulatoriais e para a atenção básica como ainda aqueles de alto custo e complexidade destinados aos pacientes com câncer, leucemia em crianças e em casos de infecções graves.

No caso dos transplantados, que só em dez Estados analisados somam, Presidente Alvaro, mais de 20 mil pessoas, a situação é desesperadora. Sem a medicação, é possível que órgãos transplantados precisem ser removidos e descartados.

Conheci muito bem o Ministro Mandetta e não tenho dúvida em afirmar que ele é um médico dedicado, um ser humano preocupado com os seus semelhantes, e que está constrangido por decisões da área econômica do Governo que impuseram cortes orçamentários inaceitáveis. Além dos recursos para medicamentos, faltam também para UTIs, para centros cirúrgicos e até para serviços de manutenção básica, como a limpeza dos hospitais públicos neste País.

Os cortes orçamentários, que estão levando a área da saúde ao colapso, também atingem de forma irresponsável a educação, Presidente Alvaro Dias.

Inicialmente de maneira diversionista, caricata, inconstitucional e nada republicana, o Ministro da Educação anunciou que não repassaria recursos a três das mais importantes universidades federais do Brasil, que ele próprio considera como – entre aspas – "promotoras de balbúrdia". Vá ser infeliz assim!

Mas logo aquele grotesco anúncio revelou-se muito mais grave e dramático ainda, pois se tratava, na verdade, de cortes em rigorosamente um terço do orçamento de cima para baixo, atingindo da pré-escola até a pós-graduação, os cursos de mestrado e doutorado.

No mesmo diapasão, estão suspensos recursos para a construção de moradias populares, para os programas sociais e investimentos. Essa política é ditada pelos bancos e pelo capital financeiro, que se refestelam em lucros indecentes diante do desemprego, do crescimento da pobreza e da penúria nacional.

Sua contabilidade cega, determinada pelo mercado, avança vorazmente sobre o orçamento público e tentará banir dele qualquer vinculação constitucional de recursos com necessidades do



povo pobre; coisas simples, como saúde, educação, moradia, emprego, Presidente Alvaro todos os Dias.

A vida ou morte dos brasileiros pobres, trabalhadores, precarizados, nada impacta na contabilidade do deus chamado mercado; baseados na ridícula teoria estapafúrdia – ridícula e estapafúrdia – do gotejamento, segundo a qual quanto mais ricos forem, melhor para os pobres, que recolherão as gotas que transbordarem das taças, das taças borbulhantes da riqueza.

Concluo dizendo que, longe deste delírio, o que a realidade nua e crua nos mostra é o oposto. Esta eterna política do ajuste monetário a favor do rentismo vem sendo aplicada desde FHC e agora está sendo radicalizada e embalada por um discurso apocalíptico que quer nos levar, sem dó nem piedade, de volta a uma nova escravidão. Da antiga, aboliram o abrigo nas senzalas e os miúdos de porco; o teto reservado ao povo agora é o meio da rua – repito: é o meio da rua. Lá se encontrarão os cerca de 40 milhões de inservíveis que vivem de viver, de desempregados e de não conseguirem viver de bico. Os feitores, Senador Lucas Barreto, na Presidência, e os capitães do mato, da generosa e nova escravidão, montam cavalos de aço e atiram com fuzis.

Fecho: Sras. e Srs. Senadores, cumpre-nos o dever de denunciar esse descalabro e lutar para reverter essa tragédia, Senador Alvaro Dias, totalmente em defesa do povo brasileiro, da própria honra e da dignidade que nós temos em representá-los.

Permita-me, Presidente, ao concluir este pronunciamento, lamentar aqui publicamente e comunicar ao meu amigo, meu Líder, Senador Randolfe Rodrigues, do Amapá, que evidentemente não acreditou em mais uma *fake news*. Pelo mesmo modo covarde, tentaram me jogar contra o Senador gaúcho Paulo Paim, que também não acreditou e me telefonou: "Esquece, Kajuru. Mas vamos propor no Senado, Kajuru, uma CPI de *fake news*."

Esses covardes, criminosos, jagunços, às vezes, até dos maus políticos, de coronéis políticos, que trabalham para desonrar e provocar, às vezes, morte social em pessoas de bem, tiveram a coragem, neste final de semana, em uma *fake news*, de trazer uma declaração minha em que eu usava um adjetivo contra o Senador Randolfe Rodrigues, chamando-o de crápula. Eu pedi: achem esse vídeo, esse áudio, esse texto que eu vou engolir, porque, nem em outra vida, eu chamaria de crápula um homem probo como o Senador Randolfe. Crápula é quem faz esse tipo de *fake news*. Crápulas são jagunços, em Goiás, do ex-Governador tucano Marconi Perillo, o principal lixo não reciclável dos tucanos e o maior corrupto da história de Goiás, que já experimentou a cadeia e que vai voltar para ela, pois, certamente, Sérgio Cabral, que cometeu os seus mesmos crimes, o espera ansiosamente para dormirem juntos. Esse mau político, simplesmente, foi processado em Goiás, com três jagunços, tendo bens bloqueados, com provas cabais. Receberam mais de R\$3 milhões na última eleição apenas para produzirem *fake news*.

E concluo: eu perdi, na última semana de eleição, 400 mil votos para a comunidade evangélica, que hoje se arrepende porque reconheceu o erro. Parte dela não votou em mim por acreditar em uma *fake news*, Senador Lucas Barreto, que me conhece bem, que se tornou um amigo estimado aqui. Uso, inclusive, sempre a sua cadeira, onde está agora o Senador Chico Rodrigues, de Rondônia. O senhor me conhece em pouco tempo e sabe que sou um homem de Deus, que vivo sempre com o meu crucifixo ou no bolso, ou na mão ou no pulso e também aqui em meu anel. Simplesmente, uma *fake news*, na última semana de campanha, Senador Alvaro, apresentada nas redes sociais, com impulsionamento, evidentemente, dos adversários, em que alguém me imitava com a seguinte frase, como se fosse minha, frase de Jorge Kajuru: "Deus é canalha."



Eu acho que chegou a hora do basta. Temos que criar aqui uma CPI de *fake news* mesmo e punir esses crápulas, esses canalhas, de forma dura, como políticos que estão sendo punidos na Operação Lava Jato e em outras denúncias pela justiça do bem.

Era isso. Obrigado pela paciência do tempo.

**O Sr. Alvaro Dias** (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR) – Senador Kajuru, um aparte, por favor.

**O SR. JORGE KAJURU** (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Com prazer, Senador Alvaro todos os Dias.

**O Sr. Alvaro Dias** (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR. Para apartear.) – Primeiramente, em relação a essa questão de *fake news*, isso é parte dessa esquizofrenia política que nós estamos vivendo no Brasil, uma verdadeira loucura, esse radicalismo absurdo que há, a utilização de robôs, enfim...

Eu creio que o mais importante é destacar a parte do discurso de V. Exa. que abordou o corte de recursos em duas áreas essenciais: saúde e educação. Nós sabemos que há necessidade de corte de despesas. Eu próprio sempre advoguei um limitador emergencial de despesas, a exemplo do que fez Angela Merkel, em 2008, na Alemanha, quando se defrontou com a desarrumação das contas públicas naquele país e instituiu um limitador emergencial de despesas da ordem de 3% do Produto Interno Bruto da Alemanha. Depois, o Presidente Obama seguiu o seu exemplo e também instituiu um limitador emergencial de despesas para a arrumação das contas públicas do governo. Enfim, mais do nunca, há a necessidade de se fazer isso aqui no Brasil, mas é exatamente avaliando o desperdício de cada área do Governo que se faz a limitação dos gastos, a limitação das despesas. Como consequência, nós teremos, obviamente, a redução dos recursos destinados àquele setor. O que não se deve é, de forma aleatória, estabelecer cortes em áreas essenciais, como da saúde e da educação.

Hoje há uma mobilização nas universidades federais, já que há uma preocupação com a paralisação de atividades, exatamente em função do corte anunciado de 30% dos recursos. Nós sabemos que há desperdício em muitas universidades. Então, é preciso identificar a área de desperdício para estabelecer o corte, sem comprometer a educação, que é fundamental – seria despicante afirmar, mais uma vez, que educação é essencial.

Nós não podemos concordar, por exemplo, que se anuncie um corte em razão de balbúrdia – e aí nós não sabemos exatamente o que consideram balbúrdia. É preciso identificar quem promoveu a balbúrdia, porque, ao anunciar cortes em função de um ato de balbúrdia, estará evidentemente condenando, prejudicando aqueles que são disciplinados, que são ordeiros e que não participam de balbúrdia. Então, você não pode tomar a exceção como regra. Nós imaginamos que o Governo, neste início, tenha dificuldades de fazer a avaliação do que é desperdício e do que não é desperdício, mas é fundamental que o faça.

E, para concluir este aparte, aproveitando a oportunidade que V. Exa. me concede, eu gostaria, mais uma vez, de destacar da manutenção do Coaf no âmbito do Ministério da Justiça.

**O SR. JORGE KAJURU** (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – E eu o acompanho.

**O Sr. Alvaro Dias** (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR) – Hoje há uma nota do Relator dessa medida provisória que tratou da reforma administrativa, o Senador Fernando Bezerra, dizendo que o parecer dele é favorável à manutenção do Coaf no Ministério da Justiça, mas que é preciso convencer Parlamentares, porque Parlamentares estariam defendendo a



transferência da Justiça para o Ministério da Economia. É muito importante que permaneça no Ministério da Justiça, já que é fundamental para eventuais investigações que dizem respeito à lavagem de dinheiro, à remessa de dinheiro para o exterior, enfim os ilícitos que são praticados nessa área. O Coaf é fundamental para as investigações. Nós tivemos essa experiência aqui no Senado em CPIs...

*(Soa a campainha.)*

**O Sr. Alvaro Dias** (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR) – ... importantes, como a dos Correios, a do Mensalão e outras; o Coaf é que fornecia as informações sigilosas para a decretação da quebra do sigilo, quando havia necessidade. É essencial, portanto, que permaneça na esfera do Ministério da Justiça, que é o ministério encarregado de dar continuidade, inclusive de dar sustentação à Operação Lava Jato, de oferecer as condições necessárias à Polícia Federal, aos investigadores para que essa aspiração nacional de limpeza, sobretudo na administração pública, possa se completar.

Agradeço a V. Exa. a oportunidade do aparte, cumprimentando-o mais uma vez pela pertinência dos temas que tem abordado da tribuna do Senado Federal.

**O SR. JORGE KAJURU** (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Eu que agradeço, Senador Alvaro Dias. Sabia, como sempre, que seria rico o seu aparte e, como concordo, faço suas as minhas palavras.

Aqui encerro agradecendo ao Presidente Lucas Barreto pela paciência do tempo, desejando a todos e a todas da nossa Pátria amada uma excelente semana com paz, saúde e especialmente com Deus. Lembrem-se todos os dias: faz bem fazer o bem, não custa nada. Se não puder amar o próximo, que pelo menos não o prejudique. Agradecidíssimo.

*(Durante o discurso do Sr. Jorge Kajuru, o Sr. Alvaro Dias deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Lucas Barreto.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Lucas Barreto. PSD - AP) – Com a palavra o Senador Rogério Carvalho, de Sergipe, Líder da Frente Parlamentar do Norte e Nordeste nesta Casa.

**O SR. ROGÉRIO CARVALHO** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para discursar.) – Eu queria primeiro cumprimentar o Presidente Lucas Barreto, o Senador Chico Rodrigues aqui presente, o Senador Alvaro Dias e o Senador Kajuru, que acabou de se manifestar.

Primeiro eu queria, Presidente, como Líder da Bancada do PT, separar aqui os dois momentos de fala: um tempinho como Líder e um tempinho como mandatário do mandato de Senador. Como Líder, eu quero, primeiro, agradecer ao Presidente Davi Alcolumbre e ao Senador Confúcio Moura, à Senadora Kátia Abreu, ao Senador Cid Gomes, ao Senador Tasso Jereissati, ao Jaques Wagner, ao Otto Alencar, ao Senador Lucas Barreto, que foi fundamental nessa articulação, ao Senador Eduardo Braga, ao Senador Omar Aziz, ao Senador Renan Calheiros, que esteve presente, ao Senador Mecias de Jesus, ao Senador Weverton e a vários Senadores das Regiões Norte e Nordeste. No início desta Legislatura, iniciamos um debate sobre a necessidade de criarmos uma frente parlamentar que reunisse ou reúna os Senadores das Regiões Norte e Nordeste. Nós somos um total de 48 Senadores, quase maioria qualificada para a aprovação de emenda constitucional e, portanto, a maior bancada de Senadores.

Acho importante que outras regiões também criem suas frentes, suas bancadas para que a gente possa, neste Plenário, fazer o debate sobre questões regionais de grande relevância e para



que as questões regionais de infraestrutura, tributárias, de fundos de desenvolvimento, de desonerações, de isenções, ou seja, todos os temas que de fato interessam ao Brasil, aos brasileiros possam ser aqui debatidos.

Eu fiquei muito feliz, Senador Lucas Barreto, porque V. Exa., na criação desta frente, não só teve um papel decisivo na organização como também foi fundamental na aproximação desta frente com os Governadores do Norte, depois sendo agregados os Governadores da Região Nordeste. Passamos a ter uma frente de Senadores das Regiões Norte e Nordeste e uma articulação com os Governadores das Regiões Norte e Nordeste e construímos uma unidade e a frente em torno de uma grande agenda consensual, já considerando aquilo que é de maior relevância, de maior importância para os Governadores da Região Norte e para os Governadores da Região Nordeste.

E, na medida em que fomos discutindo sobre a criação da frente, nós começamos a perceber o quanto de integração podemos ter nessas regiões, incluindo um pedaço da Região Centro-Oeste, do ponto de vista da nossa logística regional. Imaginem que, com a infraestrutura, num País continental como o nosso, com o Tocantins, o Maranhão, o Piauí, que é uma nova frente agrícola produtora de soja, ligando o Mato Grosso, podemos exportar toda essa produção agrícola pelo Estado do Amapá, diminuindo em mais de 3 mil quilômetros e cinco dias de navegação, para levar os produtos aqui da nossa riqueza agrícola e pecuária para outro lado do mundo, ao Hemisfério Norte, do outro lado do Atlântico, para o Pacífico, indo à Ásia, com menos tempo de deslocamento, menos custo de logística, sem contar a integração e a redução dos custos de logística. É possível fazer isso se a gente tiver uma agenda comum entre os Governadores das Regiões Norte e Nordeste e os Senadores.

Eu estava dando uma entrevista agora ali na TV Senado e me referia a mais uma iniciativa que a frente já tomou, que é a PEC 51, de autoria do Senador Lucas Barreto, que propõe a alteração do FPE: de 21,5% da arrecadação dos tributos federais que são repassados via Fundo de Participação dos Estados, que é o IPI e o Imposto de Renda de Pessoa Física, para 26%, o que pode representar mais de R\$5 bilhões para Estados que vivem hoje uma situação de crise fiscal importante.

Também nas conversas que nós tivemos... Isso já é uma iniciativa objetiva, concreta, é uma PEC, que já tem Relator, relatório. Eu queria dizer ao Senador Lucas Barreto que, na semana que vem, ele já está pronto para ser apreciado na Comissão de Constituição e Justiça. Já na próxima semana, a gente já pode pedir para pautar para a gente apreciar, porque urge... Os Estados necessitam de uma definição sobre recursos para aliviar seus caixas e fazer a máquina funcionar. Isso urge! Há muita urgência de esses recursos chegarem, como também os recursos decorrentes da assinatura dos novos campos do pré-sal. Há a possibilidade de um bônus de assinatura da ordem de mais de 100 bilhões, e nós precisamos discutir qual é o critério para a distribuição desse recurso. É importante! Vivendo a crise fiscal que nós estamos vivendo, um dos companheiros Senadores, o Omar Aziz, tem defendido que esse recurso seja destinado aos fundos de previdência daqueles Estados e Municípios que fizerem os seus ajustes nas suas previdências, o que liberaria o recurso do fluxo de caixa corrente dos Governos para investimento, aquecer a economia e melhorar o emprego. Além disso, como sugestões que vêm do Jaques Wagner, do Tasso Jereissati, do Cid Gomes, há a questão dos fundos de desenvolvimento, dos fundos constitucionais, para criarmos fundos em que os Governadores sentariam à mesa junto com o Governo Federal para definir onde investir e para que um percentual desses fundos constitucionais sirva para a infraestrutura, para garantir a integração regional e o desenvolvimento regional.



Eu quero, primeiro, em nome da Liderança do meu Partido – aqui estou falando em nome do meu partido –, agradecer e parabenizar todos os Senadores das Regiões Norte e Nordeste.

E, como Coordenador, Presidente eleito na reunião, assim como o Lucas, que é parte da direção e que deve coordenar a bancada da Região Norte, assim como o Cid Gomes, que deve coordenar a bancada da Região Nordeste, e outros companheiros, que têm outras tarefas que devemos definir entre hoje e a amanhã, para apresentar ao conjunto dos Senadores das Regiões Norte e Nordeste e aqui apreciar o requerimento de criação formalmente da frente parlamentar de Senadores das Regiões Norte e Nordeste, eu quero dizer que essa iniciativa dialoga com o Brasil em que a gente vive. É o Brasil que precisa de emprego, o Brasil que precisa de desenvolvimento regional, o Brasil que tem verdadeiros tesouros ainda não explorados e que podem ser explorados com respeito ao meio ambiente, que podem ser explorados deixando a riqueza no Estado ou na região onde esse tesouro está, mas também levando riqueza para todo País como é o caso do nosso pré-sal...

**O Sr. Chico Rodrigues** (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR) – V. Exa. me concede um aparte?

**O SR. ROGÉRIO CARVALHO** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Concedo. É só para concluir esse raciocínio.

É o caso da Baía do Orinoco, que chega ao Amapá e que poderia estar sendo explorada, gerando riqueza para o Brasil inteiro, e da Renca, assim como, em Sergipe, há uma bacia gasosa extraordinária que poderia estar alimentando a nossa indústria. Acho que essa frente pode prestar esse grande serviço ao debate político no Senado Federal.

Pois não, Senador Chico Rodrigues.

**O Sr. Chico Rodrigues** (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR. Para apartear.) – Eu estava ouvindo atentamente as palavras do Senador Rogério Carvalho e verifiquei que essa iniciativa, Senador... E aqui não poderíamos deixar de parabenizar o Senador Lucas Barreto por essa brilhante iniciativa, até porque nós entendemos que, em uma ação transversal entre os Estados da Amazônia e os Estados do Nordeste, com essa representação maiúscula de 48 Senadores, nós poderemos na verdade fortalecer todas essas ações. Nós entendemos que, no meu Estado, lá no setentrional brasileiro, no Hemisfério Norte – nós temos praticamente dois terços do nosso Estado no Hemisfério Norte, inclusive a capital –, por essa falta de integração, nós temos dificuldades enormes de fazermos esse cruzamento de informações para o gerenciamento das riquezas que são abundantes. Você vai do meu Estado, com uma reserva enorme de nióbio, por exemplo, com dificuldades de exploração, com questões de ordem política maiores. Eu diria que, com essa frente, nós vamos discutir o que é importante não apenas para o nosso Estado, mas para o Brasil, meu caro Senador Lucas Barreto.

Eu diria que essa frente já nasce maiúscula, porque os interesses individuais nos Estados se agrupam nos interesses maiores pela nossa Nação. Tenho certeza de que áreas extremamente importantes para a economia brasileira como, por exemplo, o turismo... Por que não falar que, com essa integração e projetos que sejam densos, podemos fazer com que essa transversalidade de turismo da Região Amazônica, que obviamente é cobiçada pelo Planeta, com as riquezas e as belezas magníficas da Região Nordeste não possa também, apenas dando um exemplo, ser um desses indicadores de que essa união vai fortalecer realmente o Norte, o Nordeste e, consequentemente, o Brasil?



V. Exa. sempre se coloca de uma forma muito própria, cartesiana, mas com informações que só enriquecem, na verdade, cada um de nós, mostrando para a Nação, que nos acompanha neste momento através da televisão, da rádio e da internet, a importância que os Parlamentares dão a essas questões de alcance nacional. Portanto, essa frente é muito bem-vinda. Eu tenho certeza de que ela será, na verdade, referência para se criarem frentes para outras regiões também.

Parabéns, Senador.

**O SR. ROGÉRIO CARVALHO** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Obrigado.

O Senador Lucas Barreto quer um aparte?

**O SR. PRESIDENTE** (Lucas Barreto. PSD - AP) – Senador Rogério, eu quero cumprimentá-lo pelo pronunciamento e pela liderança que hoje o senhor tem com relação a essa Frente Parlamentar. Não é à toa que o senhor foi escolhido o nosso líder da frente do Norte e do Nordeste, pela sua capacidade de unir e pela determinação que o senhor teve na criação dessa frente, determinação de unir esses Estados que sempre foram esquecidos.

Eu posso falar, Senador Kajuru, que, no caso da Amazônia, dos Estados amazônicos... E eu falo aqui do meu Amapá, Senador Chico, e do Estado de Roraima também, que o senhor tão bem representa...

*(Intervenção fora do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Lucas Barreto. PSD - AP) – Roraima. Ele representa Roraima.

Amapá e Roraima são dois Estados palestinos, porque nós temos povo, mas não temos terra.

Na reunião de Governadores do Norte e do Nordeste, o que ficou decidido? Que os Estados amazônicos não serão mais escravos ambientais do Brasil e do Planeta. Terão que nos compensar, mas, fora isso, ninguém aqui quer ser devastador, ninguém quer fazer com que, no Estado mais preservado do Planeta – os dois mais preservados são Amapá e Roraima, estou dando um exemplo, Senador Rogério –, nós tenhamos uma onda de devastação. Não, de jeito nenhum! É com responsabilidade social e ambiental, mas nós precisamos desenvolver...

Por exemplo, no Amapá, de que o Senador Rogério tão bem falou, existe uma plataforma ali em que Suriname, Georgetown, Caiena, todos já estão pesquisando para explorar petróleo – a plataforma vai até Orinoco, na Venezuela. Então, todos querem explorar, todos estão explorando, e só o Amapá e o Pará não podem? Por quê? Se o Amapá explorar o petróleo, nós teremos lá 1% do faturamento bruto do que for retirado de petróleo, e isso dará em torno, em quatro anos, de R\$5 bilhões para investimento em ciência, tecnologia e formação tecnológica. E, sobre aquela história de que o Greenpeace disse que lá há corais, lá houve corais há 19 mil anos, e quem diz isso são cientistas do Pará e do Amapá. Então, hoje são fósseis de coral, mas lá há o que eles chamam de grande prêmio: é a maior reserva de petróleo e gás do mundo, Senador Rogério. E nós precisamos, sim, explorar. E os *royalties* podem ser partilhados, sim, como se está partilhando o *royalty* do pré-sal, com o Brasil todo.

Hoje, a gente vê que, no Governo, eles querem fazer um acordo de ajudar os Estados com o bônus de assinatura do pré-sal, mas depois de aprovada a reforma da previdência. Eu penso que vai ser ao mesmo tempo, não haverá um na frente e nem outro depois. Essa é uma pauta comum dos Estados do Norte e Nordeste.

E é aqui, no Senado, que os Estados são representados; é aqui que os Estados se igualam; é aqui que os Estados do Norte e Nordeste têm maioria. Então, é por isso que, com essa união, com



essa força que têm os Estados do Norte e Nordeste e já com a sinalização de apoio dos Estados do Centro-Oeste, nós poderemos definir uma pauta propositiva para os Estados.

Nos Estados do Norte e Nordeste, até a renda *per capita* tem caído – a renda *per capita!* É um problema gravíssimo! Essa PEC que nós apresentamos com o apoio de todos os Governadores já tem nome: ela se chamará PEC Paulo Guedes – mais Brasil, menos Brasília.

**O SR. ROGÉRIO CARVALHO** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Eu queria agradecer tanto ao Senador Chico Rodrigues, de Roraima...

**O SR. PRESIDENTE** (Lucas Barreto. PSD - AP) – Só para finalizar, Senador Rogério, eu queria registrar a presença do Presidente da Comissão de Meio Ambiente do meu Estado, o Dr. Victor Amoras, e do Vice-Presidente, o Deputado Oliveira, também aqui presente.

**O SR. ROGÉRIO CARVALHO** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Meus cumprimentos.

**O SR. PRESIDENTE** (Lucas Barreto. PSD - AP) – Eles vieram aqui, a este Senado, para me pedir para fazer uma denúncia: a barragem que nós denunciamos há pouco tempo, inclusive na CPI com V. Exa., a Barragem do Amapá, nos níveis de risco de um a cinco – e eles estiveram lá há pouco tempo –, está no nível cinco. Então, está para acontecer um desastre de grandes proporções se o Ministério Público Federal e o Ministério do Meio Ambiente não tomarem providências! E isso também foi dito não só por nós – eles visitaram *in loco* – mas por um geólogo da Beadell, que é uma empresa que está lá do lado. Então, há cinco anos, essa barragem está abandonada. E detalhe: há três hidrelétricas nesse rio, que é o Rio Araguari, que fornecem energia para cá, para o Norte e Nordeste. Então, se houver... São 38 milhões de metros cúbicos de rejeito, só que ainda há duas barragens a montante de água. Só nessa semana, no Amapá, foram chuvas de 300mm! Imaginem o risco como está.

Obrigado pelo aparte, Senador.

E fica aqui o registro também dos Deputados Estaduais.

**O SR. ROGÉRIO CARVALHO** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Eu queria...

**O Sr. Jorge Kajuru** (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Senador...

**O SR. ROGÉRIO CARVALHO** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Pois não.

**O Sr. Jorge Kajuru** (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO. Para apartear.) – Eu queria pedir um aparte, porque, como juvenil deste Senado, antes de chegar até aqui, me enojava muito ver a proliferação de bancadas com interesses escusos. Inclusive no meu meio, havia aquela famosa bancada da bola. Então, quando eu vejo hoje um Senador preparado como V. Exa. chegar, subir à tribuna e falar de uma bancada do Norte e Nordeste, eu creio que isso deva ser exemplo para outros companheiros desta Casa, para que a gente nunca mais tenha aqui essa, repito, proliferação de bancadas escusas, de bancadas vulpinas, que não trazem nenhum bem à população. É pensar na sua região. É uma frente parlamentar? É, mas é, acima de tudo, uma bancada unida, uníssona em torno do Norte e do Nordeste do País.

E o Senador Chico Rodrigues lembrou muito bem a questão do nióbio. No caso, o meu, que sou do Centro-Oeste, nós também deveríamos fazer o mesmo que estamos aqui acabando de ouvir no pronunciamento do Senador Rogério Carvalho. Em relação ao nióbio, que este País não prioriza, não sabe o valor dele, não sabe os trilhões que vale o nióbio, nós temos o terceiro do País no Estado de Goiás, na cidade de Catalão, pois 3% do nióbio estão lá. E 3% lá em Catalão,



Senador Rogério, Senador Chico, Senador Lucas e Brasil, servem para bancar toda a educação de um país como o Canadá. Então, nós do Centro-Oeste deveríamos seguir esse exemplo único aqui, que me entusiasma, do Norte e do Nordeste de ter uma pessoa certa na hora certa para liderar essa frente parlamentar ou a chamada bancada, porque finalmente vemos uma bancada do bem e não uma bancada de bens.

Parabéns, Senador Rogério.

**O SR. ROGÉRIO CARVALHO** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Obrigado, Senador Kajuru, Senador Chico Rodrigues e meu amigo Senador Lucas Barreto.

Eu queria, Senador Chico Rodrigues, sobre o seu aparte, dizer o quanto temos de possibilidade e de potencial de integração das Regiões Norte e Nordeste com o Centro-Oeste, porque, com o Sudeste, todos temos integração, em função da industrialização que se assentou na Região Sudeste e em parte da Região Sul do País, mas as nossas regiões têm características socioeconômicas muito semelhantes e um potencial de integração extraordinário.

Eu estava vendo uma apresentação feita por uma das coordenadoras da frente ou da bancada que é a Senadora Kátia Abreu, mostrando, do ponto de vista logístico, o que se precisa de investimento para que nós tenhamos a total integração da região. Chega a ser doído perceber que falta muito pouco diante do tamanho da riqueza que poderíamos agregar no cenário que vivemos, que é um cenário de muitas dificuldades. Nós estamos com 13,4 milhões de brasileiros desempregados; nós estamos com 25% de subutilização da força de trabalho no Brasil; desde 2012, quando se iniciou o registro desses dados, nós estamos com uma taxa de pessoas desalentadas de 4,8 milhões – são pessoas que não saem de casa mais para pedir emprego, pessoas que não acreditam mais que tenham possibilidade de se inserir e de se colocar para a vida. Então, nós estamos aqui diante de uma necessidade de criar alternativas que possam melhorar a atividade e o ambiente para o desenvolvimento econômico.

E, vejam, há propostas que vão no sentido de estarem focadas em estimular as micro, pequenas e médias empresas.

Nós, no Brasil, aprendemos a ficar de joelhos para as grandes empresas e para as empresas maduras, mas não são elas que produzem cultura regional, não são elas que produzem e que geram a maioria dos empregos. A maioria dos empregos está nas micro, pequenas e médias empresas.

Então, nós precisamos ter fundos de investimento, mas esses fundos de investimento precisam ser unificados e geridos por quem, de fato, tem o papel e que precisa, cada vez mais, ter um papel no desenvolvimento: os governadores, articulados com as instâncias de governo, com os Ministérios do Governo Federal, fugindo e criando mecanismos que não sejam a absoluta e total renúncia fiscal, que tem deixado os Estados mais pobres com menos capacidade fiscal, com menos capacidade de cumprirem com as suas responsabilidades.

Portanto, esse é um tema, e essa frente tem um papel muito claro: promover o desenvolvimento, promover o fortalecimento da economia, e, assim, a gente ter regiões menos desiguais em relação a outras regiões do País.

Mas, Presidente, eu queria também mudar um pouco de assunto, porque, nesta semana... E peço licença aqui, eu sei que é um tema que parece doméstico, mas não é um tema doméstico, porque o ensino, a educação – o Kajuru há pouco estava falando disso – não são temas domésticos em nenhuma circunstância. Mas, nesta semana, nós fomos tomados por uma comparação infeliz feita pelo Ministro Onyx Lorenzoni, que é o Ministro da Casa Civil, que deveria tomar cuidado ao fazer declarações sobre determinados patrimônios que são imateriais, que representam parte da



história do nosso povo. E eu diria que as universidades federais brasileiras, independentemente de ser a minha, a Universidade Federal de Sergipe, são – e devem ser, quando ainda não o forem – consideradas patrimônio imaterial do povo brasileiro, porque onde se instalou uma universidade pública neste País houve progresso e desenvolvimento.

Vou dar o exemplo da Paraíba. Ali, no Agreste e no Semiárido paraibano, mas principalmente no Agreste, com a criação da Universidade Federal da Paraíba, mais precisamente do *campus* de Campina Grande. Campina Grande virou um grande polo, uma grande região desenvolvida.

Quando você vai para São Paulo, as universidades paulistas... Onde se instalou um *campus* de alguma universidade paulista, em Campinas, em Botucatu, em Bauru, em Jaboticabal...

(*Soa a campainha.*)

**O SR. ROGÉRIO CARVALHO** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – ... onde se instalou um *campus* universitário público, a região explodiu, cresceu e se desenvolveu. E assim não é diferente no caso da Universidade Federal de Pernambuco, da Universidade Federal de Minas Gerais, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, que é considerada uma das melhores universidades da América Latina; da Universidade Federal de São Paulo, que nunca teve e que agora passou a ter, que é a Unifesp, um dos maiores centros médicos do Brasil, um dos maiores centros de pesquisa do Brasil na área de medicina e saúde. E não é diferente a Universidade Federal de Sergipe.

Eu quero dizer ao Ministro Onyx Lorenzoni que Sergipe, há 50 anos, criou e fundou a sua universidade, uma universidade que, no começo da década de 2000, tinha 6 mil alunos. Essa universidade hoje tem 32 mil alunos; essa universidade tem 6 *campi*. Esta universidade tinha seis cursos de mestrado em 2006 e um curso de doutorado; hoje, tem 18 cursos de doutorado – são 54, no todo – e 38 cursos de mestrado. Parte dos cursos de mestrado com nota 5 pela avaliação, ou seja, avaliação máxima. Noventa por cento da produção de conhecimento do Estado é feita pela Universidade Federal de Sergipe.

Portanto, eu queria dizer ao Ministro que antes dele... Nós estamos vivendo, Senadores e Senadoras, povo brasileiro – em medicina, tudo que termina com "ose", o sufixo "ose", significa doença, algum tipo de doença: tuberculose, leishmaniose, verminose –, uma doença que é a "ideologiose".

Nós estamos vivendo um Governo em que, para defender uma ideologia e para defender uma posição ideológica fora do esquadro, fora da regra, vale tudo, vale qualquer coisa, vale atacar inclusive aquilo que é mais sagrado para um povo, que viu o seu crescimento e o seu desenvolvimento acontecer em conjunto com uma determinada instituição e que, portanto, ela é parte integrante da sociedade do meu Estado e da vida pública do Estado de Sergipe, porque foi dali que nasceram todos – ou a maioria – os projetos de desenvolvimento, tanto da infraestrutura, quanto da economia e da sociedade, que saíram da Universidade Federal de Sergipe.

E a gente vê uma pessoa, no intuito de marcar a sua posição ideológica, ferir ou tentar diminuir a instituição, que é responsável por 90% da produção acadêmica do Estado de Sergipe e por 90% da formação de mestres e doutores no Estado de Sergipe, além de ter dois hospitais universitários e de ter *campi* na área, *campi* regionais. Por exemplo, na minha cidade de Lagarto tem um *campus* da saúde, com sete cursos de graduação. Ou seja, uma revolução. Onde a universidade chega, produz-se uma revolução.



Então, eu queria aqui deixar a minha solidariedade ao meu povo, ao meu Estado, à minha universidade, da qual sou professor do curso de medicina desde 2008. Eu queria aqui deixar o meu repúdio ao Ministro Onyx Lorenzoni por essa "ideologiose" que ele está vivendo. E essa "ideologiose", que é essa doença, está em tudo. Então, está na previdência. Acabar com o sistema de segurança criado no Brasil é acabar com uma luta de 50 anos. Nós não somos e não estamos falando que não precisa fazer ajuste no sistema previdenciário...

*(Soa a campainha.)*

**O SR. ROGÉRIO CARVALHO** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – ... mas acabar com o sistema previdenciário para implantar um sistema de, como disse aqui o Paulo Paim, que discursou antes de mim, que estávamos ouvindo, capitalização no regime geral de previdência é destruir o sistema de proteção social do Brasil. Acabar com o BPC, fazer o BPC pagar R\$400, desatrelar do salário mínimo, desconstitucionalizar é acabar com o sistema de segurança. E isso só pode ser alguma doença ideológica que está cometendo parte de quem faz este Governo.

Portanto, fica aqui o nosso apelo aos nossos pares e à sociedade, para que não nos contaminemos com essa doença, porque o que precisamos mesmo é olhar para o Brasil real e não priorizar, liberar as pessoas a andarem com carro carregado de munição...

*(Soa a campainha.)*

**O SR. ROGÉRIO CARVALHO** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – ... e de arma para poder treinar – estou concluindo –, não autorizar que as pessoas matem quem se aproxima da porteira da sua fazenda, ou seja, isso não vai mudar a vida das pessoas. O que vai mudar a vida das pessoas, Senador Lucas Barreto, é crescimento econômico, desenvolvimento econômico. O que vai mudar é educação, é investir em educação. É isso que vai mudar. E quem vai mudar o Brasil são aqueles que estão aqui, que vieram para cá e que têm compromisso com o povo brasileiro, com o povo do seu Estado. E esse compromisso nós vamos materializar na PEC 51, na Comissão Mista de Orçamento, com a nossa força, definindo que investimentos em infraestrutura precisamos fazer, revisando o que foi feito de desonerações e definindo o que pode e o que não pode, aprovando medidas que façam justiça tributária para que possamos ter possibilidade de crescimento e desenvolvimento econômico independente. E, veja, concluindo, Sras. e Srs. Senadores, Sr. Presidente, independente de a gente ter uma posição mais liberal, mais conservadora. O que importa, no final das contas, é que a gente não esteja submetido ao grande mal do Brasil, que são o fisiologismo e o corporativismo, que cegam parte da sociedade no que diz respeito a ter um projeto de nação, de estado e de sociedade.

Então, a gente está aqui nesta Casa para cumprir o papel. Qual é o projeto de Estado, de sociedade, de Nação que a gente precisa? E isso passa por ter universidade pública. Isso passa por investir em educação de nível superior, como passa por investir em educação de nível médio. Os Estados Unidos gastam US\$26 mil com um aluno universitário; o Brasil gasta 14 mil. Vejam a diferença! E estão achando que a gente está gastando muito. Nós estamos gastando ainda muito menos do que deveríamos para que possamos chegar ao nível de desenvolvimento, de conforto e de prosperidade, mas para isso é preciso ter um projeto de Brasil, de Estado, sociedade e Nação que não se submeta à aliança corporativo-fisiológica que domina este País ao longo de toda a sua história.

Muito obrigado às Sras. e Srs. Senadores e aos nossos ouvintes e expectadores da TV Senado.



**O Sr. Jorge Kajuru** (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Lucas Barreto. PSD - AP) – Pela ordem, o Senador Kajuru.

**O Sr. Jorge Kajuru** (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB – GO. Para apartear.) – Eu vou ser rápido.

Quero apenas, no final do pronunciamento do Senador Rogério Carvalho, dizer que o que me entristece é que essa doença que V. Sa. coloca aqui parece ser contagiosa: é a doença do acionar a boca e não ligar o cérebro, até porque a alguns falta o cérebro.

Então, começa lá atrás. Entra um Ministro da Educação, cujo discurso inicial era de que o Nordeste não precisa ter universidade para ensinar Filosofia e Sociologia. Eu passei mal.

**O SR. ROGÉRIO CARVALHO** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. *Fora do microfone.*) – É este Ministro.

**O Sr. Jorge Kajuru** (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – É o atual, mas o discurso dele lá atrás foi esse – ele entrou com esse discurso. Eu fiquei aturdido. Filosofia, para nós, é o maior privilégio de saber – Filosofia e Sociologia.

Aí vem agora, no fim dessa semana, a confirmação do corte de R\$3,2 bilhões em três das mais importantes universidades federais do Brasil, começando pela UFMG, em Minas Gerais, que teve que cortar 30% – 30%!

E vem a palavra usada pelo mesmo Ministro de que essas universidades são uma balbúrdia. Não dá para ficar pasmo com isso?

Para concluir, aí vem a declaração do triste Ministro Onyx, Ministro da Casa Civil, que deveria pedir perdão a Sergipe, pedir perdão pelo que falou, pela besteira que falou, pelo besteirol de seu cérebro. Até porque V. Sa. já pediu perdão aos brasileiros por ter recebido propina da JBS-Friboi. Então, agora peça perdão por uma declaração tão infeliz como essa!

**O Sr. Reguffe** (S/Partido - DF) – Senador Rogério...

**O SR. ROGÉRIO CARVALHO** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. *Fora do microfone.*) – Pois não, Senador.

**O Sr. Reguffe** (S/Partido - DF. Para apartear.) – Senador Rogério, esse corte no orçamento das universidades federais não é correto; ele é um absurdo que se faça no meio do ano letivo. Não se corta um orçamento no meio do ano letivo como o MEC está fazendo. Isso não é coisa séria. Há uma série de projetos de pesquisa em andamento e projetos de pesquisa que vão ficar prejudicados, inclusive projetos de pesquisa que já tiveram recursos públicos colocados. O mínimo que se tem que se deixar é que esses projetos sejam terminados, e não sejam no meio ceifados assim. Isso é a mesma coisa que uma obra inacabada. O Governo começa a gastar dinheiro público numa obra e larga a obra para lá. Então, há projetos de pesquisa em andamento que vão ter que ser interrompidos, uma série de estudantes vão ser prejudicados.

Eu acho que o País tem que cortar muita coisa mesmo. Só com carros oficiais, o Brasil vai gastar R\$1,6 bilhão no ano de 2019 – R\$1,6 bilhão! Se alguém tiver dúvida do número, é só entrar no Google e colocar "gasto da Administração Pública Federal com carros oficiais"; dá R\$1,6 bilhão por ano. Além disso, só neste ano, só com desonerações, subsídios e renúncias fiscais, vai dar R\$306 bilhões. Então, não é na educação que se deve fazer corte. Educação é o futuro deste País. Não é na educação que se deve fazer corte. Então o Governo erra quando toma essa atitude, ainda mais ela sendo no meio ano letivo...

*(Soa a campainha.)*



**O Sr. Reguffe** (S/Partido - DF) – ... sem nenhum critério e sem nenhum estudo que o embase.

Só para terminar, eu quero também registrar que eu e o Senador Jorge Kajuru assinamos um requerimento ao Tribunal de Contas da União, solicitando que o Tribunal investigue a legalidade, a legitimidade, a economicidade desse absurdo que foi essa licitação e essa compra pelo Supremo Tribunal Federal de lagosta, camarão, vinhos importados e outros alimentos no valor de R\$1,134 milhão. Isso é uma vergonha para este País. Não é papel da Suprema Corte comprar lagosta, camarão, vinhos importados. Eu assinei junto com o Senador Jorge Kajuru um requerimento ao TCU, para que o TCU investigue isso.

E voltando aqui só para finalizar...

(*Interrupção do som.*)

(*Soa a campainha.*)

**O Sr. Reguffe** (S/Partido - DF) – Voltando aqui, só para finalizar, Senador Rogério, existe uma série de áreas onde o Governo deve fazer cortes, inclusive áreas onde se desperdiça o dinheiro público, onde não deveria estar o dinheiro público, mas não na educação. Não é na educação, não é no futuro do País que se deve fazer corte.

**O SR. ROGÉRIO CARVALHO** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Eu queria agradecer aos Senadores e às Senadoras e dizer que o pré-sal tinha uma previsão da questão do fundo de estabilização da educação, que previa recursos e que daria para a gente chegar a 10% do PIB com gastos com educação. Esse sonho, depois que mudaram o sistema de negociação das nossas reservas e com a isenção que foi dada de mais de R\$1,25 trilhão a quatro petrolíferas, a gente passa por isso na área da educação.

(*Soa a campainha.*)

**O SR. ROGÉRIO CARVALHO** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Portanto, nós precisamos estar unidos como bancadas, como político em torno de um projeto de País. Esse é o desafio que deve nos unir nesta Casa e no Congresso Nacional.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Lucas Barreto. PSD - AP) – Com a palavra o Senador Chico Rodrigues.

**O SR. CHICO RODRIGUES** (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR. Para discursar.) – Meu caro Presidente Lucas Barreto, caro colega Senador Kajuru, meu caro colega Rogério Carvalho, minhas senhoras, meus senhores, eu vejo a preocupação que paira sobre a população do meu Estado, Roraima, em relação à questão fronteiriça com a Venezuela. E nós na verdade entendemos que apesar de ser um problema interno da Venezuela, a sua crise política, nós vivemos hoje no Estado um momento de absoluta inquietação e, lógico, a população, na sua capital, de aproximadamente 400 mil pessoas, já suporta com dificuldade enorme a permanência de mais de 40 mil venezuelanos, que dividem com os nacionais, meu caro Kajuru, a questão da assistência médica, da educação, da segurança pública e da utilização de outros serviços necessários, o que tem provocado uma verdadeira inquietação no nosso povo.

Tenho acompanhado os desdobramentos dessa crise interna. Lá estive, na fronteira, por duas vezes. Vemos, pelos veículos de comunicação do Brasil e do mundo, que cada dia mais se distancia uma solução provável para mitigar essa crise política em que a Venezuela vive mergulhada. Países



hegemônicos que têm potencial econômico, potencial bélico, uns se posicionam favoráveis ao regime do Presidente Maduro, outros, do autoproclamado Presidente Juan Guaidó; e nesse puxa e encolhe, quem paga são as populações fronteiriças. Praticamente, num ato de desespero, aqueles refugiados adentram aos milhares a Colômbia - que fica ao noroeste da Venezuela - e adentram o Brasil, no nosso Estado especificamente, na localização de Pacaraima, descem a serra, em direção à sua capital, que já não suporta a recepção forçada, é bem verdade, tangidos pela sorte, pela necessidade, pela crise interna da Venezuela, de milhares de venezuelanos.

Agora, nós entendemos que há uma necessidade urgente de se fazer uma ação paralela. Nós temos hoje, meu nobre Senador Jorge Kajuru - que preside neste momento esta sessão -, a Operação Acolhida, comandada pelo Exército Brasileiro, que tem, sob a sua orientação, a participação ativa de várias ONGs, que sistematizam permanentemente a entrada e a manutenção de milhares de venezuelanos. Mas nós precisamos também que os recursos venham a contemplar o Município de Pacaraima, na área de fronteira, o Município de Boa Vista, a sua capital, e o Estado de Roraima, como um todo, porque esses serviços essenciais ficam prejudicados.

Deixo aqui essa preocupação. Tenho falado com segmentos estratégicos do Governo e acreditamos que o Governo do Presidente Bolsonaro haverá de - num processo de compreensão maior da localização geopolítica do nosso Estado e da necessidade de operacionalizar programas que diminuam a pressão da presença de venezuelanos no nosso Estado - realmente encontrar esses caminhos a curtíssimo prazo, porque a situação está-se tornando insustentável. E mais ainda: a preocupação maior é a de que, a cada dia que passa, o problema recrudesce internamente na Venezuela. E, com isso, nós vivemos praticamente com a espada de Dâmocles na cabeça.

Eu comprehendo realmente as dificuldades por que passa o País hoje, dificuldades de toda ordem, financeiras, políticas etc., mas nós temos de defender aqui de uma forma veemente o Estado de Roraima, porque a sua população espera uma investida mais robusta por parte do Governo Federal.

Farei isso, meu caro Senador Jorge Kajuru, ainda esta semana, mostrando que tanto o Governo do Estado precisa se antecipar quanto o Governo Federal precisa concentrar esforços no sentido de que nós possamos, na verdade, dar mais tranquilidade à população do meu Estado, especificamente às cidades Boa Vista e Pacaraima.

Então, era essa a observação que eu gostaria de fazer hoje nesta tarde de segunda-feira.

Não poderia também deixar de anunciar que, amanhã - eu estou levantando todos os dados, meu caro Senador e população brasileira -, vou fazer um comentário veemente em relação às manifestações sistemáticas que vêm realmente tomando um brasileiro - parece refugiado nos Estados Unidos - o Olavo Carvalho, que vem, numa atitude provocativa, confrontando as Forças Armadas, os seus oficiais superiores e, por isso, o corpo da sua tropa como um todo, desqualificando-os.

Aliás, um velhaco não pode desqualificar as Forças Armadas brasileiras, os seus comandantes militares, que estão fazendo o melhor de si, que estão dando um apoio enorme ao Presidente da República. E esse elemento, nos Estados Unidos, aliás, vive falando por meio de espasmos alucinatórios. Ocorreu um curto circuito nos neurônios desse senhor, que, lá dos Estados Unidos, talvez orientado não sei por quem, fica realmente provocando os militares brasileiros.

Então, eu gostaria de dizer que, amanhã, com mais dados substanciosos na mão, eu mostrarei exatamente o que esse mau brasileiro está fazendo realmente, de fora do Brasil, inclusive contaminando o próprio Governo internamente, em alguns segmentos que, na verdade, o



defendem. Eu não sei se se deve defender um maluco. Isso é muito perigoso, porque, no meu entendimento, na verdade, como gestor público eu jamais daria ouvidos a um debiloide. De qualquer forma, a imprensa obviamente aproveita esses lampejos obscuros do Olavo Carvalho e joga o Governo contra o Governo.

Acho que está errado. Há muita coisa que deveria ser consertada. Dever-se-ia deletar as palavras desse senhor, porque, na verdade, isso depõe muito contra o nosso Governo e, acima de tudo, contra a República. São perigosas essas exposições, até porque, quando ele provoca os generais e diz que não têm coragem de ir aos Estados Unidos debater com ele, é ele que não tem coragem de voltar ao seu País porque sabe o mal que está fazendo.

Então, amanhã, na verdade nós faremos um pronunciamento com muito mais detalhes, falando realmente sobre a ação nefasta que este senhor vem fazendo para com o nosso Governo.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Senador Chico Rodrigues, de Roraima, inicialmente eu o cumprimento pela coragem, pela lisura, pela ética. O senhor é um Vice-Líder do Governo e vem à tribuna e fala exatamente o que, seguramente, todos da oposição gostariam de falar, e muitos da oposição não falaram desse "senhor", entre aspas, que vive nos Estados Unidos.

Certo dia um jornalista me perguntou: "Kajuru, você lê o que escreve Olavo Carvalho?" Eu disse: "O meu masoquismo não chega a tanto". Portanto, não leio, como não leio várias revistas do Brasil, vários jornais. Fiquei 40 anos na televisão brasileira para saber o que eu posso ler, o que eu devo ler e o que eu não devo ler.

Então, parabéns pelo seu pronunciamento!

O Estado de Roraima reconhece a luta aqui diária, o seu enfrentamento e a sua preocupação, principalmente, com a prioridade que o Governo precisa entender, porque Roraima merece, até pela abismal riqueza que o Estado possui.

Parabéns!

**O SR. CHICO RODRIGUES** (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR) – Obrigado.

*(Durante o discurso do Sr. Chico Rodrigues, o Sr. Lucas Barreto deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Jorge Kajuru.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Bem, senhoras e senhores, brasileiros e brasileiras, minhas únicas vossas excelências, aproveito as vossas excelências também presentes aqui, neste momento, assistindo a uma sessão do Senado Federal nesta segunda-feira, 6 de maio de 2019, para comunicar que, não havendo mais orador inscrito, em uma segunda-feira proveitosa onde discutimos educação, discutimos saúde, discutimos reforma da previdência e discutimos principalmente a situação preocupante das universidades federais deste País, mesmo havendo poucos Senadores presentes, como é normal na sexta-feira... Creio que a TV Senado, a Rádio Senado e as redes sociais tiveram a oportunidade de mostrar aos brasileiros, nossos únicos patrões, que aqui existe gente que pensa, que aqui existe gente com coragem para falar o que está realmente acontecendo no Brasil.

Declaro encerrada esta sessão, que iniciei e terminei presidindo-a, com muito prazer.

*(Levanta-se a sessão às 15 horas e 42 minutos.)*



# **MATÉRIAS E DOCUMENTOS DA 64<sup>a</sup> SESSÃO**

## **EXPEDIENTE**

### **Comunicações**





SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador EDUARDO GIRÃO

Ofício nº 0217/2019-GSEGIRAO

Brasília, 06 de maio de 2019.

*Faca-se a substituição  
titular solicitada  
em 06/05/19.*

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, e na qualidade de líder do Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, indico o Senador Oriovisto Guimarães – PODE/PR, para ocupar a vaga de titular na Comissão de Constituição e Justiça – CCJ, no lugar da vaga ocupado atualmente.

Comunico ainda, que a substituição em questão foi de comum acordo com o Senador comutado.

Respeitosamente,

  
Senador EDUARDO GIRÃO  
Líder do Bloco PSDB/PODE/PSL

Ao Excelentíssimo Senhor  
**SENADOR DAVI ALCOLUMBRE**  
Presidente da Mesa Diretora do  
Senado Federal

Recebido em 6/5/19  
Hora 11:05  
  
Estagiário - SLSF/SGM



À publicação, nos termos do  
ATC Nº 16/2009.  
Em 06/05/19

SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Weverton

MEM. 025-2019

Brasília, 03 de maio de 2019.

Excelentíssimo Senhor  
Senador DAVI ALCOLUMBRE  
Presidente do Senado Federal  
NESTA

Assunto: Cadastramento de Escritório Parlamentar no Estado

**Senhor Presidente,**

Ao cumprimentá-lo cordialmente, informo a Vossa Excelência, para efeito administrativo nesta Casa, que meu Escritório político no Estado fica localizado no seguinte endereço: **AV. DOS HOLANDESES, 2 ED.TECH OFFICE, Salas 303/304/305, Bairro Ponta D'Areia, CEP.: 65071-380 – SÃO LUIS – MA**

Solicito o cadastramento do mesmo, ocasião que sirvo da oportunidade para apresentar meus protestos de consideração e apreço.

Respeitosamente,

Sen. WEVERTON  
PDT - MA



Senado Federal – Ala Senador Tancredo Neves – Gabinete 57 – Fone: (61) 3303-4161

CEP 70060-000 | ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5E29CF69002D319C.

CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>



# Projeto de Decreto Legislativo





# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

### Nº 216, DE 2019

Suspender a execução das normas incompatíveis com a estabelecida pela Política Nacional de Saúde Mental, quais sejam: Resolução CIT nº 32, de 17 de dezembro de 2017 e Portaria GM/MS nº 3.588, de 21 de dezembro de 2017.

**AUTORIA:** Senador Rogério Carvalho (PT/SE)

**DOCUMENTOS:**

- [Texto do projeto de decreto legislativo](#)
- [Legislação citada](#)



[Página da matéria](#)



**SENADO FEDERAL**  
Gabinete do Senador Rogério Carvalho

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° DE 2019.**

**(Senador ROGÉRIO CARVALHO – PT/SE)**

**Suspender a execução das normas incompatíveis com a estabelecida pela Política Nacional de Saúde Mental, quais sejam: Resolução CIT nº 32, de 17 de dezembro de 2017 e Portaria GM/MS nº 3.588, de 21 de dezembro de 2017.**

SF/19988.18606-55

O Congresso Nacional decreta, no uso de suas atribuições e, com fundamento no artigo 49, incisos V, X e XI da Constituição Federal:

**Art. 1º** Este Decreto susta os efeitos das normas incompatíveis com a estabelecida pela Política Nacional de Saúde Mental, nos termos da Recomendação nº 3, de 14 de março de 2019, do Conselho Nacional dos Direitos Humanos, quais sejam: Resolução CIT nº 32, de 17 de dezembro de 2017 e Portaria GM/MS nº 3.588, de 21 de dezembro de 2017.

**Art. 2º** Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

**JUSTIFICATIVA**

O governo federal, desde novembro de 2017, tem editado normas com amparo na “Nova Política Nacional de Saúde Mental”, já em franca execução, que contraria a legislação vigente e os princípios democráticos na elaboração de políticas públicas, assim como confronta a perspectiva antimanicomial defendida pelos Direitos Humanos de desospitalização dos usuários, ao fortalecer a existência de espaços de segregação de pessoas e estabelecer a retomada de financiamento dos hospitais psiquiátricos e das comunidades terapêuticas, em detrimento do financiamento de equipamentos que não afastam o usuário da família e da comunidade.



SF/19988.18606-55

**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador Rogério Carvalho

Desta forma, o Conselho Nacional de Saúde (CNS) publicou a Recomendação nº 1, de 31 de janeiro de 2018, solicitando que o Ministério da Saúde (MS) revogue a Portaria nº 3.588, de 21 de dezembro de 2017, com o argumento de que a referida norma apresenta retrocessos à Política Nacional de Saúde Mental e propõe a desestruturação da lógica organizativa da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), tendo sido editada sem consulta ou debate com a sociedade civil e com o próprio Conselho.

Igualmente, não foi atendida a Recomendação nº 3, de 31 de janeiro de 2018, bem como a Recomendação nº 8, de 7 de novembro de 2018, ambas do Conselho Nacional de Direitos Humanos sobre a revogação da referida Portaria nº 3.588/2017 e da Resolução nº 32/2017, todas elaboradas e publicadas sem a participação do Conselho Nacional de Saúde e da participação popular, contrariando também a Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001 e a política antimanicomial do país.

Em Nota Técnica nº 11/2019-CGMAD/DAPES/SAS/MS, de 4 de fevereiro de 2019, pela qual reforça os atos normativos acima mencionados sem atendimento às referidas Recomendações, o Coordenador-Geral de Saúde Mental, Álcool e outras drogas, do Ministério da Saúde, explicitou que esses e outros atos editados a partir de novembro de 2017 são parte da chamada “Nova Política Nacional de Saúde Mental”.

Posteriormente cancelada, em 6 de fevereiro de 2019, a referida Nota Técnica foi submetida à consulta do CONASS – Conselho Nacional de Secretários de Saúde e do CONASEMS – Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde, órgãos que não têm representação social de usuários.

Portanto, uma série de normas foram publicadas contrariando a legislação vigente e as recomendações do Conselho Nacional de Saúde e do Conselho Nacional dos Direitos Humanos.

A Política Nacional de Saúde Mental foi estabelecida pela Lei Federal nº 10.216/2001, a chamada Lei da Reforma Psiquiátrica. As premissas dessa política, reconhecida pela estratégia de proteção e defesa dos direitos humanos, consolidam um modelo humanizado de atenção à saúde de base comunitária, promovendo a reinserção social e reabilitação psicossocial a essa população, conforme se observa expressamente nos arts. 2º, I a IX e 4º, § 3º:



**SENAO FEDERAL**  
Gabinete do Senador Rogério Carvalho

“Art. 2º - Nos atendimentos em saúde mental, de qualquer natureza, a pessoa e seus familiares ou responsáveis serão formalmente cientificados dos direitos enumerados no parágrafo único deste artigo.

Parágrafo único. São direitos da pessoa portadora de transtorno mental:

I - ter acesso ao melhor tratamento do sistema de saúde, consentâneo às suas necessidades;

II - ser tratada com humanidade e respeito e no interesse exclusivo de beneficiar sua saúde, visando alcançar sua recuperação pela inserção na família, no trabalho e na comunidade;

III - ser protegida contra qualquer forma de abuso e exploração;

IV - ter garantia de sigilo nas informações prestadas;

V - ter direito à presença médica, em qualquer tempo, para esclarecer a necessidade ou não de sua hospitalização involuntária;

VI - ter livre acesso aos meios de comunicação disponíveis;

VII - receber o maior número de informações a respeito de sua doença e de seu tratamento;

VIII - ser tratada em ambiente terapêutico pelos meios menos invasivos possíveis;

IX - ser tratada, preferencialmente, em serviços comunitários de saúde mental.

Art. 4º - A internação, em qualquer de suas modalidades, só será indicada quando os recursos extra-hospitalares se mostrarem insuficientes.

§ 3º - É vedada a internação de pacientes portadores de transtornos mentais em instituições com características asilares, ou seja, aquelas desprovidas dos recursos mencionados no § 2º e que não assegurem aos pacientes os direitos enumerados no parágrafo único do art. 2º.”

Com a publicação da referida Lei nº 10.216/2001, o Brasil vinha avançando na luta antimanicomial, mediante a superação do modelo asilar e a promoção da autonomia e do exercício de cidadania, buscando a progressiva inclusão social da pessoa com transtornos mentais. Com amparo nessa política de saúde, foi construída a chamada Rede de Atenção Psicossocial – RAPS (Portaria GM/MS nº 3.088/2011), que se baseia no atendimento humanizado e multidisciplinar aos usuários dos serviços de saúde mental, pautada no tratamento mais próximo ao local de moradia, evitando internações de longa permanência.

Nesse sentido, a Portaria nº 3.588/2017 viola a referida Lei e interfere diretamente na estruturação da Rede, na medida em que aumenta o valor da diária de internação paga aos hospitais psiquiátricos e amplia de 15% para 20% o número de leitos psiquiátricos nessas unidades, exigindo, ainda, a taxa de ocupação de 80% dos leitos como condição para que a

SF/19988.18606/55





**SENAO FEDERAL**  
Gabinete do Senador Rogério Carvalho

instituição receba a verba de custeio do serviço, o que contraria os princípios do tratamento humanizado ao incentivar as internações hospitalares.

Além disso, a referida Portaria define que, ao fechar leitos de hospitais psiquiátricos, os gestores locais perderão os recursos a eles destinados, em violação direta à Lei nº 10.216/2001, que indica a necessária transição dos hospitais psiquiátricos para o meio aberto. Em tese, ao tirar verba dos gestores locais, investe-se na manutenção do sistema de internação em hospitais psiquiátricos.

A Portaria em questão prevê ainda o retorno de serviços obsoletos, como as unidades ambulatoriais especializadas, enquanto as equipes do Núcleo de Apoio à Saúde da Família (Nasf) e do Centro de Atenção Psicossocial (Caps) poderiam ser incrementadas e ampliadas para atender a esta demanda.

Da mesma forma, a Resolução nº 32, de 14 de dezembro de 2017 - que estabelece as novas diretrizes para o fortalecimento da RAPS – fere frontalmente a Lei nº 10.216/2001, conforme se verifica pelo teor dos seus arts. 9º e 11º:

“Art. 9º - Ampliar a oferta de leitos hospitalares qualificados para a atenção a pessoas com transtornos mentais e/ou com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas.

I - estimular a qualificação e expansão de leitos em enfermarias especializadas em Hospitais Gerais;

II - reestruturar a equipe multiprofissional mínima requerida para o funcionamento das enfermarias especializadas em Hospitais Gerais;

III - monitorar sistematicamente a taxa de ocupação mínima das internações em Hospitais Gerais para o pagamento integral do procedimento em forma de incentivo;

IV - reajustar o valor de diárias para internação em hospitais especializados de forma escalonada, em relação aos atuais níveis, conforme o porte do Hospital. (...)

Art. 11º - Fortalecer a parceria e o apoio intersetorial entre MS/MJ/MDS/MT em relação as Comunidades Terapêuticas.”

De fato, tais medidas representam um retrocesso no tratamento dos pacientes da saúde mental, pois a retomada do financiamento de hospitais psiquiátricos incentiva a cultura da hospitalização, sendo que essa orientação já tinha sido descartada como absolutamente inefetiva, com sérios danos à saúde e à própria dignidade humana, que é a cultura da segregação.





**SENAO FEDERAL**  
Gabinete do Senador Rogério Carvalho

SF/19988.18606/55

Além disso, o incentivo às comunidades terapêuticas contraria, de forma geral, as normas constitucionais e legais relativas aos direitos humanos. A retirada da ênfase na reabilitação psicossocial confronta um princípio fundamental do sistema de saúde, o da autonomia das pessoas em situação de enfermidade, apontando para um caminho de volta à manutenção de pessoas dependentes, sem incentivo à sua reinserção na comunidade e no mercado de trabalho. Ademais, a maioria dessas comunidades não cumpre o próprio modelo que preconiza, assim como não elabora, com científicidade, projeto terapêutico individualizado de qualidade.

Tudo isso é absolutamente contrário ao que se tem de conhecido sobre eficácia terapêutica e uso eficiente de dinheiro público.

Assim, no tratamento de pessoas com enfermidade mental, é necessário um direcionamento visando a reabilitação psicossocial, privilegiando a busca de sua autonomia e independência, entendendo esta pessoa como sujeito de direitos iguais ao restante da população. Um cuidado que leve em consideração as famílias, a estrutura comunitária, que tenha base territorial e que evite, ao máximo, o confinamento e a retirada do sujeito do convívio social, resgatando e garantindo a sua dignidade.

Nesse sentido, a “nova política” contraria o art. 1º da Constituição Federal, que define os fundamentos do Estado Democrático de Direito, com previsão expressa do princípio da **dignidade da pessoa humana (CF, art. 1º, III)**.

Também o art. 3º explicita que os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil são, entre outros, “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (CF, art. 3º, IV).

Segundo o nosso ordenamento jurídico, Portaria é ato administrativo de autoridade pública que contém instruções acerca da aplicação de leis. Não podem contrariar a lei e não podem ir além da lei, no caso, a Lei nº 10.216/2001.

Resolução, por sua vez, é ato de autoridade competente de um órgão de deliberação coletiva para estabelecer normas regulamentares. Sobreleva notar que ambas estão abaixo da Constituição Federal e das leis ordinárias e complementares. Portanto, havendo contradição entre as normas, prevalecem os dizeres das normas superiores.





**SENADE FEDERAL**  
Gabinete do Senador Rogério Carvalho

É relevante também destacar que as normas em questão não passaram pelo Conselho Nacional de Saúde, que define a política de saúde em última instância, incorrendo em evidente vício e inadequação de trâmite para sua publicação e consequente vigência.

O legislador constituinte, ao elaborar o sistema de promoção à saúde na Constituição Federal, insituiu o Sistema Único de Saúde – SUS, como forma de melhor atender as necessidades e proporcionar o acesso à saúde a todos os cidadãos, tornando obrigatório o atendimento público gratuito e universal. Assim, o SUS, como conjunto de ações e serviços sob gestão pública, preconiza a saúde como direito de todos e dever do Estado.

A Constituição Federal, no seu art. 198, estabelece que:

“Art. 198. As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado de acordo com as seguintes diretrizes:

- I - descentralização, com direção única em cada esfera de governo;
- II - atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais;
- III - participação da comunidade.”

Desta forma, o sistema de saúde está organizado descentralizadamente, estabelecendo o legislador ordinário um conjunto de atribuições a serem exercidas em cada nível de gestão, com a intenção de que fossem garantidas políticas públicas mais democráticas, o que poderia significar o uso mais eficiente dos recursos da saúde.

Sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS), a Lei nº 8.142/90, art. 1º, §§ 1º e 2º, assim dispõe:

“Art. 1º O Sistema Único de Saúde (SUS), de que trata a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, contará, em cada esfera de governo, sem prejuízo das funções do Poder Legislativo, com as seguintes instâncias colegiadas:

- I - a Conferência de Saúde; e
- II - o Conselho de Saúde.

§ 1º A Conferência de Saúde reunir-se-á a cada quatro anos com a representação dos vários segmentos sociais, para avaliar a situação de saúde e propor as diretrizes para a formulação da política de saúde nos níveis correspondentes, convocada pelo Poder Executivo ou, extraordinariamente, por esta ou pelo Conselho de Saúde.

SF/19988.18606/55





**SENADO FEDERAL**  
Gabinete do Senador Rogério Carvalho

§ 2º O Conselho de Saúde, em caráter permanente e deliberativo, órgão colegiado composto por representantes do governo, prestadores de serviço, profissionais de saúde e usuários, atua na formulação de estratégias e no controle da execução da política de saúde na instância correspondente, inclusive nos aspectos econômicos e financeiros, cujas decisões serão homologadas pelo chefe do poder legalmente constituído em cada esfera do governo.” (...)

É necessário, portanto, respeitar as instâncias de participação e controle social, especialmente as Conferências e Conselhos de Saúde, como espaços legitimamente constituídos para discussão e definição de políticas públicas de saúde.

Nesse sentido, não se pode estabelecer alterações na política de saúde, formulada com a participação social, sem a realização prévia das necessárias conferências de saúde e amplo debate com a sociedade e as entidades representativas de usuários, especialmente no âmbito dos Conselhos Nacional, Estaduais e Municipais de saúde.

Assim, é essencial que sejam convocadas audiências públicas, com antecedência e ampla convocação, garantindo a plena e efetiva participação dos usuários da Rede de Atenção Psicossocial – RAPS, para que as normas existentes sejam ajustadas onde for necessário e a política já existente seja cumprida, conforme as necessidades de quem precisa.

Não é demais lembrar que a Declaração Universal dos Direitos Humanos, proclamada pela Assembléia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948 e assinada pelo Brasil na mesma data, estabelece o direito de todas as pessoas de participar da condução das políticas públicas do seu país (art. 21).

Nessa linha de entendimento, a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, assinada em Nova York em 30 de março de 2007 – promulgada no Brasil pelo Decreto nº 6.949/2009 -, dispõe quanto às Obrigações Gerais contidas no art. 4º, item 3:

“3. Na elaboração e implementação de legislação e políticas para aplicar a presente Convenção e em outros processos de tomada de decisão relativos às pessoas com deficiência, os Estados Partes realizarão consultas estreitas e envolverão ativamente pessoas com deficiência, inclusive crianças com deficiência, por intermédio de suas organizações representativas.”

SF/19988.18606/55





**SENADO FEDERAL**  
Gabinete do Senador Rogério Carvalho

Também o art. 32 da referida Convenção, quando trata da Cooperação Internacional, estabelece no item 1:

“1. Os Estados Partes reconhecem a importância da cooperação internacional e de sua promoção, em apoio aos esforços nacionais para a consecução do propósito e dos objetivos da presente Convenção e, sob este aspecto, adotarão medidas apropriadas e efetivas entre os Estados e, de maneira adequada, em parceria com organizações internacionais e regionais relevantes e com a sociedade civil e, em particular, com organizações de pessoas com deficiência.”

SF/19988.18606/55

Nesse mesmo sentido segue o Comentário nº 7 do Comitê sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da Organização das Nações Unidas (ONU) - publicado em 9 de novembro de 2018 - que aprofundou, detalhou e realizou recomendações aos países membros sobre a Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência, especialmente quanto à garantia e efetividade da participação social na formulação, implementação, fiscalização e avaliação das políticas públicas pelas pessoas com deficiência e suas organizações representativas.

Conforme ensina o professor **José Afonso da Silva**: *“Os direitos sociais, como dimensão dos direitos fundamentais do homem, são prestações positivas proporcionadas pelo Estado direta ou indiretamente, enunciadas em normas constitucionais, que possibilitam melhores condições de vida aos mais fracos, direitos que tendem a realizar a igualização de situações sociais desiguais. São, portanto, direitos que se ligam ao direito de igualdade”* SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 27a. edição - São Paulo:Malheiros, 2006.

Portanto, a garantia dos direitos sociais é obtida por meio de normas que proíbem ao Estado praticar certos procedimentos lesivos ao ser humano, sendo imprescindíveis leis, regulamentos, decretos e medidas públicas de promoção e fortalecimento desses direitos - entre os quais se insere o direito à saúde - ou seja, políticas públicas que fixem, de maneira planejada, diretrizes e atitudes do Poder Público perante da sociedade.

Por isso a relevância desse Projeto de Lei que busca coibir a “nova” Política Nacional de Saúde Mental, quando construída sem observância à legislação vigente e diretrizes estabelecidas com a sociedade. Afinal, é uma questão que afeta não apenas a saúde mental, mas o sistema público de bem-estar social.



**SENADO FEDERAL**  
Gabinete do Senador Rogério Carvalho

Solicito a aprovação dos pares para a aprovação dessa Proposta.

Sala das Sessões, em

**Senador ROGÉRIO CARVALHO**  
**PT/SE**

SF/19988.18606-55



## LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - CON-1988-10-05 - 1988/88  
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>
  - artigo 1º
  - inciso V do artigo 49
  - inciso X do artigo 49
  - inciso XI do artigo 49
- Decreto nº 6.949, de 25 de Agosto de 2009 - DEC-6949-2009-08-25 - 6949/09  
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:decreto:2009;6949>
- Lei nº 8.080, de 19 de Setembro de 1990 - Lei Orgânica da Saúde - 8080/90  
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1990;8080>
- Lei nº 8.142, de 28 de Dezembro de 1990 - LEI-8142-1990-12-28 - 8142/90  
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1990;8142>
- Lei nº 10.216, de 6 de Abril de 2001 - Lei da Reforma Psiquiátrica; Lei Paulo Delgado - 10216/01  
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2001;10216>
- urn:lex:br:federal:resolucao:2017;32  
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:resolucao:2017;32>



O Projeto de Decreto Legislativo nº 216, de 2019, vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.



# Requerimento





# SENADO FEDERAL

## REQUERIMENTO (RQS) N° 349, DE 2019

Informações a Ministra de Estado da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.

**AUTORIA:** Senador Rogério Carvalho (PT/SE)

**DESPACHO:** À Comissão Diretora do Senado Federal



[Página da matéria](#)



SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Rogério Carvalho

SF/19448-43849-33 (LexEdit)  
|||||

**REQUERIMENTO Nº DE**

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e dos arts. 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pela Exma. Sra. Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damares Alves, informações acerca da realização da 4ª Conferência Nacional de Políticas Públicas e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT), convocada através do Decreto nº 9.453, de 31 de julho de 2018, assinado pelo então presidente Michel Temer.

Nesses termos,

Considerando que o decreto dispõe, no parágrafo único do artigo 1º, que a data da realização da conferência se dará por ato do Ministro de Estado dos Direitos Humanos, será presidida pelo Ministro de Estado dos Direitos Humanos e coordenada pela mesa diretora do Conselho Nacional de Combate à Discriminação do Ministério dos Direitos Humanos, pergunta-se:

1. Qual será a data da realização da Conferência, visto que ainda não foi divulgada pelo Ministério? Os movimentos sociais precisam da resposta para sua articulação e organização – para se fazerem presentes e formularem suas propostas, dado que as conferências representam o elo da sociedade civil com o estado.



2. De que maneira está sendo feita a articulação, por parte do Ministério, para a realização desta Conferência? Quais seus eixos temáticos? Qual o montante de recurso orçamentário será efetivamente destinado à realização da Conferência? Se houver algum relatório, encaminhar cópia.

  
SF/19448/43849-33 (LexEdit)

## JUSTIFICAÇÃO

A 1<sup>º</sup> Conferência Nacional LGBT, realizada em 2008, teve como tema “Direitos Humanos e Políticas Públicas: o Caminho para Garantir a Cidadania de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais”. Composta por painéis, grupos de apresentações de trabalhos e dez eixos temáticos, essa Conferência foi um marco histórico extremamente importante para a construção de espaços de escuta das demandas e dos percalços vivenciados diariamente por essa população.

A 2<sup>ª</sup> Conferência Nacional LGBT, em continuidade ao trabalho pioneiro da realização da primeira, teve por tema “Por um país livre da pobreza e da discriminação: promovendo a cidadania de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais”, e contou com diversidade de apresentações de atores da sociedade civil em intervenções culturais, palestras, painéis temáticos e diretrizes para o enfrentamento à violência lgbtfóbica e combate à miséria.

Por fim, foi realizada a 3<sup>ª</sup> Conferência Nacional de Políticas Públicas de Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais com o viés “Por um Brasil Que Criminalize a Violência Contra Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais”, distribuídos em quatro eixos temáticos. A 3<sup>ª</sup> Conferência dá continuidade a um processo participativo que tem enriquecido e fortalecido as políticas públicas voltadas para o segmento LGBT em todo o país.



O Relatório final da 3<sup>a</sup> Conferência afirma que “Os processos conferenciais das duas conferências já realizadas, desde 2008, provocaram uma ampla mobilização do movimento LGBT em torno de políticas afirmativas, trazendo, como resultado, a criação, em alguns estados, no Distrito Federal e municípios, de estruturas de gestão para a implementação dessas políticas.”[1]

Essas conferências são um importante esforço do Governo e da Sociedade Civil na construção de políticas públicas que se coadunem aos interesses da população LGBT. Dito isso, é imprescindível a realização da 4<sup>a</sup> Conferência, que, apesar do tema já estar determinado (“A Garantia do Direito à Diversidade Sexual e de Gênero para a Conquista da Democracia”), ainda não tem sua data marcada.

Por isso, pedimos apoio para que sejam prestadas as devidas informações solicitadas.

[1] Fonte: Ministério dos Direitos Humanos. Relatório Final da 3<sup>a</sup> Conferência Nacional de Políticas Públicas de Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, 2016. p. 8, disponível em: <https://www.mdh.gov.br/informacao-ao-cidadao/participacao-social/old/cncl-lgbt/relatorio-final-3a-conferencia-nacional-lgbt-1/view>

Sala das Sessões, de .

**Senador Rogério Carvalho  
(PT - SE)**



SF/19448-43849-33 (LexEdit)

## Término de prazos



Encerrou-se em 3 de maio o prazo para interposição de recurso para apreciação do Plenário do Projeto de Lei do Senado nº 458, de 2018; e do Projeto de Lei nº 1.256, de 2019.

Não houve interposição de recurso.

Tendo sido aprovado terminativamente pela CMA, o Projeto de Lei do Senado nº 458, de 2018, vai à Câmara dos Deputados.

Tendo sido rejeitado terminativamente pela CCJ, o Projeto de Lei nº 1.256, de 2019, vai ao Arquivo

Encerrou-se em 3 de maio o prazo para apresentação de emendas aos Projetos de Lei da Câmara nºs 47 e 120, de 2017; 107, 108 e 111, de 2018; e aos Projetos de Lei do Senado nºs 359, de 2015; 234, de 2016; e 235, de 2018.

Não foram oferecidas emendas.

As matérias serão incluídas em Ordem do Dia oportunamente.



# MATÉRIAS E DOCUMENTOS DIVERSOS

## PARECERES APROVADOS EM COMISSÕES





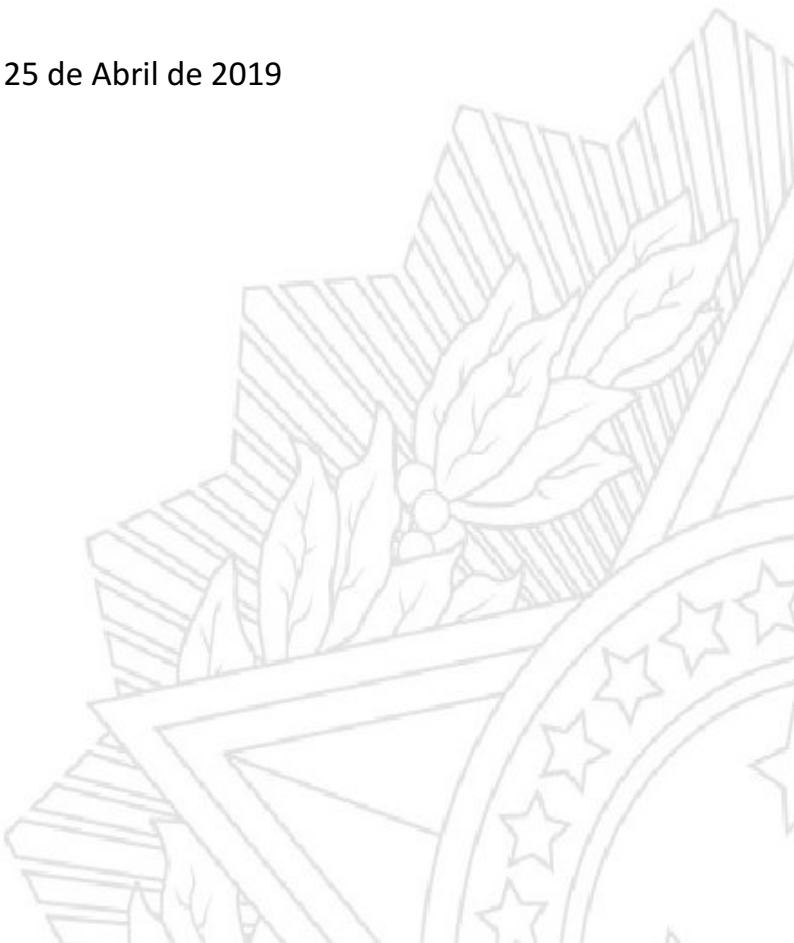
# SENADO FEDERAL

## PARECER (SF) Nº 36, DE 2019

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 188, de 2016, do Senador Telmário Mota, que Autoriza o Poder Executivo a alterar o nome da Fundação Nacional do Índio para “Fundação Nacional dos Povos Indígenas”.

**PRESIDENTE EVENTUAL:** Senadora Juíza Selma  
**RELATOR:** Senador Paulo Paim

25 de Abril de 2019





**SENADO FEDERAL**  
Gabinete do Senador PAULO PAIM

**PARECER N° , DE 2019**

SF/1971849926-42

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, em decisão terminativa, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 188, de 2016, do Senador Telmário Mota, que *autoriza o Poder Executivo a alterar o nome da Fundação Nacional do Índio para “Fundação Nacional dos Povos Indígenas”*.

Relator: Senador **PAULO PAIM**

**I – RELATÓRIO**

Esta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa analisa, em caráter terminativo, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 188, de 2016, de autoria do Senador Telmário Mota, que tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a alterar o nome da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) para Fundação Nacional dos Povos Indígenas.

O autor justifica a iniciativa com fundamento no consenso técnico e acadêmico que indica ser mais correto identificar os índios como povos, reconhecendo sua identidade étnica e cultural e sua autonomia como sujeitos de direitos coletivos, bem como sua relevância, no nosso caso, por serem eles uma das três principais matrizes formadoras do povo brasileiro.

Não foram recebidas emendas.





**SENADO FEDERAL**  
Gabinete do Senador PAULO PAIM

## II – ANÁLISE

O tema do PLS nº 188, de 2016, é um pouco polêmico, mas não podemos deixar de tratar desse assunto, que é pertinente à própria identidade dos povos indígenas. Estão em debate o conceito de povo e suas ramificações sociais, políticas e culturais. Mais especificamente, sabemos que muitas pessoas resistem a identificar os indígenas brasileiros como povos por temer que isso legitime pretensões políticas autonomistas, ou mesmo separatistas, pois o único povo que reconhecem no Brasil é o povo brasileiro, em sua totalidade.

Pois bem, de antemão, é importante notar que existe o povo brasileiro, mas essa identidade não é monolítica. Temos, dentro do povo brasileiro, o povo gaúcho, o povo paulista, o povo potiguar, o povo, enfim, de cada estado e município, e do Distrito Federal.

A identidade política é um dos critérios para definir um povo, mas não é o único e não é sequer incompatível com a identidade nacional. Um pernambucano, por exemplo, que emigre para outra região do país integrará o povo dessa região, mas não deixa de se identificar como parte do povo nordestino.

Diga-se, ainda, que povo não é sinônimo perfeito de população, pois o conceito de povo remete a uma identidade comum, que pode ser multifacetada, enquanto a população é somente um conjunto de pessoas. O mesmo pode ser dito da palavra “comunidade”, que envolve relações de convívio, compartilhamento de um espaço geográfico, quiçá afinidades culturais, mas não exclui o pertencimento a povos e populações.

Assim, podemos falar em população indígena, em comunidades indígenas e em povos indígenas. E deixar de reconhecer que os indígenas constituem povos, sem deixar de fazer parte do povo brasileiro, é uma violência, como passamos a explicar.

SF/1971849926-42





**SENADO FEDERAL**  
Gabinete do Senador PAULO PAIM

SF/1971849926-42

Diz-se que a política indigenista passou da integração para a inclusão, mas podemos ser mais claros: passou da conquista para o genocídio, deste para o etnocídio e, lentamente, evolui na direção da tolerância, a passos claudicantes. Quando uns poucos portugueses reclamaram para si o Brasil com milhões de indígenas organizados em centenas de povos, estabeleceram alianças com alguns e “pacificaram” os mais arredios a ferro, fogo e germes. Escravizaram muitos indígenas, mas a incompreensão da organização do trabalho nas sociedades nativas brasileiras, nas quais muitas vezes os homens caçavam e pescavam enquanto as mulheres cuidavam dos roçados, estimulou a busca por mão-de-obra escrava nas costas da África.

Os indígenas foram integrados à epopeia colonial em outras funções subalternas, como, por exemplo, nas entradas e bandeiras, ou na resistência às invasões de franceses, holandeses e castelhanos. Ainda na Guerra do Paraguai foram arregimentados pelo Estado para proteger e consolidar nossas fronteiras.

No processo de integração, há uma mescla entre os povos, mas as relações de poder determinam que a cultura do povo integrado seja diluída na identidade nacional, que se afirma por sobreposição. Muitas vezes, essa tentativa de substituir uma identidade por outra gera, até hoje, uma fricção da identidade e da alma, com muito calor e pouca luz. Já no processo de inclusão, admite-se a justaposição das identidades, que podem coincidir no mesmo indivíduo, criando-se uma unidade heterogênea, e não homogênea. Integrar é transformar em iguais os membros de um mesmo grupo, enquanto incluir é aceitar que nesse grupo coexistam diferenças.

O receio de admitir que os indígenas são povos dentro do povo brasileiro remete, em parte, às revoltas secessionistas do período imperial – império, aliás, é uma união política de reinos e povos distintos, o que era reconhecido no Brasil. Foram centenas de milhares de mortos na afirmação da unidade nacional e da autoridade central do Estado Brasileiro, em grande parte sob o comando do Duque de Caxias, até hoje patrono do nosso Exército. Mas essa foi a época de afirmação da unidade nacional, dois séculos atrás.





**SENADO FEDERAL**  
Gabinete do Senador PAULO PAIM

SF/1971849926-42

Desde então, na primeira metade do século XX, tivemos programas oficiais que buscavam fazer a cultura e a aparência europeias prevalecer sobre a africana e a indígena, num evidente racismo eurocêntrico. As cicatrizes desse processo são profundas e atuais, ainda havendo, já no século XXI, quem almeje o “branqueamento da raça” e a supressão das identidades ainda percebidas como “inferiores”.

A Europa passou por processo semelhantes, guardadas as evidentes diferenças. Ao longo da Antiguidade e da Idade Média, impérios plurinacionais, como o Romano, conviveram com reinos essencialmente tribais. No início da Era Moderna, com a intensificação dos fluxos de pessoas e ideias, a heterogeneidade foi percebida como ameaça pelos estados-nação, que procuraram preservar a sua unidade racial, religiosa e política, num processo que culminou com a Guerra dos Trinta Anos. A Paz de Vestfália de 1648, que pôs fim a esse conflito, estava assentada sobre a exclusão recíproca dos povos, religiões e governos, resultando em expurgos.

A Inquisição, a Noite de São Bartolomeu e o genocídio do povo armênio são tristes exemplos de tentativas de forjar unidade nacional mediante extermínio ou expulsão de minorias. De modo bastante ilustrativo, o lema *ein Volk, ein Reich, ein Führer* – “um povo, um reino, um guia” – embalou uma vertente desse mesmo processo há meros oitenta anos, com o Nazismo e o Holocausto.

Também os massacres em Ruanda, há vinte anos, e toda forma de sectarismo que vemos ainda hoje são consequências da mesma causa remota: a ignorância, que gera medo, que pode ser canalizado por grupos oportunistas que legitimam a violência como forma forjar unidade e força mediante eliminação das diferenças.

São lições caríssimas que a história nos traz, mostrando a importância de criar mecanismos pacíficos de conviver com as diferenças num mesmo sistema político. Acolher e respeitar o pluralismo é uma forma de ver a força onde, antigamente, percebia-se apenas fragmentação e fraqueza. Resistir ao





**SENADO FEDERAL**  
Gabinete do Senador PAULO PAIM

sectorismo racial, religioso, político, social ou de qualquer outra espécie é um imperativo ético e de sobrevivência do estado democrático.

SF/1971849926-42

Tomando o rumo da conclusão deste relatório, podemos afirmar que a homogeneidade é uma fantasia xenófoba e a supressão das diferenças é tendente a, quando não sinônimo de, atrocidades. Assim como o respeito entre indivíduos permite que estes formem uma sociedade, o respeito entre povos é possível num estado pluripopular, ou mesmo plurinacional. Escamotear a identidade desses povos numa tentativa de forjar não a unidade, mas sim a homogeneidade nacional, é também uma forma de etnocídio.

Nesse sentido, uma questão aparentemente prosaica como o nome do órgão indigenista federal assume proporções indevidas. Aspectos formais, como o uso das palavras “populações”, “comunidades” e “grupos” indígenas na nossa Constituição, apenas refletem concepções predominantes da época em que foi elaborada, há mais de trinta anos e logo após o abandono do integracionismo.

Já a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), promulgada no Brasil com caráter complementar ao rol constitucional de direitos fundamentais, trata os indígenas como povos. A adoção dessa nomenclatura tem sido sistematicamente adotada no nosso ordenamento jurídico, mas falta atualizar o nome do principal órgão responsável pela política indigenista federal – a Funai.

À luz do que foi dito, é importante salientar que a mesma Convenção nº 169 da OIT desautoriza explicitamente qualquer interpretação de seu texto no sentido de diluir a unidade política dos países que a adotam. Não se pode, portanto, usar o reconhecimento legítimo dos povos como pretexto para pleitos separatistas, nem, em contrapartida, para fomentar fobias anti-indígenas e sustentar teorias de conspiração, como as que grassam nas redes sociais.

Em suma, o reconhecimento de que os índios constituem povos não apenas não contradiz a sua nacionalidade brasileira, que eles mesmos, historicamente, afirmam e defendem, como também valoriza a sua identidade





**SENADO FEDERAL**  
Gabinete do Senador PAULO PAIM

peculiar dentro da pluralidade de identidades brasileiras, valorizando sua cultura e sua condição de povos formadores do Brasil.

SF/1971849926-42

Finalmente, observe-se que, apesar de não estar expressamente prevista a iniciativa privativa da Presidência da República para fixar ou alterar nomes de órgãos e entidades subordinados ao Poder Executivo, entende-se que essa prerrogativa decorre do regime de separação de Poderes, de modo que a iniciativa parlamentar nesse sentido pode ser considerada impertinente e, no limite, inconstitucional. Esse seria um forte argumento pela rejeição do PLS nº 188, de 2016.

Porém, como a Constituição não é taxativa sobre esse assunto, pode-se admitir, em tese, que a lei de autoria parlamentar autorize o Poder Executivo a alterar o nome da Funai, tomando como precedente a própria Lei nº 5.371, de 5 de dezembro de 1967, que autorizou o Governo Federal a instituir essa Fundação.

Essa solução aproveita uma das poucas hipóteses admissíveis para autorização legislativa, que é dirimir dúvida sobre a prática do ato autorizado, pois sendo a Funai uma fundação pública de direito privado, pode-se questionar a competência exclusiva da Presidência da República para alterar o nome previsto na lei que autorizou a sua criação, tendo em vista, inclusive, o disposto no art. 37, XIX, da Constituição, que prevê a autorização legislativa para instituição de fundação.

Assim, enquanto não identificamos vedação constitucional explícita à iniciativa, vemos fundamentos lógicos que sustentam sua constitucionalidade.

### III – VOTO

Em razão do que foi exposto, concluímos pela **aprovação** do Projeto de Lei do Senado nº 188, de 2016.





**SENADO FEDERAL**  
Gabinete do Senador PAULO PAIM

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

SF/1971849926-42  
|||||





## Relatório de Registro de Presença

CDH, 25/04/2019 às 09h - 26ª, Extraordinária

Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

### Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, PRB)

TITULARES	SUPLENTES
JADER BARBALHO	1. JARBAS VASCONCELOS
MARCELO CASTRO	2. VAGO
VAGO	3. VAGO
MAILZA GOMES	4. VAGO
VAGO	5. VAGO

### Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL (PSDB, PSL, PODE)

TITULARES	SUPLENTES
EDUARDO GIRÃO	1. SORAYA THRONICKE
STYVENSON VALENTIM	2. ROMÁRIO
LASIER MARTINS	3. ROSE DE FREITAS
JUÍZA SELMA	4. MARA GABRILLI

### Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, PSB, REDE)

TITULARES	SUPLENTES
FLÁVIO ARNS	1. ALESSANDRO VIEIRA
ACIR GURGACZ	2. VAGO
LEILA BARROS	3. VAGO

### Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)

TITULARES	SUPLENTES
PAULO PAIM	1. PAULO ROCHA
TELMÁRIO MOTA	2. ZENAIDE MAIA

### PSD

TITULARES	SUPLENTES
AROLDE DE OLIVEIRA	1. SÉRGIO PETECÃO
NELSINHO TRAD	2. LUCAS BARRETO

### Bloco Parlamentar Vanguarda (PSC, PR, DEM)

TITULARES	SUPLENTES
MARCOS ROGÉRIO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO

### Não Membros Presentes

IZALCI LUCAS  
JORGE KAJURU  
JAYME CAMPOS  
WELLINGTON FAGUNDES



**Senado Federal - Lista de Votação Nominal - PLS 188/2016**

Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa - Senadores

TITULARES - Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PRB, PP)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PRB, PP)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
JADER BARBALHO				1. JARBAS VASCONCELOS			
MARCELO CASTRO				2. VAGO			
VAGO				3. VAGO			
MAILZA GOMES	X			4. VAGO			
VAGO				5. VAGO			
TITULARES - Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL (PSDB, PODE, PSL)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL (PSDB, PODE, PSL)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
EDUARDO GIRÃO				1. SORAYA THRONICKE			
STYVENSON VALENTIM	X			2. ROMARIO	X		
LASIER MARTINS	X			3. ROSE DE FREITAS			
JUÍZA SELMA				4. MARA GABRILLI			
TITULARES - Bloco Parlamentar Senado Independente (REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - Bloco Parlamentar Senado Independente (REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
FLÁVIO ARNS	X			1. ALESSANDRO VIEIRA			
ACIR GURGACZ	X			2. VAGO			
LEILA BARROS	X			3. VAGO			
TITULARES - Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
PAULO PAIM	X			1. PAULO ROCHA			
TELMARIO MOTA				2. ZENAIDE MAIA	X		
TITULARES - PSD	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - PSD	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
AROLDE DE OLIVEIRA				1. SÉRGIO PETECÃO			
NELSONHO TRAD				2. LUCAS BARRETO			
TITULARES - Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PR, PSC)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PR, PSC)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
MARCOS ROGÉRIO				1. VAGO			
VAGO				2. VAGO			

Quórum: TOTAL 10Votação: TOTAL 9 SIM 9 NÃO 0 ABSTENÇÃO 0

\* Presidente não votou

Senadora Juíza Selma  
Presidente

ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2, EM 25/04/2019

OBS: COMPETE AO PRESIDENTE DESEMPATAR AS VOTAÇÕES QUANDO OSTENSIVAS (RISF, art. 89, XI)





SENADO FEDERAL  
 SECRETARIA-GERAL DA MESA  
 SECRETARIA DE COMISSÕES  
 COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

**TEXTO FINAL  
 DO PROJETO DE LEI DO SENADO N° 188, DE 2016**

Na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa que:

Autoriza o Poder Executivo a alterar o nome da Fundação Nacional do Índio para “Fundação Nacional dos Povos Indígenas”.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** Fica o Poder Executivo autorizado a alterar o nome da Fundação Nacional do Índio, instituída mediante autorização legislativa nos termos da Lei nº 5.371, de 5 de dezembro de 1967, para Fundação Nacional dos Povos Indígenas.

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em 25 de abril de 2019.

**Senador Paulo Paim**  
 Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa



## DECISÃO DA COMISSÃO

**(PLS 188/2016)**

NA 26<sup>ª</sup> REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA NESTA DATA, O SENADOR PAULO PAIM PASSA A PRESIDÊNCIA A SENADORA JUÍZA SELMA. EM SEGUIDA, A COMISSÃO APROVA O PROJETO.

25 de Abril de 2019

Senadora JUÍZA SELMA

Presidiu a reunião da Comissão de Direitos Humanos e  
Legislação Participativa





## SENADO FEDERAL

### PARECER (SF) Nº 37, DE 2019

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 43, de 2018, da Senadora Regina Sousa, que Altera a Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016 (Marco Legal da Primeira Infância) para dispor sobre os direitos das crianças cujas mães e pais estejam submetidos a medida privativa de liberdade.

**PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim

**RELATOR:** Senador Lasier Martins

25 de Abril de 2019





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador **Lasier Martins****PARECER N° , DE 2019**

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 43, de 2018, da Senadora Regina Sousa, que *altera a Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016 (Marco Legal da Primeira Infância) para dispor sobre os direitos das crianças cujas mães e pais estejam submetidos a medida privativa de liberdade.*

Relator: Senador **LASIER MARTINS****I – RELATÓRIO**

Vem ao exame desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa o Projeto de Lei do Senado nº 43, de 2018, da Senadora Regina Sousa, que altera as Leis nº 13.257, de 8 de março de 2016 (Marco Legal da Primeira Infância) e nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal) para dispor sobre os direitos das crianças cujas mães e pais estejam submetidos a medida privativa de liberdade.

No Marco Legal da Primeira Infância, a proposição altera os arts. 4º, 11, 13 e 14, com a finalidade de, respectivamente: (1) introduzir na lei o princípio socioassistencial da seletividade; (2) dispor sobre o levantamento de dados socioeconômicos a respeito das crianças cujos pais e mães estejam encarcerados; (3) tratar da preferência no atendimento da criança em situação de alta vulnerabilidade em razão do encarceramento de seus genitores; e (4) alterar o programa de apoio a famílias, incluindo-se aí a atenção à gestante em privação da liberdade e o treinamento dos servidores do sistema prisional.





SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador **Lasier Martins**

Todas as modificações propostas têm como finalidade evidenciar o apoio às crianças cujas mães, principalmente, mas também cujos pais estejam aprisionados.

No Estatuto da Criança e do Adolescente, a matéria introduz novo parágrafo no art. 9º com o propósito de estabelecer o incentivo à amamentação que deve ser dado à mãe encarcerada, exceto se houver prejuízos à saúde dela ou da criança.

A mudança no Código de Processo Penal, por sua vez, altera o art. 318, para: (1) modificar o “poderá substituir” da atual legislação para o “substituirá”, no que concerne à troca da prisão preventiva por prisão domiciliar nos casos ali previstos; (2) acrescentar, dentre as hipóteses ali previstas, a da prisão domiciliar da lactante.

Na justificação da proposição, a Senadora Regina Sousa destaca que, ante o crescimento da população carcerária feminina, é necessário que o Estado esteja atento a suas necessidades específicas e cuide para que a pena não seja estendida também aos filhos pequenos. Ressalta, ainda, que são raros os estabelecimentos carcerários dotados com estrutura para receber a mulher gestante, a puérpera e a lactante.

A matéria foi distribuída também para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), que sobre ela emitiu parecer favorável, rejeitando a emenda 01, do Senador Ricardo Ferraço.

No dia 13/03/2019 a matéria foi encaminhada ao Plenário por solicitação da Presidência do Senado, para possível inclusão em Ordem do Dia. Nesse ínterim, foram apresentadas as emendas de Plenário nºs 2 e 4, do Senador Flávio Bolsonaro, e a emenda nº 3, de minha autoria. No entanto, como a votação em Plenário não ocorreu, a matéria retornou ao exame desta Comissão no dia 04/04/2019.

## II – ANÁLISE

A proposição não contém vícios de juridicidade ou de constitucionalidade, uma vez que trata de assuntos como direito penal e





## SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador **Lasier Martins**

proteção à infância e à juventude, sobre os quais compete à União legislar, nos termos do inciso I do art. 22 e do inciso XV do art. 24 da Carta Magna.

O projeto é meritório e aborda assunto de elevada importância. Cuida das pessoas que estão em situação das mais aflitivas na escala social: as filhas e os filhos pequenos de mães e pais encarcerados.

Note-se que a autora, por intermédio de alterações legislativas pontuais, lembra e destaca que esses meninos e essas meninas também são destinatárias de direitos e não podem ser responsabilizadas por atos que não cometaram. Aliás, eles são, de acordo com nossa Carta Magna, pessoas em desenvolvimento e, por isso mesmo, a quem se deve a prioridade absoluta dos direitos ali consignados.

Ademais, a iniciativa trata também de restringir a penalidade imposta às mães, gestantes e lactantes ao escopo previsto em lei, sem agravamentos oriundos da incúria político-administrativa e da discriminação contra as mulheres.

Tais agravamentos ocorrem quando a mulher nesse estado é encarcerada em unidades que contam escassamente com berçários, creches e sequer possuem acomodações adequadas para gestantes. Essa é a situação de dois terços das prisões brasileiras, conforme levantamento do Ministério da Justiça feito em 2014.

Note-se, ainda, que as mudanças propostas se coadunam com as Regras de Bangkok, que contêm as normas das Nações Unidas para o tratamento de mulheres presas e medidas não privativas de liberdade para mulheres infratoras.

Por fim, há que se ressaltar que a mudança no Código de Processo Penal está de acordo com o espírito de recente decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que concedeu o *habeas corpus* coletivo nº 143641, por meio do qual foram substituídas por prisões domiciliares as prisões preventivas das mulheres gestantes ou com filhos pequenos.

Ressaltamos que, com medidas como a proposta pela Senadora Regina Sousa, o Poder Público estará atuando efetivamente para, como





## SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador **Lasier Martins**

reconheceu o STF, tornar concreto o que a Constituição Federal determina no seu art. 5º, inciso XLV, a saber, que nenhuma pena passará para terceiro, ou seja, que os filhos e filhas pequenos de mães e pais encarcerados não sofram diretamente os efeitos da pena que não lhes foi imposta.

O texto constitucional prevê expressamente que as crianças e adolescentes têm o direito à convivência familiar. A garantia desses direitos com prioridade absoluta, que não podem ser palavras vazias na Constituição, subordina-se aspectos da execução da pena, que, por princípio básico de justiça, não pode ultrapassar a pessoa condenada e atingir sua família, sobretudo crianças pequenas.

Quanto às emendas, assim nos manifestamos:

A emenda nº 02, do Senador Flávio Bolsonaro, pretende alterar as expressões “raça e gênero” por “etnia, cor da pele e sexo”. Opinamos pela sua acolhida, tendo em vista que os termos sugeridos estão de acordo com os critérios básicos necessários para a coleta das informações buscada pelo cadastro. Ademais, trata-se de terminologia consagrada pelo Decreto-lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), o que certamente contribuirá para tornar mais ágil a implantação do cadastro.

A emenda nº 03, de minha autoria, introduz novo dispositivo à matéria para alterar o art. 318-A do Código de Processo Penal, de maneira a incluir a lactante nos casos de substituição da prisão preventiva pela prisão domiciliar. Trata-se de uma lacuna no texto da lei atual que certamente precisa ser corrigida em proveito do bem-estar da criança, e também para deixar expresso que, também as lactantes, se enquadram nas exceções para fruição da conversão da prisão preventiva em domiciliar.

A emenda nº 04, também do Senador Flávio Bolsonaro, tem o objetivo de manter o poder discricionário do judiciário na decisão sobre a eventual troca da prisão preventiva por domiciliar nos casos relacionados no art. 318 do Código de Processo Penal, além de também incluir a lactante no rol de possíveis beneficiados pela medida. Somos favoráveis à emenda por concordar com a importância de levar ao juiz a decisão sobre o assunto, à luz dos fatos que disponha para realizar seu julgamento.





## SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador **Lasier Martins**

Entretanto, as emendas nºs 2 e 4 apresentam pequenas falhas formais de técnica legislativa que aconselham, sem prejuízo de seu conteúdo, que não sejam aproveitadas da maneira como foram redigidas. A emenda nº 3, por força do disposto no art. 126, §2º do RISF, resta prejudicada.

**III – VOTO**

Ante o exposto, o voto é pela **aprovação** do Projeto de Lei do Senado nº 43, de 2018, nos termos das seguintes emendas, restando prejudicadas as emendas de Plenário 02, 03 e 04:

**EMENDA N° 5 - CDH**

Dê-se ao § 3º do art. 11 da Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016, alterado pelo art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 43, de 2018, a seguinte redação:

**“Art. 11 .....**

.....  
 §3º Os órgãos da execução penal manterão cadastros atualizados contendo dados socioeconômicos a respeito das crianças cujos pais estejam encarcerados, inclusive com recorte por etnia, cor da pele e sexo. (NR) ”

**EMENDA N° 6 - CDH**

Dê-se ao art. 3º do Projeto de Lei do Senado nº 43, de 2018, a seguinte redação:

**“Art. 3º** O art. 318 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941, passa a vigorar com a seguinte alteração:

**‘Art. 318.....**

.....  
 VII – lactante.

..... (NR)”





SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador **Lasier Martins**

**EMENDA Nº 7 - CDH**

Inclua-se no Projeto de Lei do Senado nº 43, de 2018, o seguinte art. 4º, renumerando-se o atual como art. 5º:

**“Art. 4º** O art. 318-A do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941, passa a vigorar com a seguinte alteração:

**‘Art. 318-A** A prisão preventiva imposta à mulher gestante, lactante ou que for mãe ou responsável por crianças ou pessoas com deficiência será substituída por prisão domiciliar, desde que:

..... (NR)'''

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator





## Relatório de Registro de Presença

CDH, 25/04/2019 às 09h - 26ª, Extraordinária

Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

### Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, PRB)

TITULARES	SUPLENTES
JADER BARBALHO	1. JARBAS VASCONCELOS
MARCELO CASTRO	2. VAGO
VAGO	3. VAGO
MAILZA GOMES	4. VAGO
VAGO	5. VAGO

### Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL (PSDB, PSL, PODE)

TITULARES	SUPLENTES
EDUARDO GIRÃO	1. SORAYA THRONICKE
STYVENSON VALENTIM	2. ROMÁRIO
LASIER MARTINS	3. ROSE DE FREITAS
JUÍZA SELMA	4. MARA GABRILLI

### Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, PSB, REDE)

TITULARES	SUPLENTES
FLÁVIO ARNS	1. ALESSANDRO VIEIRA
ACIR GURGACZ	2. VAGO
LEILA BARROS	3. VAGO

### Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)

TITULARES	SUPLENTES
PAULO PAIM	1. PAULO ROCHA
TELMÁRIO MOTA	2. ZENAIDE MAIA

### PSD

TITULARES	SUPLENTES
AROLDE DE OLIVEIRA	1. SÉRGIO PETECÃO
NELSINHO TRAD	2. LUCAS BARRETO

### Bloco Parlamentar Vanguarda (PSC, PR, DEM)

TITULARES	SUPLENTES
MARCOS ROGÉRIO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO

### Não Membros Presentes

IZALCI LUCAS  
JORGE KAJURU  
JAYME CAMPOS  
WELLINGTON FAGUNDES



**Senado Federal - Lista de Votação Nominal - PLS 43/2018, nos termos do relatório apresentado**

Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa - Senadores

TITULARES - Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PRB, PP)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PRB, PP)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
JADER BARBALHO				1. JARBAS VASCONCELOS			
MARCELO CASTRO				2. VAGO			
VAGO				3. VAGO			
MAILZA GOMES	X			4. VAGO			
VAGO				5. VAGO			
TITULARES - Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL (PSDB, PODE, PSL)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL (PSDB, PODE, PSL)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
EDUARDO GIRÃO				1. SORAYA THRONICKE			
STYVENSON VALENTIM	X			2. ROMARIO	X		
LASIER MARTINS	X			3. ROSE DE FREITAS			
JUÍZA SELMA	X			4. MARA GABRILLI			
TITULARES - Bloco Parlamentar Senado Independente (REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - Bloco Parlamentar Senado Independente (REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
FLÁVIO ARNS	X			1. ALESSANDRO VIEIRA			
ACIR GURGACZ	X			2. VAGO			
LEILA BARROS	X			3. VAGO			
TITULARES - Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
PAULO PAIM				1. PAULO ROCHA			
TELMARINO MOTA				2. ZENAIDE MAIA	X		
TITULARES - PSD	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - PSD	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
AROLDE DE OLIVEIRA				1. SÉRGIO PETECÃO			
NELSONHO TRAD				2. LUCAS BARRETO			
TITULARES - Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PR, PSC)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PR, PSC)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
MARCOS ROGÉRIO				1. VAGO			
VAGO				2. VAGO			

Quórum: TOTAL 10Votação: TOTAL 9 SIM 9 NÃO 0 ABSTENÇÃO 0

\* Presidente não votou

Senador Paulo Paim  
Presidente

ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2, EM 25/04/2019

OBS: COMPETE AO PRESIDENTE DESEMPATAR AS VOTAÇÕES QUANDO OSTENSIVAS (RISF, art. 89, XI)





SENADO FEDERAL  
SECRETARIA-GERAL DA MESA  
SECRETARIA DE COMISSÕES  
COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

**TEXTO FINAL  
DO PROJETO DE LEI DO SENADO N° 43, DE 2018**

Na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa que:

Altera a Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016 (Marco Legal da Primeira Infância) para dispor sobre os direitos das crianças cujas mães e pais estejam submetidos a medida privativa de liberdade.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** A Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 4º .....

.....  
X – observar o princípio da seletividade socioassistencial, dedicando especial atenção às crianças cujas mães estejam submetidas a medida privativa de liberdade.

.....(NR)”

“Art. 11.....

.....  
§ 3º Os órgãos da execução penal manterão cadastros atualizados contendo dados socioeconômicos a respeito das crianças cujos pais estejam encarcerados, inclusive com recorte por etnia, cor da pele e sexo. (NR)”





**SENADO FEDERAL**  
**SECRETARIA-GERAL DA MESA**  
**SECRETARIA DE COMISSÕES**  
**COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA**

**“Art. 13.** A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios apoiarão a participação das famílias em redes de proteção e cuidado da criança em seus contextos sociofamiliar e comunitário.

*Parágrafo único.* As ações previstas no caput serão direcionadas à formação e ao fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, com prioridade aos contextos que apresentem riscos ao desenvolvimento da criança, em especial àquela cujos pais estejam submetidos a medida privativa de liberdade. (NR)”

**“Art. 14.** As políticas e programas governamentais de apoio às famílias, incluindo as visitas domiciliares e os programas de promoção da paternidade e maternidade responsáveis, buscarão a articulação das áreas de saúde, nutrição, educação, assistência social, cultura, trabalho, habitação, meio ambiente, segurança, política carcerária e direitos humanos, entre outras, com vistas ao desenvolvimento integral da criança.

§ 1º Os programas que se destinam ao fortalecimento da família no exercício de sua função de cuidado e educação de seus filhos na primeira infância promoverão atividades centradas na criança, focadas na família e baseadas na comunidade, com atenção especial à criança cujos pais estejam encarcerados.

.....  
 § 3º As gestantes, inclusive as encarceradas, e as famílias com crianças na primeira infância deverão receber orientação e formação sobre maternidade e paternidade responsáveis, aleitamento materno, alimentação complementar saudável, crescimento e desenvolvimento infantil integral, prevenção de acidentes e educação sem uso de castigos físicos, nos termos da Lei nº 13.010, de 26 de junho de 2014, com o intuito de favorecer a formação e a consolidação de vínculos afetivos e estimular o desenvolvimento integral na primeira infância.

.....  
 § 6º As escolas penitenciárias ou órgão similar responsável pela formação dos servidores públicos do sistema prisional garantirão em sua grade curricular cursos relativos à saúde e tratamento de gestantes e bebês. (NR)”.

**Art. 2º** O art. 9º da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, passa a vigorar com o seguinte acréscimo:





SENADO FEDERAL  
SECRETARIA-GERAL DA MESA  
SECRETARIA DE COMISSÕES  
COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

“Art. 9º .....

.....

§ 3º As mães submetidas a medida privativa de liberdade serão estimuladas a amamentar seus filhos, salvo se houver razões de saúde impeditivas.” (NR).

**Art. 3º** O art. 318 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941, passa a vigorar com a seguinte alteração:

“Art. 318.....

.....

VII - lactante.

.....” (NR)

**Art. 4º** O art. 318-A do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941, passa a vigorar com a seguinte alteração:

“Art. 318-A A prisão preventiva imposta à mulher gestante, lactante ou que for mãe ou responsável por crianças ou pessoas com deficiência será substituída por prisão domiciliar, desde que:

..... (NR)”

**Art. 5º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em 25 de abril de 2019.

**Senador Paulo Paim**  
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa



## **DECISÃO DA COMISSÃO**

**(PLS 43/2018)**

NA 26<sup>a</sup> REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA NESTA DATA, A COMISSÃO APROVA O PROJETO E AS EMENDAS N<sup>o</sup>S 5, 6 E 7-CDH, FICANDO PREJUDICADAS AS EMENDAS N<sup>o</sup>S 2, 3 E 4-PLEN.

25 de Abril de 2019

Senador PAULO PAIM

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação  
Participativa





## SENADO FEDERAL

### PARECER (SF) Nº 38, DE 2019

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 21, de 2016, do Senador Fernando Bezerra Coelho, que Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para tornar obrigatória a utilização do Código de Contrações e Abreviaturas Braille nos contratos de adesão e demais documentos essenciais para a relação de consumo entre pessoas com deficiência visual e instituições financeiras.

**PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim

**RELATOR:** Senador Flávio Arns

25 de Abril de 2019



## PARECER N° , DE 2019

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, em decisão terminativa, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 21, de 2016, do Senador Fernando Bezerra Coelho, que altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para tornar obrigatória a utilização do Código de Contrações e Abreviaturas Braille nos contratos de adesão e demais documentos essenciais para a relação de consumo entre pessoas com deficiência visual e instituições financeiras.

SF/195/2.177/19-55

Relator: Senador **FLÁVIO ARNS**

### **I – RELATÓRIO**

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) examina agora o Projeto de Lei do Senado nº 21, de 2016, que altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, para tornar obrigatória a utilização do Código de Contrações e Abreviaturas Braille nos contratos de adesão e outros documentos necessários para a relação de consumo entre pessoas com deficiência visual, de um lado, e instituições financeiras, de outro.

Para isso, em seu art. 1º sugere o acréscimo de § 3º ao art. 69 da Lei nº 13.146, de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), tornando obrigatória a utilização do Código de Contrações e Abreviaturas Braille nos contratos de adesão e demais documentos essenciais para a relação de consumo entre pessoas com deficiência visual e instituições financeiras. Seu art. 2º determina a entrada em vigor da lei na data de sua publicação.

À guisa de justificação, o autor lembra que a Lei nº 4.169, de 4 de dezembro de 1962, que oficializa as convenções Braille para uso na escrita e leitura dos cegos e o Código de Contrações e Abreviaturas Braille, não contempla o uso do Código em diversas situações particulares, o que se



mostra necessário na prática do dia-a-dia das pessoas com deficiência visual. Daí que certas instituições financeiras não disponibilizem meios em Braille para contratar com pessoas com deficiência visual, argumentando a carência de imposição legal. O autor registra o entendimento do Superior Tribunal de Justiça (STJ) pacificando o tema no sentido da proposição. Lembra, no mesmo sentido, a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, firmados em Nova Iorque, em 30 de março de 2007, que fixou, para os Estados-Parte, a obrigação de assegurar o pleno exercício dos direitos humanos e liberdades fundamentais por todas as pessoas com deficiência.

Inicialmente, o PLS nº 21, de 2016, foi distribuído às Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA); e de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), cabendo a essa última a decisão terminativa. Posteriormente, por força da aprovação do Requerimento nº 134, de 2016, a proposição foi também ao exame da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

Outrossim, tendo em vista a promulgação da Resolução nº 3, de 2017, que redefiniu as atribuições e as denominações da Comissão de Meio Ambiente (CMA) e da Comissão de Transparéncia, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC), a presente matéria teve novo despacho: à Comissão de Transparéncia, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor, à Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), e a esta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, em decisão terminativa.

A CMA emitiu relatório favorável, nos termos de três emendas que lhe foram apresentadas. A CTFC, por sua vez, emitiu parecer favorável à aprovação da proposição nos termos de três emendas que buscaram aumentar sua precisão: a Emenda nº 1 altera a ementa da proposição para torná-la conforme ao texto proposto pela Emenda nº 2, que amplia os meios de acessibilidade a serem disponibilizados, sob demanda, com o acréscimo da expressão: “obrigatória, sob demanda, a utilização do Sistema Braille ou outros formatos acessíveis”, acrescentando, ao fim, o trecho “assegurado ao consumidor o direito de livre escolha do formato”. Finalmente, a terceira emenda aprovada estabelece a vacância em cento e oitenta dias. Por seu turno, a CE decidiu-se por aprovar a matéria nos termos do parecer da CTFC.

## II – ANÁLISE

SF/195/2.177/19-55



O art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal estabelece a competência da CDH para opinar sobre matéria referente à proteção e integração sociais de pessoas com deficiência, o que faz regimental seu exame do PLS nº 21, de 2016.

Não se divisam óbices constitucionais ou jurídicos na proposição em análise. Tanto o autor, em suas razões, quanto as relatorias da proposição na CTFC e na CE concordam que a proposição não faz senão tornar aplicável e universal a legislação preexistente, ao positivar na lei entendimento já firmado pela jurisprudência dos tribunais.

A análise da história normativa do tema, conforme ensinou a relatoria da CTFC, esclarece bem o assunto e orienta a decisão. Em dezembro de 1962, entrava em vigor a Lei nº 4.169, que, por meio de três comandos simples, inseria as obrigações relativas à acessibilidade das pessoas com deficiência visual em nossa ordem legal:

**Art.1º** São oficializadas e *de uso obrigatório em todo o território nacional*, as convenções Braille, para uso na escrita e leitura dos cegos e o Código de Contrações e Abreviaturas Braille, constantes da tabela anexa e aprovados pelo Congresso Brasileiro Pró-Abreviatura Braille, realizado no Instituto Benjamin Constant, na cidade do Rio de Janeiro, em dezembro de 1957.

**Art. 2º** A utilização do Código de Contrações e Abreviaturas Braille será feita gradativamente, cabendo ao Ministro da Educação e Cultura, ouvido o Instituto Benjamin Constant, baixar regulamento sobre prazos da obrigatoriedade a que se refere o artigo anterior e seu emprego nas revistas impressas pelo sistema Braille no Brasil, livros didáticos e obras de difusão cultural, literária ou científica.

**Art. 3º** Os infratores da presente lei não poderão gozar de quaisquer benefícios por parte da União, perdendo o direito aos mesmos aqueles que os tenham conseguido, uma vez verificada e comprovada a infração pelo Instituto Benjamin Constant.

[...]

Em destaque estão: a generalidade da obrigação legal (no art. 1º), o reconhecimento de que tais obrigações, por novas, deveriam ser exigidas apenas com o tempo (no art. 2º), e a consciência de que apenas o tempo não bastaria, devendo o comando do art. 2º ser combinado com a pressão estatal (no art. 3º). Como, entretanto, os prazos de obrigatoriedade a que se refere o art. 2º não foram jamais estipulados, a lei não veio a ser aplicada de modo generalizado, mas apenas de modo eventual.

SF/195/2.17719-55



Com a Constituição de 1988, seguiu-se o reconhecimento expresso de uma série de direitos à igualdade de que gozariam as pessoas com deficiência. Surgem a Lei de Acessibilidade (Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000) e a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015). Tanto uma quanto a outra reiteram o caráter generalizado das obrigações de acessibilidade e de inclusão, que implicam, naturalmente, a adoção de meios adequados ao seu cumprimento.

A lógica econômica, contudo, tende a reconhecer direitos abstratamente formulados apenas na medida em que é instada a isso. Somente a coletividade, sob a forma do Estado e da Lei, pode verter para a linguagem numérica, sob a forma de multas que a lógica econômica saberá entender, a necessidade de reconhecer e praticar os direitos das pessoas com deficiência visual. Conforme vimos, os prazos para exigibilidade da lei de 1962 não chegaram a ser estabelecidos, o que deu vez à sua vigência esporádica e eventual. A decisão do Superior Tribunal de Justiça, citada na justificação do autor do projeto, é um bom resumo da situação, que se repete nos tribunais, com pequenas variações, há mais de cinquenta anos: o banco alega que não há obrigação legal clara e direta para que ofereça aos seus clientes com deficiência visual a acessibilidade via Braille.

Vemos que a proposição consegue combinar as abstrações das leis à concretude das decisões togadas, logrando solução definitiva para o assunto.

### III – VOTO

Em razão do exposto, o voto é pela **aprovação** do Projeto de Lei do Senado nº 21, de 2016, com as emendas aprovadas pela Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

SF/195/2.177/19-55





## Relatório de Registro de Presença

CDH, 25/04/2019 às 09h - 26<sup>a</sup>, Extraordinária

Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

### Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, PRB)

TITULARES	SUPLENTES
JADER BARBALHO	1. JARBAS VASCONCELOS
MARCELO CASTRO	2. VAGO
VAGO	3. VAGO
MAILZA GOMES	4. VAGO
VAGO	5. VAGO

### Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL (PSDB, PSL, PODE)

TITULARES	SUPLENTES
EDUARDO GIRÃO	1. SORAYA THRONICKE
STYVENSON VALENTIM	2. ROMÁRIO
LASIER MARTINS	3. ROSE DE FREITAS
JUÍZA SELMA	4. MARA GABRILLI

### Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, PSB, REDE)

TITULARES	SUPLENTES
FLÁVIO ARNS	1. ALESSANDRO VIEIRA
ACIR GURGACZ	2. VAGO
LEILA BARROS	3. VAGO

### Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)

TITULARES	SUPLENTES
PAULO PAIM	1. PAULO ROCHA
TELMÁRIO MOTA	2. ZENAIDE MAIA

### PSD

TITULARES	SUPLENTES
AROLDE DE OLIVEIRA	1. SÉRGIO PETECÃO
NELSINHO TRAD	2. LUCAS BARRETO

### Bloco Parlamentar Vanguarda (PSC, PR, DEM)

TITULARES	SUPLENTES
MARCOS ROGÉRIO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO

### Não Membros Presentes

IZALCI LUCAS  
JORGE KAJURU  
JAYME CAMPOS  
WELLINGTON FAGUNDES



**Senado Federal - Lista de Votação Nominal - PLS 21/2016, nos termos do relatório apresentado**

Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa - Senadores

TITULARES - Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PRB, PP)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PRB, PP)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
JADER BARBALHO				1. JARBAS VASCONCELOS			
MARCELO CASTRO				2. VAGO			
VAGO				3. VAGO			
MAILZA GOMES	X			4. VAGO			
VAGO				5. VAGO			
TITULARES - Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL (PSDB, PODE, PSL)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL (PSDB, PODE, PSL)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
EDUARDO GIRÃO				1. SORAYA THRONICKE			
STYVENSON VALENTIM	X			2. ROMARIO	X		
LASIER MARTINS	X			3. ROSE DE FREITAS			
JUÍZA SELMA	X			4. MARA GABRILLI			
TITULARES - Bloco Parlamentar Senado Independente (REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - Bloco Parlamentar Senado Independente (REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
FLÁVIO ARNS	X			1. ALESSANDRO VIEIRA			
ACIR GURGACZ	X			2. VAGO			
LEILA BARROS	X			3. VAGO			
TITULARES - Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
PAULO PAIM				1. PAULO ROCHA			
TELMARIO MOTA				2. ZENAIDE MAIA	X		
TITULARES - PSD	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - PSD	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
AROLDE DE OLIVEIRA				1. SÉRGIO PETECÃO			
NELSONHO TRAD				2. LUCAS BARRETO			
TITULARES - Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PR, PSC)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PR, PSC)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
MARCOS ROGÉRIO				1. VAGO			
VAGO				2. VAGO			

Quórum: TOTAL 10Votação: TOTAL 9 SIM 9 NÃO 0 ABSTENÇÃO 0

\* Presidente não votou

Senador Paulo Paim  
Presidente

ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2, EM 25/04/2019

OBS: COMPETE AO PRESIDENTE DESEMPATAR AS VOTAÇÕES QUANDO OSTENSIVAS (RISF, art. 89, XI)





**SENADO FEDERAL**  
**SECRETARIA-GERAL DA MESA**  
**SECRETARIA DE COMISSÕES**  
**COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA**

**TEXTO FINAL**  
**DO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 21, DE 2016**

Na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa que:

Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para tornar obrigatória, sob demanda, a utilização do Sistema Braille ou outros formatos acessíveis nos contratos de adesão e demais documentos essenciais para a relação de consumo entre pessoas com deficiência visual e instituições financeiras.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** O art. 69 da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 69.** .....

.....  
 § 3º Será obrigatória, sob demanda, a utilização do Sistema Braille ou outros formatos acessíveis nos contratos de adesão e demais documentos essenciais para a relação de consumo entre pessoas com deficiência visual e instituições financeiras, assegurado ao consumidor o direito de livre escolha do formato. (NR)”





SENADO FEDERAL  
SECRETARIA-GERAL DA MESA  
SECRETARIA DE COMISSÕES  
COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor após decorridos cento e oitenta dias de sua publicação.

Sala da Comissão, em 25 de abril de 2019.

**Senador Paulo Paim**

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa



## DECISÃO DA COMISSÃO

(PLS 21/2016)

NA 26<sup>a</sup> REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA NESTA DATA, A COMISSÃO APROVA O PROJETO E AS EMENDAS N<sup>o</sup>S 1, 2 E 3-CTFC/CE/CDH.

25 de Abril de 2019

Senador PAULO PAIM

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação  
Participativa





# SENADO FEDERAL

## PARECER (SF) Nº 39, DE 2019

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 72, de 2018, do Senador Paulo Paim, que Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, para atualizar sua denominação para Estatuto da Pessoa Idosa.

**PRESIDENTE EVENTUAL:** Senadora Juíza Selma  
**RELATOR:** Senador Romário

25 de Abril de 2019





## SENADO FEDERAL

Gabinete do Sen. Romário (PODEMOS-RJ)

## PARECER N° , DE 2018

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, em decisão terminativa, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 72, de 2018, do Senador Paulo Paim, que *altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, para atualizar sua denominação para Estatuto da Pessoa Idosa.*

Relator: Senador **ROMÁRIO**

**I – RELATÓRIO**

Vem para o exame desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 72, de 2018, que, nos termos de sua ementa, altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, para atualizar sua denominação para Estatuto da Pessoa Idosa, substituindo, assim, a expressão “Estatuto do Idoso”. Para tanto, altera a ementa e o art. 1º daquele diploma legal, de modo a lá inscrever a expressão “Estatuto da Pessoa Idosa”.

Em suas razões, o autor diz da necessidade de utilizar-se expressão não masculinizante (como o é a atualmente usada, “Estatuto do Idoso”) para referir-se a um universo que é, inclusive, majoritariamente feminino. Acrescenta também que o próprio Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa tem pugnado por essa atualização.

Não foram apresentadas emendas perante esta Comissão, que decidirá em caráter terminativo sobre a proposição.

**II – ANÁLISE**

Compete à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, conforme o art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, opinar sobre matéria atinente à proteção dos direitos da pessoa idosa. Portanto, é regimental o seu exame da proposição.

Tampouco se podem observar óbices de constitucionalidade ou de juridicidade na proposição.



Ao contrário disso, a proposição vem atualizar a legislação, seja para pô-la em consonância com diplomas legais internacionais sobre o tema, seja para atender a reclamos do próprio Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa. Seja pela desejável uniformidade interna à ordem jurídica, seja pela necessidade de simbolizar-se de modo claro e inequívoco as direções que a Lei pretende fazer a sociedade tomar, não se pode senão louvar e apoiar os méritos da proposição.

Faz-se necessário, contudo, a nosso ver, entrar no texto da lei para substituir, de modo generalizado, a expressão “idoso” pela expressão “pessoa idosa”, mudanças sem as quais não se alcançariam a amplitude e a eficácia simbólica almejada pelo autor. Em razão disso, proporemos emenda estendendo a alteração almejada não apenas à expressão Estatuto do Idoso, mas também a todas as ocasiões em que a expressão “idoso” é utilizada fazendo as vezes de “pessoa idosa”.

### III – VOTO

Em razão do exposto, o voto é pela **aprovação** do Projeto de Lei do Senado nº 72, de 2018, com a seguinte emenda:

#### EMENDA Nº 1 - CDH

Dê-se ao art. 3º do Projeto de Lei do Senado nº 72, de 2018, a seguinte redação, renumerando-se seu atual art. 3º como art. 4º:

“Art. 3º Substituam-se as expressões “idoso”, “idosos”, “do idoso”, “dos idosos” e “ao idoso”, respectivamente, pelas expressões “pessoa idosa”, “pessoas idosas”, “da pessoa idosa”, “das pessoas idosas” e “à pessoa idosa” em todo o corpo dos artigos 2º, 3º, 4º, 7º, 10, 11, 12, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 55, 56, 57, 58, 60, 62, 65, 66, 70, 71, 74, 79, 80, 84, 87, 90, 97, 98, 99, 101, 102, 103, 104, 105, 107 e 115, bem como no Título IV e em seus Capítulos II e V, todos da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003.”

Sala da Comissão,

, Presidente da CDH

Romário Faria, Relator – PODEMOS/ RJ





## Relatório de Registro de Presença

CDH, 25/04/2019 às 09h - 26<sup>a</sup>, Extraordinária

Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

### Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, PRB)

TITULARES	SUPLENTES
JADER BARBALHO	1. JARBAS VASCONCELOS
MARCELO CASTRO	2. VAGO
VAGO	3. VAGO
MAILZA GOMES	4. VAGO
VAGO	5. VAGO

### Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL (PSDB, PSL, PODE)

TITULARES	SUPLENTES
EDUARDO GIRÃO	1. SORAYA THRONICKE
STYVENSON VALENTIM	2. ROMÁRIO
LASIER MARTINS	3. ROSE DE FREITAS
JUÍZA SELMA	4. MARA GABRILLI

### Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, PSB, REDE)

TITULARES	SUPLENTES
FLÁVIO ARNS	1. ALESSANDRO VIEIRA
ACIR GURGACZ	2. VAGO
LEILA BARROS	3. VAGO

### Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)

TITULARES	SUPLENTES
PAULO PAIM	1. PAULO ROCHA
TELMÁRIO MOTA	2. ZENAIDE MAIA

### PSD

TITULARES	SUPLENTES
AROLDE DE OLIVEIRA	1. SÉRGIO PETECÃO
NELSINHO TRAD	2. LUCAS BARRETO

### Bloco Parlamentar Vanguarda (PSC, PR, DEM)

TITULARES	SUPLENTES
MARCOS ROGÉRIO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO

### Não Membros Presentes

IZALCI LUCAS  
JORGE KAJURU  
JAYME CAMPOS  
WELLINGTON FAGUNDES



**Senado Federal - Lista de Votação Nominal - PLS 72/2018, nos termos do relatório apresentado**

Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa - Senadores

TITULARES - Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PRB, PP)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PRB, PP)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
JADER BARBALHO				1. JARBAS VASCONCELOS			
MARCELO CASTRO				2. VAGO			
VAGO				3. VAGO			
MAILZA GOMES	X			4. VAGO			
VAGO				5. VAGO			
TITULARES - Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL (PSDB, PODE, PSL)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL (PSDB, PODE, PSL)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
EDUARDO GIRÃO				1. SORAYA THRONICKE			
STYVENSON VALENTIM	X			2. ROMARIO	X		
LASIER MARTINS	X			3. ROSE DE FREITAS			
JUÍZA SELMA				4. MARA GABRILLI			
TITULARES - Bloco Parlamentar Senado Independente (REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - Bloco Parlamentar Senado Independente (REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
FLÁVIO ARNS	X			1. ALESSANDRO VIEIRA			
ACIR GURGACZ	X			2. VAGO			
LEILA BARROS	X			3. VAGO			
TITULARES - Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
PAULO PAIM	X			1. PAULO ROCHA			
TELMARIO MOTA				2. ZENAIDE MAIA	X		
TITULARES - PSD	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - PSD	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
AROLDE DE OLIVEIRA				1. SÉRGIO PETECÃO			
NELSONHO TRAD				2. LUCAS BARRETO			
TITULARES - Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PR, PSC)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PR, PSC)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
MARCOS ROGÉRIO				1. VAGO			
VAGO				2. VAGO			

Quórum: TOTAL 10Votação: TOTAL 9 SIM 9 NÃO 0 ABSTENÇÃO 0

\* Presidente não votou

Senadora Juíza Selma  
Presidente

ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2, EM 25/04/2019

OBS: COMPETE AO PRESIDENTE DESEMPATAR AS VOTAÇÕES QUANDO OSTENSIVAS (RISF, art. 89, XI)





SENADO FEDERAL  
SECRETARIA-GERAL DA MESA  
SECRETARIA DE COMISSÕES  
COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

**TEXTO FINAL**  
**DO PROJETO DE LEI DO SENADO N° 72, DE 2018**

Na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa que:

Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, para atualizar sua denominação para Estatuto da Pessoa Idosa.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** A ementa da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Dispõe sobre o Estatuto da Pessoa Idosa e dá outras providências."

**Art. 2º** O art. 1º da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, passa a vigorar com a seguinte redação:

"**Art. 1º** É instituído o Estatuto da Pessoa Idosa, destinado a regular os direitos assegurados às pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos."





**SENADO FEDERAL**  
**SECRETARIA-GERAL DA MESA**  
**SECRETARIA DE COMISSÕES**  
**COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA**

**Art. 3º** Substituam-se as expressões “idoso”, “idosos”, “do idoso”, “dos idosos” e “ao idoso”, respectivamente, pelas expressões “pessoa idosa”, “pessoas idosas”, “da pessoa idosa”, “das pessoas idosas” e “à pessoa idosa” em todo o corpo dos artigos 2º, 3º, 4º, 7º, 10, 11, 12, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 55, 56, 57, 58, 60, 62, 65, 66, 70, 71, 74, 79, 80, 84, 87, 90, 97, 98, 99, 101, 102, 103, 104, 105, 107 e 115, bem como no Título IV e em seus Capítulos II e V, todos da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003.

**Art. 4º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em 25 de abril de 2019.

**Senador Paulo Paim**

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa



## DECISÃO DA COMISSÃO

**(PLS 72/2018)**

NA 26<sup>a</sup> REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA NESTA DATA, O SENADOR PAULO PAIM PASSA A PRESIDÊNCIA A SENADORA JUÍZA SELMA. EM SEGUIDA, A COMISSÃO APROVA O PROJETO E A EMENDA Nº 1-CDH.

25 de Abril de 2019

Senadora JUÍZA SELMA

Presidiu a reunião da Comissão de Direitos Humanos e  
Legislação Participativa



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 56<sup>a</sup> LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

**Bahia**

**PSD** - Otto Alencar\*  
**PSD** - Angelo Coronel\*\*  
**Bloco-PT** - Jaques Wagner\*\*

**Rio de Janeiro**

**Bloco-PODE** - Romário\*  
**PSD** - Arolde de Oliveira\*\*  
**Bloco-PSL** - Flávio Bolsonaro\*\*

**Maranhão**

**Bloco-PSDB** - Roberto Rocha\*  
**Bloco-CIDADANIA** - Eliziane Gama\*\*  
**Bloco-PDT** - Weverton\*\*

**Pará**

**Bloco-PT** - Paulo Rocha\*  
**Bloco-MDB** - Jader Barbalho\*\*  
**Bloco-PSC** - Zequinha Marinho\*\*

**Pernambuco**

**Bloco-MDB** - Fernando Bezerra Coelho\*  
**Bloco-PT** - Humberto Costa\*\*  
**Bloco-MDB** - Jarbas Vasconcelos\*\*

**São Paulo**

**Bloco-PSDB** - José Serra\*  
**Bloco-PSL** - Major Olímpio\*\*  
**Bloco-PSDB** - Mara Gabrilli\*\*

**Minas Gerais**

**Bloco-PSDB** - Antonio Anastasia\*  
**PSD** - Carlos Viana\*\*  
**Bloco-DEM** - Rodrigo Pacheco\*\*

**Goiás**

**Bloco-MDB** - Luiz do Carmo\* (S)  
**Bloco-PSB** - Jorge Kajuru\*\*  
**Bloco-PP** - Vanderlan Cardoso\*\*

**Mato Grosso**

**Bloco-PR** - Wellington Fagundes\*  
**Bloco-DEM** - Jayme Campos\*\*  
**Bloco-PSL** - Juíza Selma\*\*

**Rio Grande do Sul**

**Bloco-PODE** - Lasier Martins\*  
**Bloco-PP** - Luis Carlos Heinze\*\*  
**Bloco-PT** - Paulo Paim\*\*

**Ceará**

**Bloco-PSDB** - Tasso Jereissati\*  
**Bloco-PDT** - Cid Gomes\*\*  
**Bloco-PODE** - Eduardo Girão\*\*

**Paraíba**

**Bloco-MDB** - José Maranhão\*  
**Bloco-PP** - Daniella Ribeiro\*\*  
**Bloco-PSB** - Veneziano Vital do Rêgo\*\*

**Espírito Santo**

**Bloco-PODE** - Rose de Freitas\*  
**Bloco-REDE** - Fabiano Contarato\*\*  
**Bloco-CIDADANIA** - Marcos do Val\*\*

**Piauí**

**Bloco-PODE** - Elmano Férrer\*  
**Bloco-PP** - Ciro Nogueira\*\*  
**Bloco-MDB** - Marcelo Castro\*\*

**Rio Grande do Norte**

**Bloco-PT** - Jean Paul Prates\* (S)  
**Bloco-PODE** - Styvenson Valentim\*\*  
**Bloco-PROS** - Zenaide Maia\*\*

**Santa Catarina**

**Bloco-MDB** - Dário Berger\*  
**Bloco-PP** - Esperidião Amin\*\*  
**Bloco-PR** - Jorginho Mello\*\*

**Alagoas**

**Bloco-PROS** - Renilde Bulhões\* (S)  
**Bloco-MDB** - Renan Calheiros\*\*  
**Bloco-PSDB** - Rodrigo Cunha\*\*

**Sergipe**

**Bloco-DEM** - Maria do Carmo Alves\*  
**Bloco-CIDADANIA** - Alessandro Vieira\*\*  
**Bloco-PT** - Rogério Carvalho\*\*

**Mandatos**

\*: Período 2015/2023   \*\*: Período 2019/2027

**Amazonas**

**PSD** - Omar Aziz\*  
**Bloco-MDB** - Eduardo Braga\*\*  
**Bloco-PSDB** - Plínio Valério\*\*

**Paraná**

**Bloco-PODE** - Alvaro Dias\*  
**Bloco-REDE** - Flávio Arns\*\*  
**Bloco-PODE** - Orio Visto Guimarães\*\*

**Acre**

**Bloco-PP** - Mailza Gomes\* (S)  
**Bloco-MDB** - Marcio Bittar\*\*  
**PSD** - Sérgio Petecão\*\*

**Mato Grosso do Sul**

**Bloco-MDB** - Simone Tebet\*  
**PSD** - Nelson Trad\*\*  
**Bloco-PSL** - Soraya Thronicke\*\*

**Distrito Federal**

**S/Partido** - Reguffe\*  
**Bloco-PSDB** - Izalci Lucas\*\*  
**Bloco-PSB** - Leila Barros\*\*

**Rondônia**

**Bloco-PDT** - Acir Gurgacz\*  
**Bloco-MDB** - Confúcio Moura\*\*  
**Bloco-DEM** - Marcos Rogério\*\*

**Tocantins**

**Bloco-PDT** - Kátia Abreu\*  
**Bloco-MDB** - Eduardo Gomes\*\*  
**PSD** - Irajá\*\*

**Amapá**

**Bloco-DEM** - Davi Alcolumbre\*  
**PSD** - Lucas Barreto\*\*  
**Bloco-REDE** - Randolfe Rodrigues\*\*

**Roraima**

**Bloco-PROS** - Telmário Mota\*  
**Bloco-DEM** - Chico Rodrigues\*\*  
**Bloco-PRB** - Mecias de Jesus\*\*



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 56<sup>a</sup> LEGISLATURA

(Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

**Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil - 20**

MDB-13 / PP-6 / PRB-1

Ciro Nogueira.	PP / PI
Confúcio Moura.	MDB / RO
Daniella Ribeiro.	PP / PB
Dário Berger.	MDB / SC
Eduardo Braga.	MDB / AM
Eduardo Gomes.	MDB / TO
Esperidião Amin.	PP / SC
Fernando Bezerra Coelho.	MDB / PE
Jader Barbalho.	MDB / PA
Jarbas Vasconcelos.	MDB / PE
José Maranhão.	MDB / PB
Luis Carlos Heinze.	PP / RS
Luiz do Carmo.	MDB / GO
Mailza Gomes.	PP / AC
Marcelo Castro.	MDB / PI
Marcio Bittar.	MDB / AC
Mecias de Jesus.	PRB / RR
Renan Calheiros.	MDB / AL
Simone Tebet.	MDB / MS
Vanderlan Cardoso.	PP / GO

**Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL - 20**

PSDB-8 / PODE-8 / PSL-4

Alvaro Dias.	PODE / PR
Antonio Anastasia.	PSDB / MG
Eduardo Girão.	PODE / CE
Elmano Férrer.	PODE / PI
Flávio Bolsonaro.	PSL / RJ
Izalci Lucas.	PSDB / DF
José Serra.	PSDB / SP
Juíza Selma.	PSL / MT
Lasier Martins.	PODE / RS
Major Olímpio.	PSL / SP
Mara Gabrilli.	PSDB / SP
Oriovisto Guimarães.	PODE / PR
Plínio Valério.	PSDB / AM
Roberto Rocha.	PSDB / MA
Rodrigo Cunha.	PSDB / AL
Romário.	PODE / RJ
Rose de Freitas.	PODE / ES
Soraya Thronicke.	PSL / MS
Styvenson Valentim.	PODE / RN
Tasso Jereissati.	PSDB / CE

**Bloco Parlamentar Senado Independente - 13**

PDT-4 / CIDADANIA-3 / PSB-3 / REDE-3

Acir Gurgacz.	PDT / RO
Alessandro Vieira.	CIDADANIA / SE
Cid Gomes.	PDT / CE
Eliziane Gama.	CIDADANIA / MA
Fabiano Contarato.	REDE / ES
Flávio Arns.	REDE / PR
Jorge Kajuru.	PSB / GO
Kátia Abreu.	PDT / TO
Leila Barros.	PSB / DF
Marcos do Val.	CIDADANIA / ES
Randolfe Rodrigues.	REDE / AP
Veneziano Vital do Rêgo.	PSB / PB
Weverton.	PDT / MA

**PSD - 9**

Angelo Coronel.	BA
Arolde de Oliveira.	RJ
Carlos Viana.	MG
Irajá.	TO
Lucas Barreto.	AP
Nelsinho Trad.	MS
Omar Aziz.	AM
Otto Alencar.	BA
Sérgio Petecão.	AC

**Bloco Parlamentar da Resistência Democrática - 9**

PT-6 / PROS-3

Humberto Costa.	PT / PE
Jaques Wagner.	PT / BA
Jean Paul Prates.	PT / RN
Paulo Paim.	PT / RS
Paulo Rocha.	PT / PA
Renilde Bulhões.	PROS / AL
Rogério Carvalho.	PT / SE
Telmário Mota.	PROS / RR
Zenaide Maia.	PROS / RN

**Bloco Parlamentar Vanguarda - 9**

DEM-6 / PR-2 / PSC-1

Chico Rodrigues.	DEM / RR
Davi Alcolumbre.	DEM / AP
Jayne Campos.	DEM / MT
Jorginho Mello.	PR / SC
Marcos Rogério.	DEM / RO
Maria do Carmo Alves.	DEM / SE
Rodrigo Pacheco.	DEM / MG
Wellington Fagundes.	PR / MT
Zequinha Marinho.	PSC / PA

**S/Partido - 1**

Reguffe. .... DF

Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil.	20
Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL.	20
Bloco Parlamentar Senado Independente.	13
Bloco Parlamentar Vanguarda.	9
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática.	9
PSD.	9
S/Partido.	1
<b>TOTAL</b>	<b>81</b>



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 56<sup>a</sup> LEGISLATURA

(por ordem alfabética)

Acir Gurgacz* (PDT-RO)	Jader Barbalho** (MDB-PA)	Oriovisto Guimarães** (PODE-PR)
Alessandro Vieira** (CIDADANIA-SE)	Jaques Wagner** (PT-BA)	Otto Alencar* (PSD-BA)
Alvaro Dias* (PODE-PR)	Jarbas Vasconcelos** (MDB-PE)	Paulo Paim** (PT-RS)
Angelo Coronel** (PSD-BA)	Jayme Campos** (DEM-MT)	Paulo Rocha* (PT-PA)
Antonio Anastasia* (PSDB-MG)	Jean Paul Prates* (PT-RN)	Plínio Valério** (PSDB-AM)
Arolde de Oliveira** (PSD-RJ)	Jorge Kajuru** (PSB-GO)	Randolfe Rodrigues** (REDE-AP)
Carlos Viana** (PSD-MG)	Jorginho Mello** (PR-SC)	Reguffe* (S/Partido-DF)
Chico Rodrigues** (DEM-RR)	José Maranhão* (MDB-PB)	Renan Calheiros** (MDB-AL)
Cid Gomes** (PDT-CE)	José Serra* (PSDB-SP)	Renilde Bulhões* (PROS-AL)
Ciro Nogueira** (PP-PI)	Juíza Selma** (PSL-MT)	Roberto Rocha* (PSDB-MA)
Confúcio Moura** (MDB-RO)	Kátia Abreu* (PDT-TO)	Rodrigo Cunha** (PSDB-AL)
Daniella Ribeiro** (PP-PB)	Lasier Martins* (PODE-RS)	Rodrigo Pacheco** (DEM-MG)
Dário Berger* (MDB-SC)	Leila Barros** (PSB-DF)	Rogério Carvalho** (PT-SE)
Davi Alcolumbre* (DEM-AP)	Lucas Barreto** (PSD-AP)	Romário* (PODE-RJ)
Eduardo Braga** (MDB-AM)	Luis Carlos Heinze** (PP-RS)	Rose de Freitas* (PODE-ES)
Eduardo Girão** (PODE-CE)	Luiz do Carmo* (MDB-GO)	Sérgio Petecão** (PSD-AC)
Eduardo Gomes** (MDB-TO)	Mailza Gomes* (PP-AC)	Simone Tebet* (MDB-MS)
Eliziane Gama** (CIDADANIA-MA)	Major Olímpio** (PSL-SP)	Soraya Thronicke** (PSL-MS)
Elmano Férrer* (PODE-PI)	Mara Gabrilli** (PSDB-SP)	Styvenson Valentim** (PODE-RN)
Esperidião Amin** (PP-SC)	Marcelo Castro** (MDB-PI)	Tasso Jereissati* (PSDB-CE)
Fabiano Contarato** (REDE-ES)	Marcio Bittar** (MDB-AC)	Telmário Mota* (PROS-RR)
Fernando Bezerra Coelho* (MDB-PE)	Marcos Rogério** (DEM-RO)	Vanderlan Cardoso** (PP-GO)
Flávio Arns** (REDE-PR)	Marcos do Val** (CIDADANIA-ES)	Veneziano Vital do Rêgo** (PSB-PB)
Flávio Bolsonaro** (PSL-RJ)	Maria do Carmo Alves* (DEM-SE)	Wellington Fagundes* (PR-MT)
Humberto Costa** (PT-PE)	Mecias de Jesus** (PRB-RR)	Weverton** (PDT-MA)
Irajá** (PSD-TO)	Nelsinho Trad** (PSD-MS)	Zenaide Maia** (PROS-RN)
Izalci Lucas** (PSDB-DF)	Omar Aziz* (PSD-AM)	Zequinha Marinho** (PSC-PA)

## Mandatos

\*: Período 2015/2023 \*\*: Período 2019/2027



## COMPOSIÇÃO COMISSÃO DIRETORA

### PRESIDENTE

Davi Alcolumbre - (DEM-AP)

### 1º VICE-PRESIDENTE

Antonio Anastasia - (PSDB-MG)

### 2º VICE-PRESIDENTE

Lasier Martins - (PODE-RS)

### 1º SECRETÁRIO

Sérgio Petecão - (PSD-AC)

### 2º SECRETÁRIO

Eduardo Gomes - (MDB-TO)

### 3º SECRETÁRIO

Flávio Bolsonaro - (PSL-RJ)

### 4º SECRETÁRIO

Luis Carlos Heinze - (PP-RS)

### SUPLENTES DE SECRETÁRIO

**1º** Marcos do Val - (CIDADANIA-ES)

**2º** Weverton - (PDT-MA)

**3º** Jaques Wagner - (PT-BA)

**4º** Leila Barros - (PSB-DF)



## COMPOSIÇÃO LIDERANÇAS

<b>Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB/PP/PRB) - 20</b> Líder <b>Esperidião Amin - PP</b> (26) ..... <b>Líder do MDB - 13</b> <b>Eduardo Braga</b> (11,25,33) <b>Líder do PP - 6</b> <b>Daniella Ribeiro</b> (5) Vice-Líder do PP Ciro Nogueira (8) <b>Líder do PRB - 1</b> <b>Mecias de Jesus</b> (12)	<b>Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL (PODE/PSDB/PSL) - 20</b> Líder <b>Eduardo Girão - PODE</b> (24) ..... <b>Líder do PODE - 8</b> <b>Alvaro Dias</b> (1) Vice-Líderes do PODE Orio visto Guimarães (29) Rose de Freitas (28) Lasier Martins (27) <b>Líder do PSDB - 8</b> <b>Roberto Rocha</b> (22) Vice-Líderes do PSDB Izalci Lucas (35,38) Rodrigo Cunha (36) <b>Líder do PSL - 4</b> <b>Major Olímpio</b> (7)	<b>Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT/CIDADANIA/PSB/REDE) - 13</b> Líder <b>Veneziano Vital do Rêgo - PSB</b> (23) ..... <b>Líder do PDT - 4</b> <b>Weverton</b> (2) <b>Líder do CIDADANIA - 3</b> <b>Eliziane Gama</b> (10) <b>Líder do PSB - 3</b> <b>Jorge Kajuru</b> (3) <b>Líder do REDE - 3</b> <b>Randolfe Rodrigues</b> (21)
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT/PROS) - 9</b> Líder <b>Paulo Rocha - PT</b> (37) Vice-Líder Zenaide Maia (19,30) ..... <b>Líder do PT - 6</b> <b>Humberto Costa</b> (13,18) Vice-Líder do PT Rogério Carvalho (32) <b>Líder do PROS - 3</b> <b>Telmário Mota</b> (20) Vice-Líder do PROS Zenaide Maia (19,30)	<b>Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM/PR/PSC) - 9</b> Líder <b>Wellington Fagundes - PR</b> (14) Vice-Líderes Rodrigo Pacheco (4,16) Jorginho Mello (6,15) Zequinha Marinho (17,31) ..... <b>Líder do DEM - 6</b> <b>Rodrigo Pacheco</b> (4,16) <b>Líder do PR - 2</b> <b>Jorginho Mello</b> (6,15) <b>Líder do PSC - 1</b> <b>Zequinha Marinho</b> (17,31)	<b>PSD - 9</b> Líder <b>Otto Alencar - PSD</b> (9) Vice-Líderes Irajá Angelo Coronel
<b> Maioria</b> Líder <b>Eduardo Braga - MDB</b> (11,25,33)	<b>Governo</b> Líder <b>Fernando Bezerra Coelho - MDB</b> (34) Vice-Líderes Eduardo Gomes (40) Elmano Férrer (39) Izalci Lucas (35,38) Chico Rodrigues (41)	<b>Minoria</b> Líder <b>Randolfe Rodrigues - REDE</b> (21)

**Notas:**

1. Em 02.02.2019, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Partido Podemos (Of. 001/2019-GLPODE).
2. Em 02.02.2019, o Senador Weverton Rocha foi designado líder do Partido Democrático Trabalhista (Of. s/n/2019).
3. Em 02.02.2019, o Senador Jorge Kajuru foi designado líder do Partido Socialista Brasileiro (Of. 010/2019-GLDPSB).
4. Em 02.02.2019, o Senador Rodrigo Pacheco foi designado líder do Partido Democratas (Of. 001/2019-GLDEM).
5. Em 02.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada líder do Partido Progressista (Of. 001/2019-GLDPP).
6. Em 02.02.2019, o Senador Jorginho Mello foi designado líder do Partido da República (Of. 030/2019).
7. Em 02.02.2019, o Senador Major Olímpio foi designado líder do Partido Social Liberal (Of. 001/2019-GLDPSL).
8. Em 02.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado 1º vice-líder do Partido Progressista (Of. 003/2019-GLDPP).
9. Em 02.02.2019, o Senador Otto Alencar foi designado líder do Partido Social Democrático (Of. 001/2019-GLPSD).
10. Em 02.02.2019, a Senadora Eliziane Gama foi designada líder do Partido Popular Socialista (Of. 001/2019).
11. Em 02.02.2019, o Senador Eduardo Braga foi designado líder do Movimento Democrático Brasileiro (Of. 001/2019-GLMDB).
12. Em 05.02.2019, o Senador Mecias de Jesus foi designado líder do Partido Republicano Brasileiro (Of. 004/2019-GSMJESUS).
13. Em 05.02.2019, o Senador Humberto Costa foi designado Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. 001/2019-GLDPT)



14. Em 06.02.2019, o Senador Wellington Fagundes foi designado líder do Bloco Parlamentar Vanguarda (Ofício 001/2019).
15. Em 06.02.2019, o Senador Jorginho Mello foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Vanguarda (Ofício 001/2019).
16. Em 06.02.2019, o Senador Rodrigo Pacheco foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Vanguarda (Ofício 001/2019).
17. Em 06.02.2019, o Senador Zequinha Marinho foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Vanguarda (Ofício 001/2019).
18. Em 06.02.2019, o Senador Humberto Costa é designado Líder do Bloco Resistência Democrática, conforme Of. 02/2019-BLPRD, lido na sessão de 06 de fevereiro de 2019.
19. Em 06.02.2019, a Senadora Zenaide Maia é designada Líder do Bloco Resistência Democrática, conforme Of. 02/2019-BLPRD, lido na sessão de 06 de fevereiro de 2019.
20. Em 06.02.2019, o Senador Telmário Mota foi designado Líder do Partido Republicano da Ordem Social (Of. 25/2019-GSTMOTA)
21. Em 06.02.2019, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado Líder do Partido Rede Sustentabilidade (Memo. 1/2019)
22. Em 06.02.2019, o Senador Roberto Rocha foi designado Líder do Partido da Social Democracia Brasileira (Of. s/n-GLPSDB).
23. Em 06.02.2019, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado Líder do Bloco Senado Independente (Of. s/n).
24. Em 12.02.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado líder do Bloco PSDB/PODE/PSL (Of. s/n).
25. Em 13.02.2019, o Senador Eduardo Braga foi designado líder da Maioria (Of. 20/2019-GLMDB).
26. Em 13.02.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado líder do Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (Of. 19/2019-GLMDB).
27. Em 13.02.2019, o Senador Lasier Martins foi designado 3º vice-líder do PODE (Of. s/n-GLPODE).
28. Em 13.02.2019, a Senadora Rose de Freitas foi designada 2º vice-líder do PODE (Of. s/n-GLPODE).
29. Em 13.02.2019, o Senador Orovisto Guimarães foi designado 1º vice-líder do PODE (Of. s/n-GLPODE).
30. Em 14.02.2019, a Senadora Zenaide Maia é designada 1º vice-líder do Partido Republicano da Ordem Social-PROS, conforme Of. 37/2019-GSTMOTA, lido na sessão de 14 de fevereiro de 2019.
31. Em 18.02.2019, o Senador Zequinha Marinho foi designado líder do Partido Social Cristão (Ofício 0012/2019-GSZMARIN).
32. Em 19.02.2019, o Senador Rogério Carvalho foi designado 1º vice-líder do Partido dos Trabalhadores (Of. 4/2019-GLDPT)
33. Em 19.02.2019, o Senador Eduardo Braga foi designado Líder da Maioria (Of. 20/2019-GLMDB).
34. Em 19.02.2019, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado líder do Governo no Senado Federal (Mensagem 54)
35. Em 19.02.2019, o Senador Izalci Lucas é designado 1º vice-líder do Partido da Social Democracia Brasileira-PSDB (Of. 35/2019-GLPSDB).
36. Em 19.02.2019, o Senador Rodrigo Cunha é designado 2º vice-líder do Partido da Social Democracia Brasileira-PSDB (Of. 35/2019-GLPSDB).
37. Em 20.02.2019, o Senador Paulo Rocha foi designado líder do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Humberto Costa (Of. 19/2019-BLPRD)
38. Em 15.03.2019, o Senador Izalci Lucas foi designado 3º vice-líder do Governo (Mensagem nº 82, de 2019)
39. Em 15.03.2019, o Senador Elmano Férrer foi designado 2º vice-líder do Governo (Mensagem nº 82, de 2019)
40. Em 15.03.2019, o Senador Eduardo Gomes foi designado 1º vice-líder do Governo (Mensagem nº 82, de 2019)
41. Em 15.03.2019, o Senador Chico Rodrigues foi designado 4º vice-líder do Governo (Mensagem nº 82, de 2019)



## COMISSÕES TEMPORÁRIAS

## 1) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA PARA CONHECER A REALIDADE DE MINAÇU

**Finalidade:** Conhecer a realidade do município de Minaçu-GO e da empresa Sama Minerações, para demonstrar que a cidade e sua economia são dependentes dos impostos e dos empregos oriundos das atividades da empresa, no prazo de 30 dias.

Requerimento 330, de 2019

**Número de membros:** 5 titulares e 2 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) (1)	1. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) (1)
Senador Luiz do Carmo (MDB-GO) (1)	2. Senador Irajá (PSD-TO) (1)
Senador Vanderlan Cardoso (PP-GO) (1)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) (1)	
Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) (1)	

**Notas:**

1. Em 26.04.2019, os Senadores Chico Rodrigues, Luiz do Carmo, Vanderlan Cardoso, Davi Alcolumbre e Daniella Ribeiro foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Rocha e Irajá, membros suplentes, para compor a comissão (ATS nº10/2019).



## 2) COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A ACOMPANHAR A PEC 6, DE 2019

**Finalidade:** Destinada a acompanhar a tramitação, na Câmara dos Deputados, da PEC 6, de 2019, que modifica o sistema de previdência social.

Instituída pelo Ato do Presidente 7, de 2019

**Número de membros:** 9 titulares e 9 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Otto Alencar (PSD-BA)

**RELATOR:** Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE)

**Instalação:** 10/04/2019

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
Senador Otto Alencar (PSD-BA) (1)	1. Senador Elmano Férrer (PODE-PI) (6)
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) (1)	2. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) (3,4,5)
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) (1)	3. Senador Major Olímpio (PSL-SP) (7)
Senador Esperidião Amin (PP-SC) (1)	4.
Senador Cid Gomes (PDT-CE) (1)	5.
Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) (1)	6.
Senador Jaques Wagner (PT-BA) (1)	7.
Senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG) (1)	8.
Senador Oriovisto Guimarães (PODE-PR) (1,6)	9. VAGO (2)

**Notas:**

1. Em 14.03.2019, os Senadores Otto Alencar, Tasso Jereissati, Eduardo Braga, Esperidião Amin, Cid Gomes, Veneziano Vital do Rêgo, Jaques Wagner, Rodrigo Pacheco e Elmano Férrer foram designados membros titulares, para compor a Comissão (Ato do Presidente n. 7, de 2019)
2. Em 15.03.2019, o Senador Oriovisto Guimarães foi designado membro suplente, pelo Podemos, para compor a Comissão (Of. nº 24/2019-GLPODE).
3. Em 20.03.2019, o Senador José Serra foi designado membro suplente, pelo PSDB, para compor a Comissão (Of. nº 55/2019-GLPSDB).
4. Em 29.03.2019, o Senador José Serra deixa de compor a Comissão, como membro suplente, pelo PSDB (Of. nº 56/2019-GLPSDB).
5. Em 29.03.2019, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente, pelo PSDB, para compor a Comissão (Of. nº 63/2019-GLPSDB).
6. Em 10.04.2019, o Senador Oriovisto Guimarães foi designado membro titular, em substituição ao Senador Elmano Férrer, que passa a ser suplente, pelo PODE, para compor a Comissão (ATS nº 09/2019).
7. Em 16.04.2019, o Senador Major Olímpio foi designado membro suplente, pelo PSL, para compor a Comissão (Of. nº 25/2019-GLIDPSL).

**Secretário(a):** Felipe Geraldes / Fernanda Lima

**Telefone(s):** 3303-3490

**E-mail:** coceti@senado.leg.br



## COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

## 1) CPI DE BRUMADINHO

**Finalidade:** Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 membros titulares e 7 membros suplentes, para, no prazo de 120 dias, apurar as causas do rompimento da barragem na Mina Córrego do Feijão, da empresa de mineração Vale, em Brumadinho e outras barragens.

Requerimento nº 21, de 2019

**Número de membros:** 11 titulares e 7 suplentes

**PRESIDENTE:** Senadora Rose de Freitas (PODE-ES) <sup>(8)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) <sup>(8)</sup>

**RELATOR:** Senador Carlos Viana (PSD-MG) <sup>(8)</sup>

Leitura: 13/02/2019

Instalação: 12/03/2019

Prazo final: 10/07/2019

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL (PODE, PSDB, PSL)</b>	
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) <sup>(1)</sup>	1. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) <sup>(1)</sup>
Senadora Juíza Selma (PSL-MT) <sup>(1)</sup>	
Senadora Rose de Freitas (PODE-ES) <sup>(1)</sup>	
<b>Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, PRB)</b>	
Senador Dário Berger (MDB-SC) <sup>(2)</sup>	1.
Senador Mecias de Jesus (PRB-RR) <sup>(2,11)</sup>	
<b>Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, PSB, REDE)</b>	
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) <sup>(3)</sup>	1. Senadora Leila Barros (PSB-DF) <sup>(3)</sup>
Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) <sup>(3)</sup>	
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)</b>	
Senador Jaques Wagner (PT-BA) <sup>(4,10)</sup>	1. Senador Jean Paul Prates (PT-RN) <sup>(4)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PR, PSC)</b>	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) <sup>(5)</sup>	1. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) <sup>(7)</sup>
<b>PSD</b>	
Senador Carlos Viana (MG) <sup>(6,9)</sup>	1. Senador Otto Alencar (BA) <sup>(6,9)</sup>

**Notas:**

- Em 12.03.2019, os Senadores Antonio Anastasia, Selma Arruda e Rose de Freitas foram designados membros titulares; e o Senador Roberto Rocha, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a CPI (Of. nº 7/2019-GSEGIRAO).
- Em 12.03.2019, os Senadores Dário Berger e Márcio Bitar foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Unidos Pelo Brasil, para compor a CPI (Of. nº 27/2019-GLMDB).
- Em 12.03.2019, os Senadores Randolfe Rodrigues e Jorge Kajuru foram designados membros titulares; e a Senadora Leila Barros, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a CPI (Memo. nº 21/2019-GLBSI).
- Em 12.03.2019, o Senador Telmário Mota foi designado membro titular, e o Senador Jean Paul, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a CPI (Of. nº 22/2019-BLPRD).
- Em 12.03.2019, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Vanguarda para compor a CPI (Of. nº 14/2019-BLOCO VANGUARDA).
- Em 12.03.2019, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular, e o Senador Carlos Viana, membro suplente, pelo PSD, para compor a CPI (Of. nº 53/2019-GLPSD).
- Em 12.03.2019, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar Vanguarda para compor a CPI (Of. nº 23/2019-BLOCO VANGUARDA).
- Em 13.03.2019, a Comissão reunida elegeu a Senadora Rose de Freitas, o Senador Randolfe Rodrigues e o Senador Carlos Viana a Presidente, Vice-Presidente e Relator, respectivamente, deste colegiado (Memo. 1/2019-CPIBRUM).



9. Em 13.03.2019, o Senador Carlos Viana foi designado membro titular, e o Senador Otto Alencar, membro suplente, pelo PSD, para compor a CPI (Of. nº 54/2019-GLPSD).
10. Em 15.03.2019, o Senador Jaques Wagner foi designado membro titular, em substituição ao Senador Telmário Mota, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a CPI (Of. nº 26/2019-BLPRD).
11. Em 26.03.2019, o Senador Mecias de Jesus foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 118/2019-GLMDB).

**Secretário(a):** Reinilson Prado / Diogo Peixoto

**Telefone(s):** 3303-3492

**E-mail:** coceti@senado.leg.br



## COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

## 1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Omar Aziz (PSD-AM) <sup>(1)</sup>VICE-PRESIDENTE: Senador Plínio Valério (PSDB-AM) <sup>(1)</sup>

TITULARES	Suplentes
<b>Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil ( MDB, PP, PRB )</b>	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) (9)	1. Senador Renan Calheiros (MDB-AL) (9,19)
Senador Mecias de Jesus (PRB-RR) (9)	2. Senador Jader Barbalho (MDB-PA) (9,19)
Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) (9)	3. Senador Dário Berger (MDB-SC) (9)
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) (9)	4. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) (9)
Senador Luiz do Carmo (MDB-GO) (9)	5. Senador Marcio Bittar (MDB-AC) (10)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (5)	6. Senador Esperidião Amin (PP-SC) (12,18)
Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) (6)	7. Senador Vanderlan Cardoso (PP-GO) (11)
<b>Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL ( PODE, PSDB, PSL )</b>	
Senador José Serra (PSDB-SP) (13)	1. Senador Lasier Martins (PODE-RS) (8)
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) (13)	2. Senador Elmano Férrer (PODE-PI) (8)
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) (13)	3. Senador Oriovisto Guimarães (PODE-PR) (8)
Senadora Rose de Freitas (PODE-ES) (8)	4. Senador Major Olímpio (PSL-SP) (14)
Senador Styvenson Valentim (PODE-RN) (8)	5. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) (17)
Senador Flávio Bolsonaro (PSL-RJ) (15)	6. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) (17)
<b>Bloco Parlamentar Senado Independente ( PDT, CIDADANIA, PSB, REDE )</b>	
Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) (3)	1. Senadora Leila Barros (PSB-DF) (3)
Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) (3)	2. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (3)
Senadora Kátia Abreu (PDT-TO) (3)	3. Senador Marcos do Val (CIDADANIA-ES) (3,20)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (3)	4. Senador Cid Gomes (PDT-CE) (3)
Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) (3)	5.
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PT, PROS )</b>	
Senador Jean Paul Prates (PT-RN) (7)	1. Senador Paulo Paim (PT-RS) (7)
Senadora Renilde Bulhões (PROS-AL) (7,21)	2. Senador Jaques Wagner (PT-BA) (7)
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) (7)	3. Senador Telmário Mota (PROS-RR) (7)
<b>PSD</b>	
Senador Omar Aziz (2)	1. Senador Angelo Coronel (2)
Senador Otto Alencar (2)	2. Senador Lucas Barreto (2)
Senador Irajá (2)	3. Senador Arolde de Oliveira (2)
<b>Bloco Parlamentar Vanguarda ( DEM, PR, PSC )</b>	
Senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG) (4)	1. Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) (16)
Senador Marcos Rogério (DEM-RO) (4)	2. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) (4)
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) (4)	3. Senador Jorginho Mello (PR-SC) (4)

## Notas:

- Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Omar Aziz e o Senador Plínio Valério a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 2/2019-CAE).
- Em 13.02.2019, os Senadores Omar Aziz, Otto Alencar e Irajá foram designados membros titulares; e os Senadores Ângelo Coronel, Lucas Barreto e Arolde Oliveira, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 19/2019-GLPSD).



3. Em 13.02.2019, os Senadores Jorge Kajuru, Veneziano Vital do Rêgo, Kátia Abreu, Randolfe Rodrigues e Alessandro Vieira foram designados membros titulares; e os Senadores Leila Barros, Acir Gurgacz, Eliziane Gama e Cid Gomes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 2/2019-GLBSI).
4. Em 13.02.2019, os Senadores Rodrigo Pacheco, Marcos Rogério e Wellington Fagundes foram designados membros titulares; e os Senadores Zequinha Marinho e Jorginho Mello, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
5. Em 13.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
6. Em 13.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
7. Em 13.02.2019, os Senadores Jean Paul Prates, Fernando Collor e Rogério Carvalho foram designados membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, Jaques Wagner e Telmário Mota, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 6/2019-BLPRD).
8. Em 13.02.2019, os Senadores Rose de Freitas e Capitão Styvenson foram designados membros titulares, e os Senadores Lasier Martins, Elmano Ferrer e Orio Visto Guimarães, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 4/2019-GABLID).
9. Em 13.02.2019, os Senadores Eduardo Braga, Mécias de Jesus, Fernando Bezerra Coelho, Confúcio Moura e Luiz do Carmo foram designados membros titulares; e os Senadores Jader Barbalho, Simone Tebet, Dário Berger e Marcelo Castro, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 06/2019-GLMDB).
10. Em 13.02.2019, o Senador Márcio Bittar foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 06-A/2019-GLMDB).
11. Em 13.02.2019, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
12. Em 13.02.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
13. Em 13.02.2019, os Senadores José Serra, Plínio Valério e Tasso Jereissati foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLPSDB).
14. Em 14.02.2019, o Senador Major Olímpio foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLIDPSL).
15. Em 14.02.2019, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLIDPSL).
16. Em 14.02.2019, o Senador Chico Rodrigues foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 10/2019).
17. Em 19.02.2019, os Senadores Roberto Rocha e Izalci Lucas foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 26/2019-GLPSDB).
18. Em 21.02.2019, o Senador Esperidião Amin Luis foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, em substituição ao Senador Luis Carlos Heinze, para compor a comissão (Of. nº 03/2019-BPUB).
19. Em 26.02.2019, os Senadores Renan Calheiros e Jader Barbalho foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, em substituição à indicação anteriormente encaminhada, para compor a comissão (Of. nº 37/2019-GLMDB).
20. Em 02.04.2019, o Senador Marcos do Val foi designado membro suplente, em substituição a Senadora Eliziane Gama, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 68/2019-GLBSI).
21. Em 09.04.2019, a Senadora Renilde Bulhões foi designada membro titular, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 43/2019-BLPRD).

**Secretário(a):** José Alexandre Girão Mota da Silva

**Reuniões:** Terças-Feiras 10:00 horas -

**Telefone(s):** 61 33033516

**E-mail:** cae@senado.leg.br



## 1.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ANÁLISE DA LEGISLAÇÃO SOBRE A GESTÃO DAS CADEIAS PRODUTIVAS

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo REQ nº 20/2019, do Senador Rogério Carvalho, no prazo de cento e vinte dias, com o objetivo de aprimorar a legislação sobre a gestão das cadeias produtivas como alternativa e instrumento do desenvolvimento econômico local e regional no ambiente e na estrutura federal do Brasil, bem como analisar e refletir sobre os impactos socioeconômicos da política de renúncias fiscais e desonerações.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**Prazo final:** 08/08/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) (1)	1. Senador Angelo Coronel (PSD-BA) (1)
Senadora Kátia Abreu (PDT-TO) (1)	2. Senador Jean Paul Prates (PT-RN) (1)
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) (1)	3. Senador Cid Gomes (PDT-CE) (1)
Senadora Rose de Freitas (PODE-ES) (1)	4. Senador Telmário Mota (PROS-RR) (1)
Senador Esperidião Amin (PP-SC) (1)	5. Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) (1)

**Notas:**

1. Em 09.04.2019, os Senadores Rogério Carvalho, Kátia Abreu, Tasso Jereissati, Rose de Freitas e Esperidião Amin foram designados membros titulares; e os Senadores Angelo Coronel, Jean Paul Prates, Cid Gomes, Telmário Mota e Veneziano Vital do Rêgo, membros suplentes, para compor o Colegiado (Of. 15/2019-CAE)

**Secretário(a):** José Alexandre Girão Mota da Silva

**Reuniões:** Terças-Feiras 10:00 horas -

**Telefone(s):** 61 33033516

**E-mail:** cae@senado.leg.br



## 2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senador Romário (PODE-RJ) <sup>(14)</sup>VICE-PRESIDENTE: Senador Styvenson Valentim (PODE-RN) <sup>(14)</sup>

TITULARES	Suplentes
<b>Bloco Parlamentar Unidos ( MDB, PP, PRB )</b>	
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) (9)	1. Senador Mecias de Jesus (PRB-RR) (9)
Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) (9)	2. Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) (8)
Senador Marcelo Castro (MDB-PI) (9)	3. Senador Confúcio Moura (MDB-RO) (8)
Senador Luiz do Carmo (MDB-GO) (9)	4. Senadora Mailza Gomes (PP-AC) (10)
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) (12)	5. Senador Vanderlan Cardoso (PP-GO) (11)
<b>Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL ( PODE, PSDB, PSL )</b>	
Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) (5)	1. Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) (7)
Senador Styvenson Valentim (PODE-RN) (6)	2. Senador Eduardo Girão (PODE-CE) (6)
Senador Romário (PODE-RJ) (6)	3. Senadora Rose de Freitas (PODE-ES) (6)
Senadora Juíza Selma (PSL-MT) (15)	4.
<b>Bloco Parlamentar Senado Independente ( PDT, CIDADANIA, PSB, REDE )</b>	
Senadora Leila Barros (PSB-DF) (2)	1. Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) (2)
Senador Weverton (PDT-MA) (2)	2. Senador Cid Gomes (PDT-CE) (2)
Senador Flávio Arns (REDE-PR) (2)	3. Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) (2)
Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) (2)	4. Senador Marcos do Val (CIDADANIA-ES) (2)
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PT, PROS )</b>	
Senador Humberto Costa (PT-PE) (4)	1. Senador Paulo Paim (PT-RS) (4)
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) (4)	2. Senador Paulo Rocha (PT-PA) (4,17)
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) (17)	3. Senadora Renilde Bulhões (PROS-AL) (19)
<b>PSD</b>	
Senador Nelsinho Trad (1)	1. Senador Carlos Viana (1)
Senador Irajá (1)	2. Senador Lucas Barreto (1,13)
Senador Otto Alencar (13)	3. Senador Sérgio Petecão (18)
<b>Bloco Parlamentar Vanguarda ( DEM, PR, PSC )</b>	
Senador Jayme Campos (DEM-MT) (3)	1. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) (3)
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) (3)	2. Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) (16)
<b>Notas:</b>	
1. Em 13.02.2019, os Senadores Nelsinho Trad e Irajá foram designados membros titulares; e os Senadores Carlos Viana e Otto Alencar, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº4/2019-GLPSD).	
13. Em 13.02.2019, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular; e o Senador Lucas Barreto, membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº33/2019-GLPSD).	
12. Em 13.02.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).	
11. Em 13.02.2019, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).	
10. Em 13.02.2019, a Senadora Mailza Gomes foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).	
9. Em 13.02.2019, os Senadores Renan Calheiros, Eduardo Gomes, Marcelo Castro e Luiz do Carmo foram designados membros titulares; e o Senador Mecias de Jesus, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLMDB).	
8. Em 13.02.2019, os Senadores Fernando Bezerra Coelho e Confúcio Moura foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 09-A/2019-GLMDB).	
7. Em 13.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLDPSL).	
6. Em 13.02.2019, os Senadores Capitão Styvenson e Romário foram designados membros titulares; e os Senadores Eduardo Girão e Rose de Freitas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 05/2019-GABLID).	
5. Em 13.02.2019, a Senadora Mara Gabrilli foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLPSDB).	



4. Em 13.02.2019, os Senadores Humberto Costa e Rogério Carvalho foram designados membros titulares; e os Senadores Paulo Paim e Zenaide Maia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 12/2019-BLPRD).
3. Em 13.02.2019, os Senadores Jayme Campos e Maria do Carmo Alves foram designados membros titulares; e o Senador Zequinha Marinho, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
2. Em 13.02.2019, os Senadores Leila Barros, Weverton, Flávio Arns e Eliziane Gama foram designados membros titulares; e os Senadores Jorge Kajuru, Cid Gomes, Fabiano Comparato e Marcos do Val, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 3/2019-GLBSI).
16. Em 14.02.2019, o Senador Chico Rodrigues foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 10/2019).
15. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLDPSL).
14. Em 14.02.2019, a Comissão reunida elegeu os Senadores Romário e Styvenson Valentim o Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CAS).
17. Em 26.02.2019, a Senadora Zenaide Maia foi designada membro titular, deixando de atuar como suplente; e o Senador Paulo Rocha, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 20/2019-BLPRD).
18. Em 27.02.2019, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 37/2019-GLPSD).
19. Em 10.04.2019, a Senadora Renilde Bulhões foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 44/2019-BLPRD).

**Secretário(a):** Willy da Cruz Moura

**Reuniões:** Quartas-Feiras 9:00 horas -

**Telefone(s):** 61 3303-3515/4608

**E-mail:** cas@senado.gov.br



## 3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Simone Tebet (MDB-MS) <sup>(1)</sup>VICE-PRESIDENTE: Senador Jorginho Mello (PR-SC) <sup>(1)</sup>

TITULARES	Suplentes
<b>Bloco Parlamentar Unidos ( MDB, PP, PRB )</b>	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) (9)	1. Senador Renan Calheiros (MDB-AL) (9)
Senadora Simone Tebet (MDB-MS) (9)	2. Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) (9)
Senador Mecias de Jesus (PRB-RR) (9)	3. Senador Marcio Bittar (MDB-AC) (9)
Senador Jader Barbalho (MDB-PA) (9)	4. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) (9)
Senador José Maranhão (MDB-PB) (9)	5. Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) (9,21)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (5)	6. Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) (10)
Senador Esperidião Amin (PP-SC) (12)	7. Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) (11)
<b>Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL ( PODE, PSDB, PSL )</b>	
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) (7)	1. Senador José Serra (PSDB-SP) (7)
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) (7)	2. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) (7)
Senador Elmano Férrer (PODE-PI) (8)	3. Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) (7)
Senador Eduardo Girão (PODE-CE) (8,20)	4. Senador Lasier Martins (PODE-RS) (8)
Senadora Rose de Freitas (PODE-ES) (8)	5. Senador Major Olímpio (PSL-SP) (14)
Senadora Juíza Selma (PSL-MT) (13)	6. Senador Flávio Bolsonaro (PSL-RJ) (15)
<b>Bloco Parlamentar Senado Independente ( PDT, CIDADANIA, PSB, REDE )</b>	
Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) (3)	1. Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) (3)
Senador Cid Gomes (PDT-CE) (3)	2. Senador Marcos do Val (CIDADANIA-ES) (3)
Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) (3)	3. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (3)
Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) (3)	4. Senadora Kátia Abreu (PDT-TO) (3,22)
Senador Weverton (PDT-MA) (3)	5. Senadora Leila Barros (PSB-DF) (3,17)
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PT, PROS )</b>	
Senador Humberto Costa (PT-PE) (6)	1. Senador Telmário Mota (PROS-RR) (6,16,18)
Senadora Renilde Bulhões (PROS-AL) (6,16,19)	2. Senador Jaques Wagner (PT-BA) (6)
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) (6)	3. Senador Paulo Rocha (PT-PA) (6,18)
<b>PSD</b>	
Senador Otto Alencar (2)	1. Senador Sérgio Petecão (2)
Senador Ângelo Coronel (2)	2. Senador Nelsinho Trad (2)
Senador Arolde de Oliveira (2)	3. Senador Carlos Viana (2)
<b>Bloco Parlamentar Vanguarda ( DEM, PR, PSC )</b>	
Senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG) (4)	1. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) (4)
Senador Marcos Rogério (DEM-RO) (4)	2. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) (4)
Senador Jorginho Mello (PR-SC) (4)	3. Senador Wellington Fagundes (PR-MT) (4)

## Notas:

- Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu a Senadora Simone Tebet e o Senador Jorginho Mello a Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CCJ).
- Em 13.02.2019, os Senadores Otto Alencar, Ângelo Coronel e Arolde de Oliveira foram designados membros titulares; e os Senadores Sérgio Petecão, Nelsinho Trad e Carlos Viana, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº5/2019-GLPSD).
- Em 13.02.2019, os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Cid Gomes, Fabiano Contarato, Alessandro Vieira e Weverton foram designados membros titulares; e os Senadores Jorge Kajuru, Marcos do Val, Randolfe Rodrigues, Acir Gurgacz e Flávio Arns, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 1/2019-GLBSI).
- Em 13.02.2019, os Senadores Rodrigo Pacheco, Marcos Rogério e Jorginho Mello foram designados membros titulares; e os Senadores Zequinha Marinho, Maria do Carmo Alves e Wellington Fagundes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).



5. Em 13.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
6. Em 13.02.2019, os Senadores Humberto Costa, Paulo Rocha e Rogério Carvalho foram designados membros titulares; e os Senadores Fernando Collor, Jaques Wagner e Telmário Mota, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 5/2019-BLPRD).
7. Em 13.02.2019, os Senadores Antônio Anastasia e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e os Senadores José Serra, Roberto Rocha e Rodrigo Cunha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLPSDB).
8. Em 13.02.2019, os Senadores Elmano Ferrer, Oriovídio Guimarães e Rose de Freitas foram designados membros titulares, e o Senador Lasier Martins, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 3/2019-GABLID).
9. Em 13.02.2019, os Senadores Eduardo Braga, Simone Tebet, Mécias de Jesus, Jader Barbalho e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Renan Calheiros, Fernando Bezerra Coelho, Márcio Bittar, Marcelo Castro e Dário Berger, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 04/2019-GLMDB).
10. Em 13.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
11. Em 13.02.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
12. Em 13.02.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
13. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL).
14. Em 14.02.2019, o Senador Major Olímpio foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLIDPSL).
15. Em 14.02.2019, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLIDPSL).
16. Em 13.02.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular; e o Senador Paulo Rocha, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 18/2019-BLPRD).
17. Em 12.03.2019, a Senadora Leila Barros foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Flávio Arns, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 60/2019-GLBSI).
18. Em 14.03.2019, os Senadores Telmário Mota e Paulo Rocha permudaram de vagas, passando a ocupar a 1ª e a 3ª suplência, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, respectivamente (Of. nº 25/2019-BLPRD).
19. Em 09.04.2019, a Senadora Renilde Bulhões foi designada membro titular, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 43/2019-BLPRD).
20. Em 17.04.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Oriovídio Guimarães, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 202/2019-GSEGIRAO).
21. Em 24.04.2019, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro suplente no período de 16 de abril a 15 de maio, em substituição ao Senador Dário Berger, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 147/2019-GLMDB).
22. Em 24.04.2019, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Acir Gurgacz, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo nº 76/2019-GLBSI).

**Secretário(a):** Ednaldo Magalhães Siqueira

**Reuniões:** Quartas-Feiras 10:00 horas -

**Telefone(s):** 61 3303-3972

**Fax:** 3303-4315

**E-mail:** ccj@senado.gov.br



## 4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Dário Berger (MDB-SC)

VICE-PRESIDENTE: Senador Flávio Arns (REDE-PR)

TITULARES	Suplentes
<b>Bloco Parlamentar Unidos ( MDB, PP, PRB )</b>	
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) (8)	1. Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) (8)
Senador Dário Berger (MDB-SC) (8)	2. Senador Eduardo Braga (MDB-AM) (9)
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) (8)	3. Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) (14)
Senador Marcio Bittar (MDB-AC) (9)	4. Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) (15)
Senador Luiz do Carmo (MDB-GO) (9)	5.
Senadora Mailza Gomes (PP-AC) (10)	6.
VAGO (11)	7.
<b>Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL ( PODE, PSDB, PSL )</b>	
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) (6)	1. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) (6)
Senador Styvenson Valentim (PODE-RN) (7)	2. Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) (6)
Senador Lasier Martins (PODE-RS) (7)	3. Senador Romário (PODE-RJ) (7)
Senador Eduardo Girão (PODE-CE) (7)	4. Senadora Rose de Freitas (PODE-ES) (7)
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) (12)	5. Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) (13)
	6.
<b>Bloco Parlamentar Senado Independente ( PDT, CIDADANIA, PSB, REDE )</b>	
Senadora Leila Barros (PSB-DF) (3)	1. Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) (3)
Senador Cid Gomes (PDT-CE) (3)	2. Senadora Kátia Abreu (PDT-TO) (3)
Senador Flávio Arns (REDE-PR) (3)	3. Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) (3)
Senador Marcos do Val (CIDADANIA-ES) (3)	4.
Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) (3)	5.
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PT, PROS )</b>	
Senador Paulo Paim (PT-RS) (5)	1. Senador Jean Paul Prates (PT-RN) (5)
Senadora Renilde Bulhões (PROS-AL) (5,16)	2. Senador Humberto Costa (PT-PE) (5)
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) (5)	3. Senador Paulo Rocha (PT-PA) (5)
<b>PSD</b>	
Senador Angelo Coronel (1,2)	1. Senador Nelsinho Trad (1)
Senador Carlos Viana (1)	2. Senador Arolde de Oliveira (1)
Senador Sérgio Petecão (1)	3. Senador Irajá (1)
<b>Bloco Parlamentar Vanguarda ( DEM, PR, PSC )</b>	
Senador Jorginho Mello (PR-SC) (4)	1. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) (4)
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) (4)	2.
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) (4)	3.

## Notas:

- Em 13.02.2019, os Senadores Otto Alencar, Carlos Viana e Sérgio Petecão foram designados membros titulares; e os Senadores Nelsinho Trad, Arolde de Oliveira e Irajá, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº9/2019-GLPSD).
- Em 13.02.2019, o Senador Angelo Coronel foi designado membro titular, em substituição ao Senador Otto Alencar, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 32/2019-GLPSD).
- Em 13.02.2019, os Senadores Leila Barros, Cid Gomes, Flávio Arns, Marcos do Val e Alessandro Vieira foram designados membros titulares; e os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Kátia Abreu e Fabiano Comparato, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 4/2019-GLBSI).
- Em 13.02.2019, os Senadores Jorginho Mello, Maria do Carmo Alves e Wellington Fagundes foram designados membros titulares; e o Senador Zequinha Marinho, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).



5. Em 13.02.2019, os Senadores Paulo Paim, Fernando Collor e Zenaide Maia foram designados membros titulares; e os Senadores Jean Paul Prates, Humberto Costa e Paulo Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 7/2019-BLPRD).
6. Em 13.02.2019, o Senador Izalci Lucas foi designado membro titular; e os Senadores Plínio Valério e Rodrigo Cunha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 12/2019-GLPSDB).
7. Em 13.02.2019, os Senadores Capitão Styvenson, Lasier Martins e Eduardo Girão foram designados membros titulares, e os Senadores Romário e Rose de Freitas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 6/2019-GABLID).
8. Em 13.02.2019, os Senadores Renan Calheiros, Dário Berger e Confúcio Moura foram designados membros titulares; e o Senador Eduardo Gomes, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLMDB).
9. Em 13.02.2019, os Senadores Marcio Bittar e Luiz Carlos foram designados membros titulares; e o Senador Eduardo Braga, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 16/2019-GLMDB).
10. Em 13.02.2019, o Senador Mailza Gomes foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
11. Em 14.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, pelo Bloco Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 16/2019-GLDPP).
12. Em 19.02.2019, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 27/2019-GLPSDB).
13. Em 19.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GSEGIRÃO).
14. Em 21.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, pelo Bloco Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 04/2019-BPUB).
15. Em 26.03.2019, o Senador Fernando Bezerra foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 126/2019-GLMDB).
16. Em 09.04.2019, a Senadora Renilde Bulhões foi designada membro titular, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 43/2019-BLPRD).

**Secretário(a):** Thiago Nascimento Castro Silva

**Reuniões:** Terças-Feiras 11:00 horas - Ala Alexandre Costa, Sala nº 17-A

**Telefone(s):** 3498

**E-mail:** ce@senado.leg.br



## 5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) <sup>(1)</sup>**VICE-PRESIDENTE:** Senador Jaques Wagner (PT-BA) <sup>(1)</sup>

TITULARES	Suplentes
<b>Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil ( MDB, PP, PRB )</b>	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) (10,17)	1. Senador Marcio Bittar (MDB-AC) (6,16)
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) (10)	2. Senador José Maranhão (MDB-PB) (16,17)
Senador Marcelo Castro (MDB-PI) (10)	3. Senador Jader Barbalho (MDB-PA) (17)
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) (13)	4. Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (17)
<b>Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL ( PODE, PSDB, PSL )</b>	
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) (8)	1. Senador Major Olímpio (PSL-SP) (11)
Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) (9)	2. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) (14)
Senador Lasier Martins (PODE-RS) (15)	3. Senador Alvaro Dias (PODE-PR) (15)
Senador Styvenson Valentim (PODE-RN) (20)	4. Senador Eduardo Girão (PODE-CE) (20)
<b>Bloco Parlamentar Senado Independente ( PDT, CIDADANIA, PSB, REDE )</b>	
Senadora Leila Barros (PSB-DF) (3)	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (3)
Senador Marcos do Val (CIDADANIA-ES) (3)	2. Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) (3)
Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) (3)	3. Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) (19)
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PT, PROS )</b>	
Senador Jaques Wagner (PT-BA) (7)	1. Senador Jean Paul Prates (PT-RN) (7)
Senador Telmário Mota (PROS-RR) (7)	2. Senador Paulo Rocha (PT-PA) (7)
<b>PSD</b>	
Senador Carlos Viana (2)	1. Senador Lucas Barreto (2)
Senador Otto Alencar (2)	2. Senador Omar Aziz (2,18)
<b>Bloco Parlamentar Vanguarda ( DEM, PR, PSC )</b>	
Senador Jayme Campos (DEM-MT) (4)	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) (5)
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) (4)	2. Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) (12)

**Notas:**

1. Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Fabiano Contarato e o Senador Jaques Wagner a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CMA).
2. Em 13.02.2019, os Senadores Carlos Viana e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Lucas Barreto e Sérgio Petecão, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº10/2019-GLPSD).
3. Em 13.02.2019, os Senadores Leila Barros, Marcos do Val e Fabiano Comparto foram designados membros titulares; e os Senadores Randolfe Rodrigues e Alessandro Vieira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 5/2019-GLBSI).
4. Em 13.02.2019, os Senadores Jayme Campos e Wellington Fagundes foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
5. Em 13.02.2019, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 3/2019).
6. Em 13.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 5/2019-GLDPP).
7. Em 13.02.2019, os Senadores Jaques Wagner e Telmário Mota foram designados membros titulares; e os Senadores Jean Paul Prates e Paulo Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 16/2019-BLPRD).
8. Em 13.02.2019, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 13/2019-GLPSDB).
9. Em 13.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLIDPSL).
10. Em 13.02.2019, os Senadores Jarbas Vasconcelos, Confúcio Moura e Marcelo Castro foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 13/2019-GLMDB).
11. Em 14.02.2019, o Senador Major Olímpio foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLIDPSL).
12. Em 14.02.2019, o Senador Chico Rodrigues foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 10/2019).



13. Em 14.02.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 15/2019-GLDPP).
14. Em 13.02.2019, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 21/2019-GLPSDB).
15. Em 26.02.2019, o Senador Lasier Martins foi designado membro titular; e o Senador Alvaro Dias, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 27/2019-GLPODE).
16. Em 12.3.2019, o Senador Márcio Bittar foi designado primeiro suplente, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, que passa a ser segundo suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 40/2019-GLMDB).
17. Em 26.03.2019, o Senador Eduardo Braga foi designado membro titular; e os Senadores José Maranhão e Jader Barbalho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 124/2019-GLMDB).
18. Em 26.03.2019, o Senador Omar Aziz foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão, em substituição ao Senador Sérgio Petecão (Of. nº 68/2019-GLPSD).
19. Em 27.03.2019, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 65/2019-GLBSI).
20. Em 08.04.2019, o Senador Styvenson Valentin foi designado membro titular; e o Senador Eduardo Girão, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 30/2019-GSEGIRAO).

**Secretário(a):** Airton Luciano Aragão Júnior

**Reuniões:** Quintas-Feiras 9:00 horas -

**Telefone(s):** 61 33033284

**E-mail:** cma@senado.leg.br



## 6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

VICE-PRESIDENTE: Senador Telmário Mota (PROS-RR)

TITULARES	Suplentes
<b>Bloco Parlamentar Unidos ( MDB, PP, PRB )</b>	
Senador Jader Barbalho (MDB-PA) (9)	1. Senador Jarbas Vasconcelos (MDB-PE) (9,13)
Senador Marcelo Castro (MDB-PI) (13)	2. VAGO (10,13,14,16)
(13,18)	3. VAGO (14)
Senadora Mailza Gomes (PP-AC) (15)	4.
	5.
<b>Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL ( PODE, PSDB, PSL )</b>	
Senador Eduardo Girão (PODE-CE) (7)	1. Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) (6)
Senador Styvenson Valentim (PODE-RN) (7)	2. Senador Romário (PODE-RJ) (7)
Senador Lasier Martins (PODE-RS) (8)	3. Senadora Rose de Freitas (PODE-ES) (8)
Senadora Juíza Selma (PSL-MT) (11)	4. Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) (12)
<b>Bloco Parlamentar Senado Independente ( PDT, CIDADANIA, PSB, REDE )</b>	
Senador Flávio Arns (REDE-PR) (3)	1. Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) (3)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (3)	2.
Senadora Leila Barros (PSB-DF) (3)	3.
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PT, PROS )</b>	
Senador Paulo Paim (PT-RS) (5)	1. Senador Paulo Rocha (PT-PA) (5,17)
Senador Telmário Mota (PROS-RR) (5)	2. Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) (5)
<b>PSD</b>	
Senador Arolde de Oliveira (1)	1. Senador Sérgio Petecão (1,2)
Senador Nelsinho Trad (1)	2. Senador Lucas Barreto (1)
<b>Bloco Parlamentar Vanguarda ( DEM, PR, PSC )</b>	
Senador Marcos Rogério (DEM-RO) (4)	1.
	2.

**Notas:**

1. Em 13.02.2019, os Senadores Arolde de Oliveira e Nelsinho Trad foram designados membros titulares; e os Senadores Carlos Viana e Lucas Barreto, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº7/2019-GLPSD).
2. Em 13.02.2019, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente, pelo PSD, em substituição ao Senador Carlos Viana para compor a comissão (Of. nº20/2019-GLPSD).
3. Em 13.02.2019, os Senadores Flávio Arns, Acir Gurgacz e Leira Barros foram designados membros titulares; e o Senador Alessandro Vieira, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 6/2019-GLBSI).
4. Em 13.02.2019, o Senador Marcos Rogério foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
5. Em 13.02.2019, os Senadores Paulo Paim e Telmário Mota foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa e Zenaide Maia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 15/2019-BLPRD).
6. Em 13.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLDPSL).
7. Em 13.02.2019, o Senador Eduardo Girão e Capitão Styvenson foram designados membros titulares, e o Senador Romário, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 10/2019-GABLID).
8. Em 13.02.2019, o Senador Lasier Martins foi designado membro titular, e o Senador Rose de Freitas, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 17/2019-GLMDB).
9. Em 13.02.2019, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular; e o Senador Luiz do Carmo, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 17/2019-GLMDB).
10. Em 13.02.2019, a Senadora Mailza Gomes foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
11. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLDPSL).
12. Em 27.02.2019, a Senadora Mara Gabrilli foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 51/2019-GLPSDB).



13. Em 28.03.2019, o Senadores Marcelo Castro e José Maranhão foram designados membros titulares; e o Senadores Jarbas Vasconcelos e Mecias de Jesus, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 125/2019-GLMDB).
14. Em 28.03.2019, a Senadora Mailza Gomes passou a ocupar a vaga de 3º suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, em decorrência da indicação do Senador Mecias de Jesus para a vaga de 2º suplente (Of.º 125/2019-GLMDB).
15. Em 03.04.2019, a Senadora Mailza Gomes foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-BLUNIDB).
16. Em 08.04.2019, o Senador Mecias de Jesus, que integra o Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, deixou de compor a comissão (Of. nº 10/2019-BLUNIDB).
17. Em 10.04.2019, o Senador Paulo Rocha foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Humberto Costa, para compor a comissão (Of. nº 45/2019-BLPRD).
18. Em 24.04.2019, o Senador José Maranhão, que integra o Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, deixou de compor a comissão (Of. nº 146/2019-BLMDB).

**Secretário(a):** Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

**Reuniões:** Quinta-Feiras 9:00 horas -

**Telefone(s):** 61 3303-2005

**Fax:** 3303-4646

**E-mail:** cdh@senado.gov.br



## 6.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE MOBILIDADE URBANA

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo REQ nº 7/2019-CDH, do Senador Acir Gurgacz, com o objetivo de debater a mobilidade urbana e acessibilidade nos municípios brasileiros.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Senador Eduardo Girão (PODE-CE) (1)	1.
Senador Styvenson Valentim (PODE-RN) (1)	2.
Senador Lasier Martins (PODE-RS) (1)	3.
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (1)	4. Senador Flávio Arns (REDE-PR) (2)
Senador Telmário Mota (PROS-RR) (1)	5. Senador Paulo Paim (PT-RS) (2)

**Notas:**

1. Em 15.03.2019, os Senadores Eduardo Girão, Styvenson Valentim, Lasier Martins, Acir Gurgacz e Telmário Mota foram designados membros titulares, para compor a comissão (Of. nº03/2019-CDH).
2. Em 26.03.2019, os Senadores Flávio Arns e Paulo Paim foram designados membros suplentes, para compor a comissão (Of. nº04/2019-CDH).

**Secretário(a):** Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

**Reuniões:** Quinta-Feiras 9:00 horas -

**Telefone(s):** 61 3303-2005

**Fax:** 3303-4646

**E-mail:** cdh@senado.gov.br



## 7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) <sup>(1)</sup>VICE-PRESIDENTE: Senador Marcos do Val (CIDADANIA-ES) <sup>(1)</sup>

TITULARES	Suplentes
<b>Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil ( MDB, PP, PRB )</b>	
Senador Mecias de Jesus (PRB-RR) (11)	1. Senador Renan Calheiros (MDB-AL) (11)
Senador Jarbas Vasconcelos (MDB-PE) (11)	2. Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) (11)
Senador Márcio Bittar (MDB-AC) (11)	3. Senadora Simone Tebet (MDB-MS) (10)
Senador Esperidião Amin (PP-SC) (13)	4. Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (5)
Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) (6)	5. Senador Vanderlan Cardoso (PP-GO) (12)
<b>Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL ( PODE, PSDB, PSL )</b>	
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) (8)	1. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) (8)
Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) (8)	2. Senador Oriovisto Guimarães (PODE-PR) (9)
Senador Romário (PODE-RJ) (9)	3. Senador Flávio Bolsonaro (PSL-RJ) (15)
Senador Major Olímpio (PSL-SP) (14)	4. Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) (16)
<b>Bloco Parlamentar Senado Independente ( PDT, CIDADANIA, PSB, REDE )</b>	
Senadora Kátia Abreu (PDT-TO) (3)	1. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (3)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (3)	2. Senador Flávio Arns (REDE-PR) (3)
Senador Marcos do Val (CIDADANIA-ES) (3)	3. Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) (3)
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PT, PROS )</b>	
Senadora Renilde Bulhões (PROS-AL) (7,18)	1. Senador Humberto Costa (PT-PE) (7)
Senador Jaques Wagner (PT-BA) (7)	2. Senador Telmário Mota (PROS-RR) (7,17)
<b>PSD</b>	
Senador Nelsinho Trad (2)	1. Senador Arolde de Oliveira (2)
Senador Angelo Coronel (2)	2. Senador Carlos Viana (2)
<b>Bloco Parlamentar Vanguarda ( DEM, PR, PSC )</b>	
Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) (4)	1. Senador Marcos Rogério (DEM-RO) (4)
Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) (4)	2. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) (4)

**Notas:**

1. Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Nelsinho Trad e o Senador Marcos do Val a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CRE).
2. Em 13.02.2019, os Senadores Nelsinho Trad e Ângelo Coronel foram designados membros titulares; e os Senadores Arolde de Oliveira e Carlos Viana, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 12/2019-GLPSD).
3. Em 13.02.2019, os Senadores Kátia Abreu, Randolfe Rodrigues e Marcos do Val foram designados membros titulares; e os Senadores Acir Gurgacz, Flávio Arns e Veneziano Vital do Rêgo, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 7/2019-GLBSI).
4. Em 13.02.2019, os Senadores Chico Rodrigues e Zequinha Marinho foram designados membros titulares; e os Senadores Marcos Rogério e Maria do Carmo Alves, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
5. Em 13.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
6. Em 13.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
7. Em 13.02.2019, os Senadores Fernando Collor e Jaques Wagner foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa e Zenaide Maia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 14/2019-BLPRD).
8. Em 13.02.2019, os Senadores Antônio Anastasia e Mara Gabrilli foram designados membros titulares; e o Senador Roberto Rocha, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 14/2019-GLPSDB).
9. Em 13.02.2019, o Senador Romário foi designado membro titular, e o Senador Oriovisto Guimarães, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 8/2019-GABLID).
10. Em 13.02.2019, a Senadora Simone Tebet foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLMDB).
11. Em 13.02.2019, os Senadores Mecias de Jesus, Jarbas Vasconcelos e Márcio Bittar foram designados membros titulares; e os Senadores Renan Calheiros e Fernando Bezerra, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 10-A/2019-GLMDB).



12. Em 13.02.2019, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
13. Em 13.02.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
14. Em 14.02.2019, o Senador Major Olímpio foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLIDPSL).
15. Em 14.02.2019, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLIDPSL).
16. Em 18.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 7/2019-GSEGIRÃO).
17. Em 13.03.2019, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente, em substituição a Senadora Zenaide Maia, pelo Bloco Parlamentar Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 23/2019-BLPRD).
18. Em 09.04.2019, a Senadora Renilde Bulhões foi designada membro titular, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 43/2019-BLPRD).

**Secretário(a):** Flávio Eduardo de Oliveira Santos

**Reuniões:** Quintas-Feiras 10:00 horas -

**Telefone(s):** 61 3303-3496

**E-mail:** cre@senado.leg.br



## 7.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE A VENEZUELA

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo REQ nº 8/2019-CRE, do Senador Marcio Bittar, para acompanhar a situação na Venezuela.

**Número de membros:** 6 titulares e 6 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Telmário Mota (PROS-RR) <sup>(1)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Marcio Bittar (MDB-AC) <sup>(1)</sup>

TITULARES	SUPLENTES
Senador Marcio Bittar (MDB-AC) (2)	1. Senador Mecias de Jesus (PRB-RR) (2)
Senador Flávio Bolsonaro (PSL-RJ) (2)	2. Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) (2)
Senador Marcos do Val (CIDADANIA-ES) (2)	3. Senador Jaques Wagner (PT-BA) (2)
Senador Telmário Mota (PROS-RR) (2)	4. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) (2)
Senador Carlos Viana (PSD-MG) (2)	5. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (2)
Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) (2)	6. Senador Marcos Rogério (DEM-RO) (2)

**Notas:**

1. Em 14.03.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Telmário Motta e o Senador Marcio Bittar a Presidente e a Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 06/2019-CRE).
2. Em 14.03.2019, os Senadores Marcio Bittar, Flávio Bolsonaro, Marcos do Val, Telmário Mota, Carlos Viana e Chico Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Mecias de Jesus, Soraya Thronicke, Jaques Wagner, Nelsinho Trad, Randolfe Rodrigues e Marcos Rogério, membros suplentes, para compor a comissão (Of. nº05/2019-CRE).

**Secretário(a):** Flávio Eduardo de Oliveira Santos

**Reuniões:** Quintas-Feiras 10:00 horas -

**Telefone(s):** 61 3303-3496

**E-mail:** cre@senado.leg.br



## 8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Marcos Rogério (DEM-RO) <sup>(1)</sup>VICE-PRESIDENTE: Senador Wellington Fagundes (PR-MT) <sup>(1)</sup>

TITULARES	Suplentes
<b>Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil ( MDB, PP, PRB )</b>	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) (9)	1. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) (9)
Senador Jarbas Vasconcelos (MDB-PE) (9)	2. Senador Jader Barbalho (MDB-PA) (9)
Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) (9)	3. Senador Luiz do Carmo (MDB-GO) (9)
Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) (9)	4. (8,14)
Senador Esperidião Amin (PP-SC) (10)	5.
Senador Vanderlan Cardoso (PP-GO) (13)	6.
<b>Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL ( PODE, PSDB, PSL )</b>	
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) (6)	1. Senador José Serra (PSDB-SP) (6)
Senador Styvenson Valentim (PODE-RN) (7)	2. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) (6)
Senador Elmano Férrer (PODE-PI) (7)	3. Senador Oriovisto Guimarães (PODE-PR) (7)
Senador Flávio Bolsonaro (PSL-RJ) (12)	4. Senador Lasier Martins (PODE-RS) (7)
	5. Senadora Juíza Selma (PSL-MT) (11)
<b>Bloco Parlamentar Senado Independente ( PDT, CIDADANIA, PSB, REDE )</b>	
Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) (3)	1. Senador Weverton (PDT-MA) (3)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (3)	2. Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) (3)
Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) (3)	3. Senadora Kátia Abreu (PDT-TO) (3)
Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) (3)	4. Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) (3)
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PT, PROS )</b>	
Senador Jean Paul Prates (PT-RN) (5)	1. Senador Paulo Rocha (PT-PA) (5)
Senador Jaques Wagner (PT-BA) (5)	2. Senador Telmário Mota (PROS-RR) (5)
	3.
<b>PSD</b>	
Senador Lucas Barreto (2)	1. Senador Angelo Coronel (2)
Senador Carlos Viana (2)	2. Senador Nelsinho Trad (2)
Senador Irajá (2)	3. Senador Sérgio Petecão (2)
<b>Bloco Parlamentar Vanguarda ( DEM, PR, PSC )</b>	
Senador Marcos Rogério (DEM-RO) (4)	1. Senador Jayme Campos (DEM-MT) (4)
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) (4)	2. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) (4)

## Notas:

4. Em 13.02.2019, os Senadores Marcos Rogério e Wellington Fagundes foram designados membros titulares; e os Senadores Jayme Campos e Zequinha Marinho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
3. Em 13.02.2019, os Senadores Jorge Kajuru, Acir Gurgacz, Fabiano Contarato e Eliziane Gama foram designados membros titulares; e os Senadores Weverton, Veneziano Vital do Rêgo, Kátia Abreu e Alessandro Vieira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 8/2019-GLBSI).
2. Em 13.02.2019, os Senadores Lucas Barreto, Carlos Viana e Irajá foram designados membros titulares; e os Senadores Ângelo Coronel, Nelsinho Trad e Sérgio Petecão, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 13/2019-GLPSD).
1. Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Marcos Rogério e o Senador Wellington Fagundes a Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CI).
5. Em 13.02.2019, os Senadores Jean Paul Prates e Jaques Wagner foram designados membros titulares; e os Senadores Paulo Rocha e Telmário Mota, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 9/2019-BLPRD).
6. Em 13.02.2019, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular; e os Senadores José Serra e Izalci Lucas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 11/2019-GLPSDB).
7. Em 13.02.2019, os Senadores Capitão Styvenson e Elmano Férrer foram designados membros titulares, e os Senadores Oriovisto Guimarães e Lasier Martins, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 7/2019-GABLID).
8. Em 13.02.2019, o Senador Confúcio Moura foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 08-A/2019-GLMDB).



9. Em 13.02.2019, os Senadores Eduardo Braga, Jarbas Vasconcelos, Eduardo Gomes e Fernando Bezerra foram designados membros titulares; e os Senadores Marcelo Castro, Jader Barbalho e Luiz do Carmo, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLMDB).
10. Em 13.02.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
11. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLDPSL).
12. Em 14.02.2019, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLDPSL).
13. Em 19.02.2019, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 18/2019-GLDPP).
14. Em 24.04.2019, o Senador Confúcio Moura, que integra o Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, deixou de compor a comissão (Of. nº 146/2019-BLMDB).

**Secretário(a):** Thales Roberto Furtado Morais

**Reuniões:** Terças-Feiras 9:00 horas -

**Telefone(s):** 61 3303-4607

**Fax:** 61 3303-3286

**E-mail:** ci@senado.gov.br



## 9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) <sup>(1)</sup>VICE-PRESIDENTE: Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) <sup>(14)</sup>

TITULARES	Suplentes
<b>Bloco Parlamentar Unidos ( MDB, PP, PRB )</b>	
Senador Marcelo Castro (MDB-PI) <sup>(11)</sup>	1. Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) <sup>(11)</sup>
Senador Dário Berger (MDB-SC) <sup>(11)</sup>	2. Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) <sup>(10,13)</sup>
VAGO <sup>(5,15)</sup>	3. Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) <sup>(18)</sup>
	4.
<b>Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL ( PODE, PSDB, PSL )</b>	
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) <sup>(7)</sup>	1. Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) <sup>(7)</sup>
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) <sup>(7)</sup>	2. Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) <sup>(7)</sup>
Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) <sup>(7,9)</sup>	3. Senador Styvenson Valentim (PODE-RN) <sup>(8)</sup>
Senador Elmano Férrer (PODE-PI) <sup>(8)</sup>	4. Senadora Juíza Selma (PSL-MT) <sup>(12)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Senado Independente ( PDT, CIDADANIA, PSB, REDE )</b>	
Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) <sup>(3)</sup>	1. Senadora Leila Barros (PSB-DF) <sup>(3)</sup>
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) <sup>(3)</sup>	2. Senador Flávio Arns (REDE-PR) <sup>(3,16,17)</sup>
Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) <sup>(3)</sup>	3. Senador Weverton (PDT-MA) <sup>(19)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PT, PROS )</b>	
Senador Jaques Wagner (PT-BA) <sup>(6)</sup>	1. Senador Jean Paul Prates (PT-RN) <sup>(6)</sup>
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) <sup>(6)</sup>	2. Senador Humberto Costa (PT-PE) <sup>(6)</sup>
<b>PSD</b>	
Senador Lucas Barreto <sup>(2)</sup>	1. Senador Angelo Coronel <sup>(2)</sup>
Senador Omar Aziz <sup>(2)</sup>	2. Senador Otto Alencar <sup>(2)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Vanguarda ( DEM, PR, PSC )</b>	
Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) <sup>(4)</sup>	1. Senador Jorginho Mello (PR-SC) <sup>(4)</sup>
Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) <sup>(4)</sup>	2.

## Notas:

- Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Izalci Lucas Presidente deste colegiado (Mem. 1/2019-CDR).
- Em 13.02.2019, os Senadores Lucas Barreto e Omar Aziz foram designados membros titulares; e os Senadores Ângelo Coronel e Otto Alencar, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 8/2019-GLPSD).
- Em 13.02.2019, os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Randolfe Rodrigues e Eliziane Gama foram designados membros titulares; e os Senadores Leila Barros e Flávio Arns, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 9/2019-GLBSI).
- Em 13.02.2019, os Senadores Chico Rodrigues e Zequinha Marinho foram designados membros titulares; e o Senador Jorginho Mello, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
- Em 13.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 5/2019-GLDPP).
- Em 13.02.2019, os Senadores Jaques Wagner e Zenaide Maia foram designados membros titulares; e os Senadores Jean Paul Prates e Humberto Costa, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 13/2019-BLPRD).
- Em 13.02.2019, os Senadores Izalci Lucas, Plínio Valério e Soraya Thronicke foram designados membros titulares; e os Senadores Mara Gabrilli e Rodrigo Cunha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 18/2019-GLPSDB).
- Em 13.02.2019, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular, e o Senador Capitão Styvenson, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 4/2019-GABLID).
- Em 13.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 9/2019-GLIDPSL).
- Em 13.02.2019, o Senador Mecias de Jesus foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 12-A/2019-GLMDB).
- Em 13.02.2019, os Senadores Marcelo Castro e Dário Berger foram designados membros titulares; e o Senador Eduardo Gomes, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 12/2019-GLMDB).
- Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 8/2019-GLIDPSL).
- Em 19.02.2019, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Mecias de Jesus, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 25/2019-GLMDB).
- Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu a Senadora Zenaide Maia para Vice-Presidente deste colegiado (Mem. 02/2019-CDR).



15. Em 21.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro, designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, deixou de compor a comissão(Of. nº 06/2019-BPUB).
16. Em 27.02.2019, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, em substituição ao Senador Flávio Arns, para compor a comissão(Memo. nº 54/2019-GLBSI).
17. Em 12.03.2019, o Senador Flávio Arns foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Fabiano Contarato, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 58/2019-GLBSI).
18. Em 02.04.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-BLUNIDB).
19. Em 9.4.2019, o Senador Weverton foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo. 70/2019-GLBSI).

**Secretário(a):** Marcus Guevara Sousa de Carvalho

**Reuniões:** Quartas-Feiras 14:00 horas -

**Telefone(s):** 61 3303-4282

**Fax:** 3303-1627

**E-mail:** cdr@senado.gov.br



### 9.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA USINA DE BELO MONTE

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo REQ nº 12/2019-CDR, do Senador Zequinha Marinho, para acompanhamento das obras da Usina de Belo Monte.

**Número de membros:** 3 titulares e 3 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
	1.
	2.
	3.

**Secretário(a):** Marcus Guevara Sousa de Carvalho

**Reuniões:** Quartas-Feiras 14:00 horas -

**Telefone(s):** 61 3303-4282

**Fax:** 3303-1627

**E-mail:** cdr@senado.gov.br



## 10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

**PRESIDENTE:** Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) <sup>(12)</sup>**VICE-PRESIDENTE:** Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) <sup>(12)</sup>

TITULARES	Suplentes
<b>Bloco Parlamentar Unidos ( MDB, PP, PRB )</b>	
Senador Dário Berger (MDB-SC) (9)	1. Senador Mecias de Jesus (PRB-RR) (9)
Senador Jader Barbalho (MDB-PA) (8)	2. Senador Esperidião Amin (PP-SC) (11)
Senador José Maranhão (MDB-PB) (8)	3. Senadora Mailza Gomes (PP-AC) (13)
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) (10)	4. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) (17)
<b>Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL ( PODE, PSDB, PSL )</b>	
Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) (6)	1. Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) (5)
Senador Lasier Martins (PODE-RS) (7)	2. Senadora Rose de Freitas (PODE-ES) (7)
Senadora Juíza Selma (PSL-MT) (14)	3. Senador Eduardo Girão (PODE-CE) (16)
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) (15)	4.
<b>Bloco Parlamentar Senado Independente ( PDT, CIDADANIA, PSB, REDE )</b>	
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (2)	1. Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) (2)
Senadora Kátia Abreu (PDT-TO) (2)	2.
Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) (2)	3.
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PT, PROS )</b>	
Senador Jean Paul Prates (PT-RN) (4)	1. Senador Telmário Mota (PROS-RR) (4)
Senador Paulo Rocha (PT-PA) (4)	2. Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) (4)
<b>PSD</b>	
Senador Lucas Barreto (1)	1. Senador Nelsinho Trad (1)
Senador Sérgio Petecão (1)	2. Senador Otto Alencar (1)
<b>Bloco Parlamentar Vanguarda ( DEM, PR, PSC )</b>	
Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) (3)	1. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) (3)
Senador Jayme Campos (DEM-MT) (3)	2. Senador Wellington Fagundes (PR-MT) (3)

**Notas:**

1. Em 13.02.2019, os Senadores Lucas Barreto e Sérgio Petecão foram designados membros titulares; e os Senadores Nelsinho Trad e Otto Alencar, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 11/2019-GLPSD).
2. Em 13.02.2019, os Senadores Acir Gurgacz, Kátia Abreu e Eliziane Gama foram designados membros titulares; e o Senador Veneziano Vital do Rêgo, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 10/2019-GLBSI).
3. Em 13.02.2019, os Senadores Chico Rodrigues e Jayme Campos foram designados membros titulares; e os Senadores Zequinha Marinho e Wellington Fagundes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
4. Em 13.02.2019, os Senadores Jean Paul Prates e Paulo Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Telmário Mota e Zenaide Maia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 17/2019-BLPRD).
5. Em 13.02.2019, a Senadora Mara Gabrilli foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 15/2019-GLPSDB).
6. Em 13.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLIDPSL).
7. Em 13.02.2019, o Senador Lasier Martins foi designado membro titular, e a Senadora Rose de Freitas, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 9/2019-GABLID).
8. Em 13.02.2019, os Senadores Jarbas Vasconcelos e José Maranhão foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 14-A/2019-GLMDB).
9. Em 13.02.2019, o Senador Dário Berger foi designado membro titular; e o Senador Mecias de Jesus, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 14/2019-GLDPP).
10. Em 13.02.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
11. Em 13.02.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
12. Em 14.02.2019, a Comissão reunida elegeu a Senadora Soraya Thronicke e o Senador Luis Carlos Heinze o Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CRA).
13. Em 15.02.2019, a Senadora Mailza Gomes foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 17/2019-GLDPP).



14. Em 18.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 5/2019-GSEGIRÃO).
15. Em 19.02.2019, o Senador Izalci Lucas foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 22/2019-GLPSDB).
16. Em 20.02.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 1/2019-GSADIA).
17. Em 12.3.2019, o Senador Marcelo Castro foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 39/2019-GLMDB).

**Secretário(a):** Pedro Glukhas Cassar Nunes

**Reuniões:** Quartas-Feiras 11:00 horas -

**Telefone(s):** 3303 3506

**E-mail:** cra@senado.gov.br



## 10.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

**Finalidade:** Subcomissão criada pelos REQs nºs 3 e 7/2019-CRA, do Senador Acir Gurgacz, com o objetivo de debater a implementação da Regularização Fundiária das áreas rurais no Brasil.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) <sup>(2)</sup>

**RELATORA:** Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) <sup>(2)</sup>

**Instalação:** 17/04/2019

**Prazo final:** 20/12/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senadora Juíza Selma (PSL-MT) <sup>(1)</sup>	1. Senador Luís Carlos Heinze (PP-RS) <sup>(1)</sup>
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) <sup>(1)</sup>	2. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) <sup>(1)</sup>
Senador Paulo Rocha (PT-PA) <sup>(1)</sup>	3. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) <sup>(1)</sup>
Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) <sup>(1)</sup>	4. Senador Wellington Fagundes (PR-MT) <sup>(1)</sup>
Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) <sup>(1)</sup>	5. Senador Telmário Mota (PROS-RR) <sup>(1)</sup>

**Notas:**

1. Em 27.03.2019, os Senadores Juíza Selma, Acir Gurgacz, Paulo Rocha, Chico Rodrigues e Soraya Thronicke foram designados membros titulares; e os Senadores Luís Carlos Heinze, Izalci Lucas, Nelsinho Trad, Wellington Fagundes e Telmário Mota, membros suplentes, para compor a comissão (Of. nº26/2019-CRA).
2. Em 17.04.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Acir Gurgacz Presidente do colegiado, que designou a Senadora Soraya Thronicke, Relatora (Of. 32/2019-CRA)

**Secretário(a):** Pedro Glukhas Cassar Nunes

**Reuniões:** Quartas-Feiras 11:00 horas -

**Telefone(s):** 3303 3506

**E-mail:** cra@senado.gov.br



**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,  
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT**  
**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Vanderlan Cardoso (PP-GO) <sup>(1)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Juíza Selma (PSL-MT) <sup>(17)</sup>

<b>TITULARES</b>	<b>Suplentes</b>
<b>Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil ( MDB, PP, PRB )</b>	
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) (11)	1. Senador Confúcio Moura (MDB-RO) (11)
Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) (11)	2. Senador Dário Berger (MDB-SC) (11)
Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) (7)	3. Senador Luiz do Carmo (MDB-GO) (11)
Senador Vanderlan Cardoso (PP-GO) (12)	4. Senadora Mailza Gomes (PP-AC) (6,19)
<b>Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL ( PODE, PSDB, PSL )</b>	
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) (9)	1. Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) (9)
Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) (9)	2. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) (9)
Senador Oriovisto Guimarães (PODE-PR) (10)	3. Senador Styvenson Valentim (PODE-RN) (10)
Senadora Juíza Selma (PSL-MT) (13)	4. Senador Major Olímpio (PSL-SP) (14)
<b>Bloco Parlamentar Senado Independente ( PDT, CIDADANIA, PSB, REDE )</b>	
VAGO (4,15)	1. Senador Flávio Arns (REDE-PR) (4,16)
Senador Marcos do Val (CIDADANIA-ES) (4)	2. Senadora Kátia Abreu (PDT-TO) (4)
Senador Weverton (PDT-MA) (4)	3.
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PT, PROS )</b>	
Senador Jean Paul Prates (PT-RN) (8)	1. Senadora Renilde Bulhões (PROS-AL) (8,18)
Senador Paulo Rocha (PT-PA) (8)	2. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) (8)
<b>PSD</b>	
Senador Arolde de Oliveira (2)	1. Senador Carlos Viana (2,3)
Senador Angelo Coronel (2,3)	2. Senador Sérgio Petecão (2)
<b>Bloco Parlamentar Vanguarda ( DEM, PR, PSC )</b>	
Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) (5)	1.
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) (5)	2.

**Notas:**

1. Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Vanderlan Cardoso para Presidente deste colegiado (Memo. 1/2019-CCT).
2. Em 13.02.2019, os Senadores Arolde de Oliveira e Carlos Viana foram designados membros titulares; e os Senadores Ângelo Coronel e Sérgio Petecão, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº6/2019-GLPSD).
3. Em 13.02.2019, o Senador Ângelo Coronel passou a ocupar vaga de titular, em substituição ao Senador Carlos Viana, que passou a ocupar vaga de suplente, pelo PSD, na comissão (Of. nº 23/2019-GLPSD).
4. Em 13.02.2019, os Senadores Jorge Kajuru, Marcos do Val e Weverton foram designados membros titulares; e os Senadores Fabiano Contarato e Kátia Abreu, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 11/2019-GLBSI).
5. Em 13.02.2019, os Senadores Chico Rodrigues e Wellington Fagundes foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
6. Em 13.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
7. Em 13.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
8. Em 13.02.2019, os Senadores Jean Paul Prates e Paulo Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Fernando Collor e Rogério Carvalho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 11/2019-BLPRD).
9. Em 13.02.2019, os Senadores Izalci Lucas e Rodrigo Cunha foram designados membros titulares; e os Senadores Mara Gabrilli e Plínio Valério, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 16/2019-GLPSDB).
10. Em 13.02.2019, o Senador Oriovisto Guimarães foi designado membro titular, e o Senador Capitão Styvenson, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 12/2019-GABLID).
11. Em 13.02.2019, os Senadores Renan Calheiros e Eduardo Gomes foram designados membros titulares; e os Senadores Confúcio Moura, Dário Berger e Luiz do Carmo, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 11/2019-GLMDB).
12. Em 13.02.2019, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).



13. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL).
14. Em 14.02.2019, o Senador Major Olimpio foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLIDPSL).
15. Em 19.02.2019, o Senador Jorge Kajuru deixou de compor, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, a CCT(Memo. nº 17/2019-GLBSI).
16. Em 20.02.2019, o Senador Flávio Arns foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, em substituição ao Senador Fabiano Contarato, para compor a comissão (Memo. nº 20/2019-GLBSI).
17. Em 26.02.2019, a Comissão reunida elegeu a Senadora Selma Arruda para Vice-Presidente deste colegiado (Memo. 3/2019-CCT).
18. Em 09.04.2019, a Senadora Renilde Bulhões foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 43/2019-BLPRD).
19. Em 09.04.2019, a Senadora Mailza Gomes foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, para compor a comissão (Of. nº 11/2019-BLUNIDB).

**Secretário(a):** Amanda Vieira de Souza

**Reuniões:** Quartas-Feiras 9:00 horas -

**Telefone(s):** 61 33031120

**E-mail:** cct@senado.leg.br



## 12) COMISSÃO SENADO DO FUTURO - CSF

**Número de membros:** 11 titulares e 11 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Mecias de Jesus (PRB-RR) <sup>(7)</sup>**VICE-PRESIDENTE:** Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) <sup>(7)</sup>

TITULARES	Suplentes
<b>Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil ( MDB, PP, PRB )</b>	
Senador Mecias de Jesus (PRB-RR) <sup>(4)</sup>	1. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) <sup>(8)</sup>
Senador Marcio Bittar (MDB-AC) <sup>(8)</sup>	2.
	3.
<b>Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL ( PODE, PSDB, PSL )</b>	
Senador Styvenson Valentim (PODE-RN) <sup>(5)</sup>	1. Senador Eduardo Girão (PODE-CE) <sup>(5)</sup>
	2.
<b>Bloco Parlamentar Senado Independente ( PDT, CIDADANIA, PSB, REDE )</b>	
	1.
	2.
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PT, PROS )</b>	
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) <sup>(3)</sup>	1. Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) <sup>(3)</sup>
<b>PSD</b>	
Senador Irajá <sup>(1)</sup>	1. Senador Arolde de Oliveira <sup>(1)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Vanguarda ( DEM, PR, PSC )</b>	
Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) <sup>(2,6)</sup>	1. Senador Wellington Fagundes (PR-MT) <sup>(6)</sup>

**Notas:**

1. Em 13.02.2019, o Senador Irajá foi designado membro titular; e o Senador Arolde de Oliveira, membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 30/2019-GLPSD).
2. Em 13.02.2019, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
3. Em 13.02.2019, o Senador Rogério Carvalho foi designado membro titular; e a Senadora Zenaide Maia, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-BLPRD).
4. Em 13.02.2019, o Senador Mecias de Jesus foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 18/2019-GLMDB).
5. Em 14.02.2019, o Senador Capitão Styvenson foi designado membro titular; e o Senador Eduardo Girão, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 19/2019).
6. Em 19.02.2019, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, que passa a atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 15/2019).
7. Em 26.02.2019, a Comissão reunida elegeu os Senadores Mecias de Jesus e Zequinha Marinho o Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CSF).
8. Em 26.02.2019, o Senador Marcio Bittar foi designado membro titular, e o Senador Marcelo Castro, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 35/2019-GLMDB).

**Secretário(a):** Andréia Mano**Telefone(s):** 61 3303-4488**E-mail:** csf@senado.leg.br

**13) COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA,  
FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR - CTFC**

**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG) <sup>(14)</sup>

<b>TITULARES</b>	<b>Suplentes</b>
<b>Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil ( MDB, PP, PRB )</b>	
Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) <sup>(7)</sup>	1. Senador Renan Calheiros (MDB-AL) <sup>(8)</sup>
Senador Dário Berger (MDB-SC) <sup>(7,17)</sup>	2. Senador Eduardo Braga (MDB-AM) <sup>(7)</sup>
Senador Márcio Bittar (MDB-AC) <sup>(7)</sup>	3. VAGO <sup>(7,16)</sup>
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) <sup>(12)</sup>	4.
<b>Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL ( PODE, PSDB, PSL )</b>	
Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) <sup>(5)</sup>	1. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) <sup>(5)</sup>
Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) <sup>(5)</sup>	2. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) <sup>(5)</sup>
Senador Eduardo Girão (PODE-CE) <sup>(6)</sup>	3. Senadora Rose de Freitas (PODE-ES) <sup>(6,13)</sup>
Senadora Juíza Selma (PSL-MT) <sup>(9)</sup>	4. Senador Major Olímpio (PSL-SP) <sup>(10)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Senado Independente ( PDT, CIDADANIA, PSB, REDE )</b>	
Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) <sup>(2)</sup>	1. Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) <sup>(2,15)</sup>
Senador Weverton (PDT-MA) <sup>(2)</sup>	2. Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) <sup>(2)</sup>
Senador Cid Gomes (PDT-CE) <sup>(2)</sup>	3. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) <sup>(2)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PT, PROS )</b>	
Senador Humberto Costa (PT-PE) <sup>(4)</sup>	1. Senador Paulo Rocha (PT-PA) <sup>(4)</sup>
Senador Telmário Mota (PROS-RR) <sup>(4)</sup>	2. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) <sup>(4)</sup>
<b>PSD</b>	
Senador Angelo Coronel <sup>(1)</sup>	1. Senador Carlos Viana <sup>(1)</sup>
Senador Otto Alencar <sup>(1)</sup>	2. Senador Omar Aziz <sup>(1)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Vanguarda ( DEM, PR, PSC )</b>	
Senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG) <sup>(3)</sup>	1. Senador Jorginho Mello (PR-SC) <sup>(11)</sup>
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) <sup>(3,11)</sup>	2.

**Notas:**

1. Em 13.02.2019, os Senadores Ângelo Coronel e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Carlos Viana e Omar Aziz, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 14/2019-GLPSD).
2. Em 13.02.2019, os Senadores Jorge Kajuru, Weverton e Cid Gomes foram designados membros titulares; e os Senadores Leila Barros, Eliziane Gama e Randolfe Rodrigues, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 13/2019-GLBSI).
3. Em 13.02.2019, os Senadores Rodrigo Pacheco e Jorginho Mello foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
4. Em 13.02.2019, os Senadores Humberto Costa e Telmário Mota foram designados membros titulares; e os Senadores Paulo Rocha e Rogério Carvalho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 8/2019-BLPRD).
5. Em 13.02.2019, os Senadores Rodrigo Cunha e Mara Gabrilli foram designados membros titulares; e os Senadores Izalci Lucas e Roberto Rocha, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 19/2019-GLPSDB).
6. Em 13.02.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, e o Senador Oriovisto Guimarães, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 13/2019-GABLID).
7. Em 13.02.2019, os Senadores Fernando Bezerra Coelho, José Maranhão e Márcio Bittar foram designados membros titulares; e os Senadores Eduardo Braga e Eduardo Gomes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 15-A/2019-GLMDB).
8. Em 13.02.2019, o Senador Renan Calheiros foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 15/2019-GLDPP).
9. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL).
10. Em 14.02.2019, o Senador Major Olímpio foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLIDPSL).
11. Em 14.02.2019, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular; e o Senador Jorginho Mello, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 11/2019).



12. Em 20.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 21/2019-GLDPP).
13. Em 20.02.2019, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, em substituição ao Senador Oriovisto Guimarães, para compor a comissão (Memo. nº 16/2019-GABLID).
14. Em 26.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Rodrigo Pacheco o Vice-Presidente deste colegiado (Memo. 3/2019-CTFC).
15. Em 12.03.2019, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro suplente, em substituição a Senadora Leila Barros, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 59/2019-GLBSI).
16. Em 20.03.2019, o Senador Dário Berger foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Eduardo Gomes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 78/2019-GLMDB).
17. Em 02.04.2019, o Senador Dário Berger foi designado membro titular, em substituição ao Senador José Maranhão, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 138/2019-GLMDB).

**Secretário(a):** Oscar Perné do Carmo Júnior

**Reuniões:** Terças-feiras 11:30 horas -

**Telefone(s):** 61 33033519

**E-mail:** ctfc@senado.leg.br



## CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR  
(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA)	CORREGEDOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 27/06/2017

**Notas:**

1. Eleito na Sessão do Senado Federal de 27 de junho de 2017.

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

**Endereço:** Senado Federal - Edifício Principal - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**E-mail:** saop@senado.leg.br

**2) CONSELHO DE ESTUDOS POLÍTICOS***(Ato da Comissão Diretora nº 21, de 2006, Portaria do Presidente nº 7, de 2019)***PRESIDENTE:**Senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG)

---

**MEMBROS**

---

**DEM**

---

Senador Rodrigo Pacheco (MG)

**PSD**

---

Senador Irajá (TO)

**PSDB**

---

Senador Antonio Anastasia (MG)

---

<b>MEMBROS</b>
<b>DEM</b>
Senador Rodrigo Pacheco (MG)
<b>PSD</b>
Senador Irajá (TO)
<b>PSDB</b>
Senador Antonio Anastasia (MG)

---



## 3) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

*(Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005 )*

SENADOR	CARGO
Senador Marcio Bittar (MDB-AC)	OUVIDOR-GERAL

Atualização: 26/02/2019

**Notas:**

1. Designação por meio de Ato do Presidente do Senado Federal nº6, de 2019.

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

**Endereço:** Senado Federal - Edifício Principal - Térreo

**Telefone(s):** 3303-5255

**E-mail:** saop@senado.leg.br



4) COMENDA DE INCENTIVO À CULTURA LUÍS DA CÂMARA CASCUDO  
(*Resolução do Senado Federal nº 7, de 2018*)

**PRESIDENTE:**

**VICE-PRESIDENTE:**

---



**5) CONSELHO EDITORIAL DO SENADO FEDERAL**  
*(Portaria do Presidente Nº 10, 2019)*

**Número de membros:** 1 titulares

**PRESIDENTE:** Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)

---

**MEMBROS**

---

**REDE**

---

Senador Randolfe Rodrigues (AP)

---



Fale com o Senado  
0800 61 2211

 /senadofederal  
 @senadofederal

Secretaria-Geral da Mesa  
Secretaria de Atas e Diários

SENADO  
FEDERAL

